

**Banco do Brasil S.A.**

**Demonstrações Contábeis  
preparadas de acordo com os  
Princípios Contábeis Geralmente  
Aceitos nos Estados Unidos da  
América - *US GAAP***

**31 de dezembro de 2008 e 2007**



<b>Índice</b>	
<b>Relatório da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Demonstrações Contábeis</b>	<b>24</b>
Balanco Patrimonial Consolidado	24
Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício	25
Demonstração Consolidada do Lucro Abrangente	26
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	27
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	29
<b>Notas Explicativas</b>	<b>30</b>
Nota 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, organização societária, descrição dos negócios, base de apresentação e aquisições e incorporações	30
Nota 2 – Resumo das principais práticas contábeis	33
Nota 3 – Ativos restritos	42
Nota 4 – Ativos de negociação, ao valor justo	42
Nota 5 – Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo	43
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	46
Nota 7 – Operações de crédito	48
Nota 8 – Provisão para perdas com operações de crédito	49
Nota 9 – Investimentos em entidades não consolidadas e outros investimentos	50
Nota 10 – Imobilizado de uso, líquido	51
Nota 11 – Ágio e outros ativos intangíveis	51
Nota 12 – Outros ativos	53
Nota 13 – Depósitos	53
Nota 14 – Obrigações de curto prazo	54
Nota 15 – Obrigações de longo prazo	54
Nota 16 – Outras obrigações	57
Nota 17 – Imposto de renda e contribuição social	58
Nota 18 – Patrimônio líquido	60
Nota 19 – Receitas de prestação de serviços	63
Nota 20 – Despesas administrativas	63
Nota 21 – Outras receitas e despesas não de juros	64
Nota 22 – Demonstração de cálculo do lucro por ação	64
Nota 23 – Valor justo de instrumentos financeiros	65
Nota 24 – Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial	69
Nota 25 – Responsabilidades assumidas e passivos contingentes	71
Nota 26 – Aspectos regulamentares	73
Nota 27 – Planos de aposentadoria complementar e de pensões e outros benefícios a empregados	74
Nota 28 – Transações entre partes relacionadas	80
Nota 29 – Operações internacionais	81
Nota 30 – Informações por segmentos	82
Nota 31 – Eventos subsequentes	86
Nota 32 – Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil para <i>us gaap</i>	87
<b>Parecer do Auditor Independente</b>	<b>91</b>
<b>Diretoria Executiva</b>	<b>93</b>

## **Senhoras e Senhores Acionistas,**

Apresentamos o Relatório da Administração, anexo às Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil relativos ao exercício de 2008, elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América – US GAAP.

### **Ambiente Macroeconômico**

O ano de 2008 foi marcado pela evolução da mais grave crise financeira nos países desenvolvidos desde a década de 30. As turbulências, cujas raízes se encontram no mercado imobiliário americano, provocaram perdas sem precedentes nos mercados globais. Essa conjuntura refletiu-se desfavoravelmente nas condições de crédito do mercado internacional, falta de liquidez, maior aversão ao risco e, num segundo momento, na forte deterioração das perspectivas de crescimento da economia mundial, puxada pelos já revelados sinais de recessão nas economias desenvolvidas.

No Brasil, os efeitos adversos da crise se manifestaram na forma de restrição ao fluxo de recursos externos e ao crédito, bem como na redução do ritmo da atividade econômica. Todavia, a preservação dos pilares macroeconômicos é aspecto que torna a economia brasileira mais resiliente, embora não necessariamente imune, aos potenciais impactos das turbulências externas.

A despeito da elevação dos custos de captação, a evolução do mercado de crédito bancário seguiu apresentando bom desempenho e os indicadores do nível de atividade só mostraram sinais de arrefecimento ao final do ano.

### **Destaques do Período**

No ano em que completou 200 anos, o Banco do Brasil reforça seu posicionamento como um dos principais bancos da América Latina. Com foco na sustentabilidade dos negócios, o Banco registrou lucro líquido de R\$ 9,7 bilhões no ano, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 25,9%, mantendo a trajetória de lucratividade observada nos últimos anos. A título de remuneração aos acionistas, foram destinados R\$ 3,5 bilhões – R\$ 1,5 bilhão na forma de juros sobre o capital próprio e R\$ 2,0 bilhões em dividendos.

Em sua estratégia de crescimento e expansão dos negócios, o Banco do Brasil incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e o

Banco do Estado do Piauí (BEP) e adquiriu o controle do Banco Nossa Caixa. Esses negócios permitiram ao Banco do Brasil ampliar seus negócios e garantir a liderança no atendimento nesses estados.

Com a aprovação das incorporações pelas assembleias de acionistas, iniciou-se o período de transição para adequação da estrutura e absorção dos bancos adquiridos pelo BB. Esse processo implicou custos de R\$ 9,4 milhões em 2008. Com relação aos ganhos sinérgicos, é esperada redução das despesas administrativas e melhor rentabilização dos clientes com a oferta dos produtos do portfólio BB.

Já em 2009, o Banco do Brasil adquiriu 50% das ações do Banco Votorantim e firmou parceria com a Instituição para fortalecimento de sua atuação do crédito ao consumo e nos segmentos de *corporate banking* e mercado de capitais.

O saldo das operações de crédito cresceu 38,1% em 12 meses, e alcançou os R\$ 224,6 bilhões, 17,1% de participação de mercado. Merece destaque a expansão de 38,4% nas operações com pessoas físicas e de 43,5% no crédito para pessoa jurídica. Ainda em relação ao crédito, o BB intensificou sua estratégia de aquisição de carteiras de crédito de pequenos bancos, favorecida pelas medidas adotadas pelo Bacen que permitiram que tais operações liberassem depósito compulsório.

Com crescimento de 39,2% em relação ao ano anterior, as captações do Banco alcançaram R\$ 363,1 bilhões. Destaque para as captações em CDB que atingiram R\$ 73,7 bilhões a um custo médio de 97,5% do CDI.

O negócio com cartões de crédito, com um faturamento de R\$ 64,3 bilhões, gerou R\$ 3,6 bilhões em receitas para o Banco. Esse desempenho permitiu que o BB aumentasse sua participação de mercado para 17,1%.

A expansão dos negócios foi conquistada simultaneamente a um rígido controle das despesas. As Receitas de Juros Líquidas e as Receitas não de Juros cresceram, respectivamente, 12,4% e 4,7%, enquanto as Despesas não de Juros avançaram apenas 2,4%.

Os investimentos do Banco do Brasil em cultura (R\$ 35,1 milhões), esporte (R\$ 47,6 milhões) e em programas de educação e geração de trabalho e renda da Fundação Banco do Brasil (R\$ 54,2 milhões) alcançaram 203 mil pessoas e beneficiaram 799 municípios.

Além disso, merece destaque a expansão da estratégia comercial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Até 2008, foram

implementados 4,7 mil planos de negócios que atenderam 1,2 milhão de famílias em 4,8 mil municípios brasileiros.

## **Perspectivas**

Com 200 anos de história, o BB empenha-se em manter a tradição e o pioneirismo que fizeram da Empresa o banco mais lembrado pelos brasileiros<sup>1</sup>. Entre as estratégias para o próximo ano destacam-se:

- expansão do crédito imobiliário;
- ampliação das operações com o setor público e seus servidores;
- crescimento dos negócios com clientes não-correntistas por meio de parcerias com grandes empresas;
- aprimoramento do relacionamento com correntistas;
- avanço nas ferramentas de gestão da base de clientes;
- expansão da presença e da atuação do BB nos mercados nacional e internacional;
- manutenção da liderança em soluções inovadoras de auto-atendimento;
- reforço do compromisso socioambiental da Empresa.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 9,7 bilhões no ano de 2008, resultado 21,2% superior ao registrado no ano passado.
- Os ativos somam R\$ 488,2 bilhões, crescimento de 29,3% em 12 meses.
- O desempenho equivale a retorno sobre o patrimônio líquido de 25,9% em 12 meses. O patrimônio líquido encerrou dezembro de 2008 em R\$ 31,1 bilhões.

---

<sup>1</sup> Segundo pesquisa Top of Mind realizada pelo Instituto DataFolha.

R\$ milhões

<b>Principais Destaques</b>			
<b>Resultado</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Δ 2007 (%)</b>
Lucro Líquido	7.984	9.675	21,2
Receitas de juros, líquidas	20.659	23.223	12,4
Despesas não de juros	19.096	19.548	2,4
<b>Patrimoniais</b>	<b>Dez/2007</b>	<b>Dez/2008</b>	<b>Δ Dez/2007(%)</b>
Ativos	377.597	488.181	29,3
Operações de Crédito	162.585	224.561	38,1
Captações	260.860	363.140	39,2
Recursos Administrados	220.135	246.334	11,9

### **Outros Destaques**

Base de clientes: 47,9 milhões;

Câmbio exportação e importação: 28,0% e 24,6% do mercado, respectivamente;

Capitalização: 23,2% do mercado (arrecadação);

Crédito

- Carteira total: R\$ 224,6 bilhões;
- Consignado: R\$ 17,6 bilhões, 22,4% do mercado;
- Crédito para o Agronegócio: 59,8% do Sistema Nacional de Crédito Rural;
- Crédito pessoa jurídica: R\$ 95,2 bilhões;

Captação total: R\$ 363,1 bilhões;

Faturamento com cartões de débito: R\$ 29,5 bilhões;

Internet e *Mobile Banking*: 9,3 milhões de clientes habilitados;

Pagamento de servidores públicos: 5,2 milhões de servidores;

Pagamento de aposentados e pensionistas do INSS: 74,5 milhões;

Rede de Terminais de Autoatendimento: 39,7 mil terminais;

Rede própria de atendimento: 15.964 pontos de atendimento.

- As receitas de operações de crédito totalizaram R\$ 32,6 bilhões, evolução de 29,0% em relação ao ano anterior, acompanhando o crescimento da carteira de crédito.
- As receitas de prestação de serviços, já impactadas pelas resoluções do CMN, que alteram a cobrança de tarifas no Sistema Financeiro Nacional, atingiram R\$ 10,9 bilhões, incremento de 9,1% em relação ao ano de 2007.

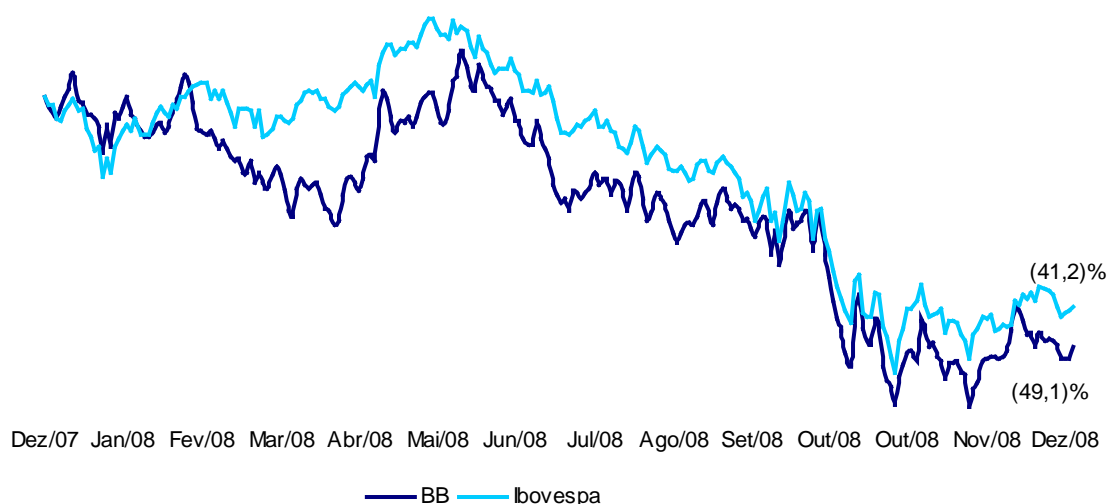
- As despesas não de juros, que incluem as despesas de pessoal, despesas administrativas, entre outras despesas, totalizaram R\$ 19,5 bilhões, crescimento de 2,4% em 12 meses.
- As despesas com provisões para perdas com operações de crédito atingiram R\$ 7,3 bilhões no ano, crescimento de 63,3% em 12 meses, representando 3,8% do saldo médio das operações de crédito no período.
- No ano, os investimentos do BB somaram R\$ 1,1 bilhão, 66,8% a mais do que no ano de 2007. Destaca-se o montante investido em imóveis (reformas e construções), no valor de R\$ 425,6 milhões, equipamentos (R\$ 131,9 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 590,8 milhões).

*Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro, do BB, veja o Relatório Análise do Desempenho no [bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri).*

## DESEMPENHO DOS PAPÉIS

As ações do Banco do Brasil (BBAS3) encerraram o ano cotadas a R\$ 14,68, desvalorização de 49,1% em 12 meses. O desempenho reflete a instabilidade do mercado de capitais mundial decorrente da crise pela qual o sistema financeiro passa.

### Ações do BB vs. Ibovespa



A BBAS3 foi negociada em todos os pregões da Bovespa, com volume médio diário de R\$ 93,6 milhões no ano, contra R\$ 60,4 milhões no ano

anterior, e permaneceu listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa paulista: Ibovespa, Ibrx50, Ibrx, IGC, ISE e Itag. No Ibovespa, saiu da 13ª posição na carteira setembro/dezembro de 2007 para 12ª na carteira vigente.

Em função da desvalorização das suas ações, a capitalização de mercado do BB recuou 49,9% e atingiu R\$ 37,7 bilhões. O lucro líquido por ação básico foi de R\$ 3,80 no ano.

A título de rendimentos aos acionistas, foram destinados R\$ 3,5 bilhões no ano: R\$ 2,0 bilhões como dividendos e R\$ 1,5 bilhão na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). O montante distribuído equivale a 40% do lucro líquido auferido (payout), segundo as normas contábeis brasileiras (BRGAAP). Em 2008, o lucro líquido apurado em BRGAAP foi de R\$ 8,8 bilhões.

Os 60% remanescentes do lucro foram destinados a reservas legais, estatutárias e para expansão dos negócios.

## DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

### Base de Clientes

- 47,9 milhões de clientes e 30,3 milhões de contas correntes (28,4 milhões de contas de pessoa física e 1,9 milhão de pessoa jurídica), evolução de 10,5% em relação ao ano anterior. Dos clientes não-correntistas, 7,4 milhões são poupadores, 2,5 milhões beneficiários do INSS e 5,4 milhões consumidores de outros produtos e serviços.
- Ampliação da base de contas correntes de pessoa física de 10,3% em 12 meses no mercado varejo, como resultado das estratégias de aquisição de folhas de pagamento associada ao desenvolvimento de ações para a retenção de clientes.

### Rede de Atendimento

- 16,0 mil pontos de atendimento no País, a maior rede bancária própria do Brasil, e 9,0 mil correspondentes.
- Rede própria no exterior formada por 43 pontos de atendimento em 23 países. A rede complementar é formada por 1.266 bancos correspondentes em 142 países.
- 39,7 mil terminais de auto-atendimento e canais alternativos como a Central de Atendimento, SAC, Portal BB e *mobile banking*, além dos

terminais da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Bradesco e Besc compartilhados.

### Canais eletrônicos

- 91,1% das transações realizadas pelos clientes BB no ano foram através dos canais de auto-atendimento, sendo que a rede de TAAs respondeu por 40,6% das transações.
- 9,3 milhões de clientes cadastrados para usar *internet banking* e *mobile banking*, responsável por 2,4 bilhões de transações. As transações via *internet banking* responderam por 33,5% do total das transações realizadas.
- O BB disponibiliza o licitações-e, um dos principais sistemas de compras eletrônicas utilizados pelo setor público. No ano de 2008, foram realizados 55,1 mil processos licitatórios, totalizando R\$ 11,7 bilhões negociados, incremento de 31,3% em relação ao ano de 2007.

### Crédito

As operações de crédito do BB atingiram R\$ 224,6 bilhões, evolução de 38,1% em relação ao ano anterior.

Operações de Crédito			R\$ milhões
	2007	2008	Δ (%)
<b>País</b>	<b>151.213</b>	<b>209.431</b>	<b>38,5</b>
Pessoa Física	33.728	46.666	38,4
Pessoa Jurídica	66.371	95.238	43,5
Agronegócios	49.350	63.708	29,1
Arrendamento Mercantil	2.974	1.221	143,6
Setor Público	543	845	55,6
<b>Exterior</b>	<b>11.372</b>	<b>15.130</b>	<b>33,0</b>
<b>Total</b>	<b>162.585</b>	<b>224.561</b>	<b>38,1</b>

A carteira de crédito no País cresceu 38,5% em 12 meses. Tal crescimento veio acompanhado de melhora na qualidade da carteira. A relação entre o saldo das provisões e o total das operações de crédito era de 6,1% ao final de dezembro, contra 6,3% no mesmo período do ano anterior.

O montante de crédito recuperado em 2008 foi de R\$ 1,1 bilhão, mantendo o mesmo patamar apresentado em 2007.

## **Consumo**

- Crédito para aquisição de veículos atingiu R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 120,7% em relação ao ano anterior. A estratégia de parcerias com crédito oferecido em concessionárias e multimarcas foi responsável por 50,6% do volume contratado e representava 45,3% do total da carteira de crédito a veículos.
- Financiamento de imóveis, com recursos direcionados e próprios, atingiu R\$ 80 milhões.
- Crédito consignado atingiu o montante de R\$ 17,6 bilhões em 2008, crescimento de 48,4% (R\$ 5,7 bilhões) comparativamente a 2007. O Banco desembolsou R\$ 16,1 bilhões em crédito consignado, correspondentes a 3,4 milhões de contratos formalizados no período, e atingiu 19,8% de participação nesse mercado.
- Os servidores públicos, principal nicho de atuação do Banco no crédito consignado, responderam por 83,2% do volume da carteira; os aposentados e pensionistas do INSS por 6,6% e os trabalhadores da iniciativa privada por 10,2%.
- O microcrédito do Banco do Brasil atingiu R\$ 511 milhões ao final do ano, beneficiando o público de menor renda. Os desembolsos nessa modalidade totalizaram mais de R\$ 624,0 milhões.

## **Capital de Giro e Recebíveis**

- Operações com linhas de capital de giro para micro e pequenas empresas alcançaram R\$ 23,6 bilhões, crescimento de 39,5% em relação a 2007.
- Operações com linhas de capital de giro para empresas médias, grandes e *corporate* atingiram R\$ 21,6 bilhões, evolução de 133,6% em relação a 2007.

## **Financiamento a Investimentos**

- Financiamento a investimentos para micro e pequenas empresas acumulou saldo de R\$ 9,3 bilhões em 2008. Destaques para o Proger Urbano Empresarial com R\$ 5,3 bilhões, crescimento de 30,2% em 12 meses, para o Finame Empresarial, que apresentou

crescimento de 97,6% em relação a 2007 e saldo de R\$ 889,5 milhões, e para o Cartão BNDES, produto em que o BB é líder com 63,0% dos cartões emitidos.

- Financiamento a investimentos para empresas médias, grandes e *corporate* encerrou o ano com saldo de R\$ 9,9 bilhões em crédito, crescimento de 41,2% em relação ao ano anterior. Nas linhas de investimento para o segmento atacado, merecem destaque as operações com repasses de recursos do BNDES e Finame, que atingiram saldo de R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 4,4 bilhões em 2007.

---

### Comércio Exterior

---

Em 2008, o Banco manteve a liderança no mercado de câmbio exportação e importação, com participações de 28,0% e 24,6% e volume de US\$ 54,2 bilhões e US\$ 34,4 bilhões, respectivamente, e no *ranking* de agentes financeiros em operações de comércio exterior do BNDES, com US\$ 1,7 bilhão em desembolso na modalidade BNDES-Exim.

A carteira de crédito desse segmento encerrou o ano com saldo de R\$ 17,2 bilhões, crescimento de 44,6% em 12 meses. Destaque para ACC/ACE, com volume contratado de US\$ 13,0 bilhões.

No Proex, onde o Banco atua como agente financeiro exclusivo da União, foram desembolsados US\$ 297,1 milhões na modalidade Financiamento e US\$ 160,0 milhões na modalidade Equalização, alavancando exportações da ordem de US\$ 335,0 bilhões.

No ambiente das soluções eletrônicas, recorde de 174,9 mil contratos de câmbio realizados na internet, com volume financeiro de US\$ 40,0 bilhões, e destaque para o Balcão de Comércio Exterior, que registrou 6 mil exportadores e 4 mil importadores cadastrados.

14,6 mil empresários foram capacitados no programa de Treinamento em Negócios Internacionais.

---

### Agronegócios

---

O BB possui a maior carteira de crédito ao agronegócio do Brasil, de acordo com o *ranking* das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional do Crédito Rural.

A carteira de agronegócios, de R\$ 63,7 bilhões, é composta por operações de custeio (38,1% do total), de comercialização (27,4%), e de operações de investimento (31,6%).

O Banco possui mecanismos de mitigação do risco da carteira de custeio agrícola. Na safra 2008/2009, 68,9% das operações de custeio, que corresponde a R\$ 16,7 bilhões, foram contratadas com Seguro Agrícola, Proagro, contratos futuros e de opções ou dentro do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

Como principal financiador do Agronegócio no País, o BB é responsável, também, pela execução dos programas do governo para esse segmento. Os recursos disponibilizados são obtidos por meio dos depósitos de poupança e à vista, FAT, FCO, Funcafé, BNDES/Finame e outros.

---

## Captação e Serviços

---

### Captações

- R\$ 363,1 bilhões captados entre depósitos de clientes, interfinanceiros e obrigações por operações compromissadas. O montante representa evolução de 39,2% de crescimento em relação a 2007. O crescimento das captações reflete o movimento conhecido como “*flight to quality*”. Com a insegurança que a crise global lançou sobre o sistema financeiro brasileiro, o Banco do Brasil passou a ser considerado um “*safe harbor*” para os investidores e houve migração de recursos para o Banco.

R\$ milhões

<b>Captações</b>			
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Δ (%)</b>
Depósitos de clientes	183.494	257.677	40,4
Depósitos interfinanceiros	5.139	14.061	173,6
Operações compromissadas	72.227	91.402	26,5
<b>Total</b>	<b>260.860</b>	<b>363.140</b>	<b>39,2</b>

Entre os instrumentos de captação, destacam-se no período:

- R\$ 73,7 bilhões captados em CDB a um custo médio de 97,5% do CDI.
- Captações no exterior somaram US\$ 600 milhões, incremento de 220,9% em relação ao ano de 2007.

## **Administração e captação de fundos e programas governamentais**

- Como principal agente do FCO, o BB financiou R\$ 3,5 bilhões em 2008, que gerou/manteve 164 mil empregos diretos e 294 mil indiretos.
- 2,1 milhões de operações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que somaram R\$ 6,8 bilhões.
- O patrimônio do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, administrado pelo BB, encerrou o ano em R\$ 3,8 bilhões.
- 41 contratos, envolvendo 266,5 mil servidores e R\$ 8,9 bilhões em patrimônio, para prestação de serviços previdenciários e gestão dos recursos financeiros de Regimes Próprios de Previdência Social.

## **Cartões**

- Os negócios com cartões agregaram ao Banco R\$ 3,6 bilhões em receitas, entre equivalência patrimonial, receitas de serviços e de financiamento, incremento de 54,5% em relação a 2007.
- 76,6 milhões de cartões, evolução de 13,6% em relação a 2007. A base de cartões de crédito cresceu 18,7% em 12 meses, totalizando 23,9 milhões de plásticos, e a de débito 11,5%, alcançando 52,7 milhões de cartões.
- Oferecendo serviços como pagamento de contas, crédito para produtores rurais, comércio exterior e micro e pequenas empresas, o faturamento com cartões de crédito chegou a R\$ 9,7 bilhões em 2008, crescimento de 27,0% sobre 2007; e o faturamento com cartões de débito atingiu R\$ 9,1 bilhões, crescimento de 36,2% em relação ao ano anterior.

## **Consórcio**

- BB Consórcios encerrou o ano como a segunda maior administradora do mercado no segmento de automóveis, com 73,4 mil participantes ativos, e 130,9 mil consorciados quando somados todos os segmentos.
- Desde junho, a BB Consórcios comercializa consórcio imobiliário: 4,2 mil cotas de consórcio de imóveis, R\$ 378 milhões em cartas de crédito.

## **Serviços**

- Na arrecadação de tributos, o BB detém 23,2% do mercado na esfera federal e 32,0% na estadual, correspondentes a R\$ 147,7

bilhões e R\$ 87,5 bilhões, respectivamente. No mesmo período, foram arrecadados R\$ 8,9 bilhões na esfera municipal.

- Processamento de 46,9 mil folhas de pagamento, entre clientes pessoa jurídica e setor público. No total, o BB atendeu a 9,6 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço, mantendo-se líder nesse mercado.
- Centralização da Restituição de Imposto de Renda Pessoa Física, com contabilização de 5,0 milhões de créditos a contribuintes, no valor de R\$ 4,9 bilhões.
- Liderança no número de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, perfazendo o total de 74,5 milhões de pagamentos, no montante de R\$ 42,1 bilhões.
- Processamento de 4,8 milhões de ordens bancárias do Tesouro Nacional, envolvendo R\$ 284 bilhões, e distribuição da arrecadação federal no valor de R\$ 254,7 bilhões.

---

### Seguros, previdência e capitalização

---

O Banco do Brasil mantém, por meio da subsidiária integral BB Banco de Investimentos, participações em empresas nos ramos de seguros, previdência e capitalização, o que permite disponibilizar a seus clientes um amplo portfólio de produtos não-bancários.

À luz das normas previstas no padrão contábil USGAAP, apenas a Aliança do Brasil compõe os demonstrativos contábeis consolidados do Banco do Brasil. Após as eliminações referentes a transações intra-grupo, os negócios da Aliança contribuíram com R\$ 455 milhões para o resultado do Banco em 2008.

O resultado de participações nas demais coligadas não consolidadas às demonstrações do Banco encontram-se detalhados na tabela abaixo:

	R\$ milhões
<b>Empresa</b>	<b>Resultado da Participação</b>
Brasilcap Capitalização S.A.	82
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	80
Brasilsaúde Companhia de Seguros	3
Brasilveículos S.A.	125

#### Destaques do período:

- Com 2,1 milhões de segurados, a Aliança do Brasil arrecadou R\$ 1,5 bilhão em prêmios emitidos, 13,3% superior ao desempenho de 2007;
- A Brasilveículos registrou R\$ 1,0 bilhão em prêmios retidos, crescimento de 17,6% em relação ao ano anterior;
- Crescimento de 25,4% nos prêmios emitidos pela Brasilsaúde, que totalizaram R\$ 164,9 milhões, para uma carteira de 127 mil vidas;
- R\$ 3,8 bilhões em arrecadação pela Brasilprev, 19,6% superior a 2007. Esse volume de arrecadações, aliado ao menor índice de resgates do mercado (8,5%), permitiram à Brasilprev superar a marca de R\$ 20,4 bilhões em ativos sob sua gestão;
- Com arrecadação de R\$ 2,0 bilhões, a Brasilcap manteve a liderança em reservas técnicas (22,5% de participação) e arrecadação (23,2% do mercado), distribuindo R\$ 68,1 milhões em prêmios a 41,1 mil títulos;

---

### **Administração de Recursos de Terceiros**

---

Ao final de 2008, a BB DTVM atingiu R\$ 246,3 bilhões em recursos de terceiros administrados, crescimento de 11,9% no ano, e 20,7% de participação de mercado, segundo a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - Anbid.

Além dos recursos administrados computados para efeito do *ranking* Anbid, que a consolida como a maior administradora de recursos de terceiros do País, aquela subsidiária detém R\$ 55,9 bilhões em gestão e administração de outros fundos. Dessa forma, a BB DTVM encerrou 2008 gerindo R\$ 302,2 bilhões em recursos de terceiros, crescimento de 15,0% no ano.

---

### **Mercado de Capitais e Tesouraria**

---

O Banco do Brasil atua no mercado de capitais doméstico por meio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI). Na custódia de ativos no mercado doméstico, ocupa o 2º lugar no *ranking* Anbid, com 24,0% de participação.

O BB disponibiliza serviço de compra e venda de ações através da rede de agências, internet (*home broker*) e celular, que resultou em volume de R\$ 14,4 bilhões.

Em 2008, o BB-BI participou de 15 operações de renda fixa com volume de R\$ 3,9 bilhões e de 3 operações de renda variável. Atuou como Coordenador Líder na Oferta Pública de Ações da Copasa, no valor de R\$ 460 milhões, e como Coordenador na Oferta Pública de Ações da Vale, no valor de R\$ 19,4 bilhões. No *ranking* Anbid de renda variável, ocupa o 4º lugar com o valor de R\$ 3,9 bilhões em 2008.

No mercado de capitais internacional, o BB, por meio de sua corretora externa, BB Securities Ltd, liderou 2 emissões, totalizando US\$ 180 milhões, além de atuar como *co-manager* na emissão realizada pelo Tesouro Nacional no valor de US\$ 525 milhões e na operação do BNDES no valor de US\$ 1 bilhão.

Em 2008, o volume de negociação no mercado secundário totalizou R\$ 4,4 bilhões e marcou o início da cobertura de investidores no Oriente Médio, em adição aos mercados da Europa e da Ásia.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

São órgãos de administração do Banco: o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. O BB mantém Conselho Fiscal permanente.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis da Empresa. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco, a Administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança às tomadas de decisão.

No Novo Mercado da Bovespa desde maio de 2006, o Banco do Brasil está comprometido com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade socioambiental, alinhando a gestão da Organização aos interesses dos acionistas e da sociedade.

Nesse sentido, entre outros compromissos, o Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal comprometeram-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem no Novo Mercado por meio da Câmara de

Arbitragem do Mercado da Bovespa, conforme cláusula do Estatuto Social do Banco do Brasil.

---

### Relacionamento com o mercado

---

No ano, o Banco realizou 17 eventos com analistas do mercado de capitais nas regionais Apimec. Além disso, aconteceram 63 encontros com investidores e analistas no País, 236 teleconferências com analistas e investidores, 6 *road shows*, 12 conferências e 8 teleconferências de resultado.

Em 2008, além das teleconferências de resultado, o Banco do Brasil realizou teleconferências para esclarecer e informar seus acionistas, analistas e o mercado sobre os momentos peculiares pelos quais a Empresa passou, tais como os efeitos da crise global nos negócios e as aquisições e incorporações de outras instituições financeiras (BESC, BEP e Nossa Caixa) realizadas pelo BB.

Os acionistas e analistas contam com informações atualizadas no *site* de Relações com Investidores ([bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri)).

---

### Destaques do exercício

---

A tabela a seguir destaca diversos acontecimentos ocorridos nos negócios do BB ao longo de 2008:

<b>Jan</b>	- Encerramento da Oferta Pública Secundária de Ações do BB. Foi a oferta pública com maior alocação de papéis para o Varejo já realizada no mercado brasileiro.
<b>Fev</b>	- Autorização do Bacen para estabelecer operação de varejo bancário nos Estados Unidos por meio da constituição de uma empresa de remessas, um banco de varejo e um centro de serviços. Os empreendimentos ainda dependem da aprovação dos órgãos reguladores norte-americanos. - Aprovação, pelo Banco Central, do aumento de R\$ 500 milhões no capital social decorrente da antecipação do exercício dos Bônus de Subscrição "C", promovida no ano anterior. Com essas medidas, o <i>free float</i> do Banco do Brasil atingiu 21,7%.

Mar	<p>- Aprovação, pelo CMN, de resolução permitindo que instituições financeiras captadoras de depósitos de poupança rural, inclusive o Banco do Brasil, captassem até 10% do saldo total dos depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), cujos recursos são direcionados para o crédito imobiliário.</p> <p>- Concessão de ações da Visa Inc. ao Banco do Brasil, à Visanet e à Visavale, como parte da reestruturação global da Visa Internacional. No mesmo mês, na oferta pública de ações da Visa Inc., as empresas mencionadas colocaram à venda 56,1% das ações que possuíam.</p> <p>- As demonstrações contábeis em BRGAAP passam a consolidar de forma proporcional as participações em 12 empresas, aumentando o ativo do BB em cerca de R\$ 12 bilhões.</p>
Abr	<p>- Elevação do <i>rating</i> do Banco do Brasil para grau de investimento (BBB-) pela agência <i>Standard &amp; Poor's</i>.</p>
Maio	<p>- Criação da Diretoria Menor Renda, com o intuito de ampliar o foco estratégico em clientes com renda de até um salário mínimo, que correspondem a cerca de 8,3 milhões de correntistas do BB, 1,4 milhão de correntistas do Banco Popular do Brasil e 15 milhões de clientes não correntistas que mantêm algum tipo de relacionamento com o BB. A nova diretoria integrou à sua estrutura as operações do Banco Popular, centralizou a gestão dos Correspondentes Bancários e as ações relativas ao Desenvolvimento Regional Sustentável.</p> <p>- O BB propôs, e o Governo do Estado de São Paulo aceitou, iniciar tratativas sem nenhum efeito vinculante, visando à incorporação do Banco Nossa Caixa S.A.</p>
Jun	<p>- O Bacen concedeu autorização para o Banco do Brasil operar no crédito imobiliário com recursos da poupança, dentro das regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).</p>
Jul	<p>- O BB firmou acordo com o FirstRand Limited para constituição de um banco múltiplo com carteiras de crédito, financiamento e investimento, para atuar no mercado brasileiro de financiamento e arrendamento de veículos.</p>
Ago	<p>- Aquisição das ações detidas pela Aliança da Bahia na Aliança do Brasil pelo BB-BI, no valor de R\$ 670 milhões, com o objetivo de intensificar a atuação do Banco do Brasil no segmento de vida e ramos elementares.</p>

<b>Set</b>	- Assinatura do Protocolo de Incorporação do Besc e da Bescr. O BB emitiu 23.074.306 ações ordinárias nominativas correspondentes ao valor econômico do Besc/Bescr de R\$ 685 milhões.
<b>Nov</b>	- Assinatura do Protocolo de Incorporação do BEP. O BB emitiu 2.930.649 ações ordinárias nominativas correspondentes ao valor econômico do BEP de R\$ 81,7 milhões. - Formalização de Memorando de Entendimentos para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa, por intermédio da alienação de 76.262.912 ações ordinárias, que corresponde a R\$ 5,4 bilhões, pertencentes ao Estado de São Paulo, equivalentes a 71,25% do capital social total e do capital votante.
<b>Dez</b>	- Cancelamento, sem ônus para as partes, do acordo firmado entre o BB e o FirstRand Limited para constituição de um banco múltiplo para atuação no mercado brasileiro de financiamento e arrendamento de veículos.

## PROCESSOS INTERNOS

### Gestão de Riscos

A crise econômica mundial afetou de modo moderado as atividades e o resultado do Banco do Brasil. O baixo apetite ao risco e a sólida governança de gestão de riscos moldada à luz das melhores práticas permitiram que o impacto no resultado do Banco em virtude da crise fosse restrito.

Do ponto de vista de risco de mercado, a diretriz do conservadorismo manifesta-se no direcionamento de maior parte dos ativos financeiros para títulos públicos. Ademais, a exposição à variação de moedas é mínima e a atuação com posições proprietárias no mercado de derivativos é irrisória. A alocação de capital para risco de mercado, de acordo com as regras do Bacen, registrou menos de 0,5% do capital total do Banco e reflete o baixo risco de mercado a que o Banco está exposto.

No que se refere ao risco de liquidez, o Banco do Brasil adotou em junho de 2008 atitude conservadora e direcionou esforços para recompor a sua liquidez. O resultado dessa ação, somado à percepção de "porto seguro", tanto no mercado doméstico como no mercado internacional gerou excedentes de caixa da ordem de R\$ 40 bilhões.

O Banco do Brasil utiliza metodologias proprietárias de classificação de risco de crédito de clientes, com base na Frequência Esperada de Inadimplência - FEI. Desenvolvidos em consonância com as melhores práticas de mercado e com os conceitos introduzidos pela Basileia II, esses modelos estatísticos são considerados de vanguarda na análise de risco de crédito, ponderando, além dos aspectos cadastrais dos clientes (*credit score*), o seu comportamento de crédito (*behaviour score*), em fontes internas e externas, considerando a utilização de produtos bancários, como operações de crédito e conta corrente.

As metodologias de crédito, desenvolvidas e implantadas no Banco, abrangem as análises de risco de clientes de todos os segmentos pessoa jurídica e pessoa física, além de instituições financeiras e países. Essas metodologias possibilitaram o aprimoramento do processo de crédito, haja vista a mensuração mais precisa do perfil de risco dos clientes, contribuindo para o crescimento do crédito com qualidade e segurança.

A carteira de crédito do Banco do Brasil tem registrado patamar de inadimplência inferior ao do Sistema Financeiro Nacional nos últimos 33 meses. O nível de provisionamento do Banco encontra-se em linha com os principais concorrentes, ao tempo em que o índice de cobertura do BB, relação entre provisão e atraso, supera positivamente os dos demais bancos.

A gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de risco e concentração são determinadas pelo Conselho de Administração do Banco e pelo Comitê de Risco Global (CRG), que é um fórum composto pelo Presidente e vice-presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas pelo CRG são conduzidas em subcomitês específicos (Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional), que são fóruns formados por Diretores.

*Para conhecer as políticas de gestão de riscos do Banco do Brasil, acesse o website [bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri).*

## **Basiléia II**

As tabelas abaixo apresentam os riscos e a exigência de capital econômico apurados em conformidade com as disposições legais brasileiras sobre Basileia II, e com as informações contábeis em BRGAAP. Os dados são apresentados na visão “Consolidado Financeiro” que traz a consolidação proporcional de todas as empresas financeiras do Grupo e na visão “Consolidado Econômico-Financeiro”, que consolida proporcionalmente todas as empresas nas quais o Banco do Brasil possui participações diretas ou indiretas.

Riscos	R\$ milhões			
	Basiléia I		Basiléia II	
	1S08		2S08	
Consolidado Financeiro	Consolidado Econômico Financeiro	Consolidado Financeiro	Consolidado Econômico Financeiro	
Crédito	27.611	28.369	30.674	30.980
Mercado	866	866	119	119
Operacional	-	-	401	401
<b>TOTAL</b>	<b>28.477</b>	<b>29.235</b>	<b>31.194</b>	<b>31.500</b>

Capital Econômico	R\$ milhões	
	1S08	2S08
Exigência sobre Risco de Crédito	4.434	4.809
Exigência sobre Risco de Mercado (*)	752	414
Exigência sobre Risco Operacional (**)	1.147	539
<b>TOTAL</b>	<b>6.333</b>	<b>5.762</b>

(\*) *Trading book*. A partir do 4T08 contempla *trading book*, câmbio e *commodities*  
 (\*\*) Calculado por meio de metodologia paramétrica e não-paramétrica (*bootstrap*).  
 Valor Econômico calculado para 4T08 reflete o montante em risco descontado das provisões realizadas frente às perdas esperadas.

O Banco do Brasil trabalha na adequação de seus processos à Basiléia II, com o objetivo final de adotar a abordagem avançada para alocação de capital.

## Controles Internos

Ao longo de 2008, no âmbito do Programa de *Compliance*, foi implementado o plano de atuação com foco na gestão do risco operacional e *compliance*, estruturado de acordo com os direcionadores do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e do COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology* e aderentes às exigências dos órgãos reguladores e de fiscalização no Brasil e no Exterior.

Foram intensificadas as ações de controles e monitoramento, com avaliações e verificações segregadas para mitigação de riscos junto às unidades gestoras de processos comerciais e operacionais e à rede de dependências no Brasil e no exterior. A atuação junto às empresas do Conglomerado foi realizada por meio da estrutura de governança corporativa das respectivas empresas, em conformidade com a legislação vigente.

As soluções de controles automatizados integram-se à rotina operacional dos processos do Banco, permitindo a realização de testes, o monitoramento eletrônico, a evidenciação e o reporte das fragilidades que requerem ações de mitigação e melhoria contínua dos negócios e produtos do Banco.

O Banco do Brasil unificou as tesourarias doméstica e internacional. Essa nova configuração, organizacional e de processos, proporciona

refinamento na gestão financeira do Banco e confere maior segurança às operações e melhor atendimento aos clientes. Com soluções globais, a tesouraria atua nos mercados doméstico e externo atendendo tanto os clientes do Banco quanto o próprio Conglomerado.

### Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Para o Banco do Brasil, prevenir e combater a lavagem de dinheiro, além de obrigação legal, é uma responsabilidade social e um compromisso com o País. A capacitação dos funcionários e os mecanismos destinados a evitar o uso de produtos e serviços do Banco para a lavagem de dinheiro, bem como para monitorar e detectar indícios, são objetos de aprimoramento constante.

Os treinamentos do BB foram certificados com o selo Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA. O selo é uma certificação conferida pelo Ministério da Justiça a cursos sobre combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, cujo conteúdo atenda aos requisitos definidos pelo Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro.

Em 2008, o Banco participou das reuniões de elaboração da ENCCLA e apoiou a Reunião Plenária do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo - GAFI.

## PESSOAS

O BB encerrou o semestre com 89,4 mil funcionários, evolução de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Importante ressaltar que esse número inclui os funcionários do Besc e BEP.

	Dez/07	Dez/08
Funcionários	81.855	89.369
Mão-de-obra temporária <sup>1</sup>	8.866	2.430

<sup>1</sup> Contratados junto a empresas especializadas no fornecimento de mão-de-obra temporária

Para maiores informações, consulte o Relatório de Sustentabilidade, disponível no site [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

## SUSTENTABILIDADE

Para o Banco do Brasil, responsabilidade socioambiental é “ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente”.

Por meio da responsabilidade socioambiental, o Banco do Brasil quer alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental de sua atuação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do nosso País e do Mundo.

*Para saber maiores informações a respeito das práticas do Banco, acesse o Relatório de Sustentabilidade, disponível em [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).*

### O que nos orienta

O BB tem por missão “Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País”.

Para cumprir essa missão, o BB evidencia o conceito de sustentabilidade nas práticas administrativas e negociais, nos compromissos públicos assumidos e no relacionamento da Empresa com seus públicos de interesse.

### Principais compromissos relacionados à



## sustentabilidade

### PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO

- *Most Shareholder Friendly Company* (“Prêmio Companhia mais amigável para acionistas”), categoria instituições financeiras, Revista *Institucional Investor*.
- Relatório Anual 2006 foi apontado como o segundo melhor relatório do mundo, na visão do mercado financeiro, em premiação promovida pela *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Cartões – Negócios” com o Ourocard Agronegócio e com o Ourocard Empresarial com Capital de Giro.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Core Systems – Melhor Aplicativo para Crédito” com o BB Crédito Parcerias.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Autoatendimento Especial - Instalação Desassistida de TAA”.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Call Center – Solução de Integração de Infraestrutura”.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Correspondente Bancário Especial”.
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Infraestrutura (bancos)”.
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Mobilidade (bancos)”.
- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de Autoatendimento”.
- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de *Mobile Banking*”.
- Mobile Payment - uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, em pesquisa realizada pela Revista Exame e pela consultoria Monitor.
- Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF) – Ciclo 2007, as Diretorias de Agronegócio e de Crédito foram reconhecidas nas faixas bronze e prata, respectivamente, na categoria empresas públicas e sociedades de economia mista.
- Aliança do Brasil - Melhor seguradora do País no ramo vida pela revista Conjuntura Econômica.

- Prêmio Destaque em Comércio Exterior, categoria Apoio à Exportação – Excelência em Comércio Exterior. Reconhecimento oferecido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).
- Prêmio “Melhores Práticas em Educação Corporativa”, categoria Institucional, projeto “ Gestão por Competências no Banco do Brasil : do mapeamento à certificação de competências profissionais”, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a colaboração e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, que são a maior riqueza do Banco do Brasil, bem como a confiança de acionistas e clientes, razão de existir da nossa Empresa.

*Mais informações: site de Relações com Investidores ([bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri))*

# Banco do Brasil S.A.

## Balanço Patrimonial Consolidado

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31 de dezembro	
	2008	2007
Caixa e depósitos bancários	5.373	4.329
Caixa restrito	12.446	12.742
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.697	27.315
Aplicações em operações compromissadas	95.152	43.405
Ativos de negociação, ao valor justo	20.459	19.712
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo	38.205	38.064
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	15.907	16.830
Operações de crédito	224.561	162.585
Provisão para perdas com operações de crédito	(13.709)	(10.202)
Investimentos em entidades não consolidadas	1.827	2.060
Imobilizado de uso, líquido	4.113	3.772
Ágio sobre investimentos	617	35
Outros ativos intangíveis	4.256	2.522
Outros ativos	46.277	54.428
<b>Total do ativo</b>	<b>488.181</b>	<b>377.597</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
Depósitos de clientes	257.677	183.494
Depósitos interfinanceiros	14.061	5.139
Obrigações por operações compromissadas	91.402	72.227
Obrigações de curto prazo	6.245	1.134
Obrigações de longo prazo	31.923	24.072
Outras obrigações	55.801	47.756
<b>Total do passivo</b>	<b>457.109</b>	<b>333.822</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Ações ordinárias – sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2008 – 2.568.186.485 e em 31 de dezembro de 2007 – 2.475.949.269)	13.780	13.212
Capital adicional	16	16
Ações em tesouraria	(31)	-
Reservas de lucros	17.427	12.145
Outros lucros abrangentes acumulados	(2.965)	16.430
Lucros(prejuízos) acumulados não apropriados	2.845	1.972
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>31.072</b>	<b>43.775</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>488.181</b>	<b>377.597</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Banco do Brasil S.A.

## Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Receitas de juros</b>		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.130	171
Aplicações em operações compromissadas	7.220	4.278
Títulos e valores mobiliários de negociação	2.218	1.024
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	4.775	4.613
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	2.033	2.327
Operações de crédito	32.643	25.314
Outras receitas de juros	1.205	1.055
<b>Total das receitas de juros</b>	<b>55.224</b>	<b>38.782</b>
<b>Despesas de juros</b>		
Depósitos de clientes	(14.491)	(9.339)
Depósitos interfinanceiros	(396)	(865)
Obrigações por operações compromissadas	(8.969)	(7.824)
Obrigações de curto prazo	(5.257)	1.621
Obrigações de longo prazo	(2.449)	(1.378)
Outras despesas de juros	(439)	(338)
<b>Total das despesas de juros</b>	<b>(32.001)</b>	<b>(18.123)</b>
<b>Receitas de juros, líquidas</b>	<b>23.223</b>	<b>20.659</b>
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(7.286)	(4.462)
<b>Receitas de juros, líquidas após provisão para perdas com operações de crédito</b>	<b>15.937</b>	<b>16.197</b>
<b>Receitas não de juros</b>		
Prestação de serviços	10.875	9.968
Ganhos(Perdas) sobre ativos de negociação	(1.496)	1.160
Ganhos sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	14	59
Ganhos líquidos em entidades não consolidadas	755	797
Prêmios de seguro	1.052	-
Ganhos líquidos em operações de câmbio	368	299
Outras receitas não de juros	3.155	1.781
<b>Total das receitas não de juros</b>	<b>14.723</b>	<b>14.064</b>
<b>Despesas não de juros</b>		
Salários e encargos	(3.313)	(6.348)
Despesas administrativas	(6.436)	(6.035)
Sinistros de seguros e variação de provisões de seguros	(331)	-
Amortização de outros ativos intangíveis	(1.195)	(448)
Depreciação	(898)	(866)
Outras despesas não de juros	(7.375)	(5.399)
<b>Total das despesas não de juros</b>	<b>(19.548)</b>	<b>(19.096)</b>
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>11.112</b>	<b>11.165</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(1.437)</b>	<b>(3.181)</b>
Corrente	(2.552)	(2.909)
Diferido	1.115	(272)
<b>Lucro líquido</b>	<b>9.675</b>	<b>7.984</b>
Lucro por ação (em reais) básico	3,80	3,22
Lucro por ação (em reais) diluído	3,75	3,12
Média ponderada de ações em circulação (básica) <sup>(1)</sup>	2.548.098.464	2.475.949.269
Média ponderada de ações em circulação (diluída) <sup>(1)</sup>	2.577.649.367	2.560.597.869

(1) Quantidades ajustadas para refletir o desdobramento de ações de 1:3 ocorrido em junho/07.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Banco do Brasil S.A.

## Demonstração Consolidada do Lucro Abrangente

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Lucro líquido apresentado na Demonstração do Resultado</b>	<b>9.675</b>	<b>7.984</b>
<b>Outros lucros (prejuízos) abrangentes</b>		
Ganhos(perdas) não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	662	(521)
Ajuste de reclassificação de (ganhos) perdas sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda realizados no exercício	(14)	(59)
Ganhos(perdas) não realizados sobre planos de benefícios pós-aposentadoria	(31.254)	11.208
Ajuste de reclassificação de ganhos sobre planos de benefícios pós-aposentadoria realizados no exercício	(2.218)	(1.201)
<b>Outros lucros (prejuízos) abrangentes antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(32.824)</b>	<b>9.427</b>
Imposto de renda e contribuição social relacionado aos outros lucros (prejuízos) não realizados	13.429	(3.337)
<b>Outros lucros (prejuízos) abrangentes, líquidos de imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>(19.395)</b>	<b>6.090</b>
<b>Lucro abrangente para o exercício</b>	<b>(9.720)</b>	<b>14.074</b>

A tabela a seguir apresenta o saldo acumulado de Outros lucros abrangentes acumulados, líquido de imposto de renda e de contribuição social.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Saldo inicial</b>	<b>16.430</b>	<b>10.340</b>
Ganhos(perdas) não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos	688	(514)
Ganhos(perdas) não realizados sobre planos de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos	(20.083)	6.604
<b>Saldo final</b>	<b>(2.965)</b>	<b>16.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Banco do Brasil S.A.

## Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital	Capital adicional	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros lucros abrangentes acumulados	Lucros acumulados	Total
<b>Eventos</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>11.913</b>	<b>76</b>	<b>-</b>	<b>356</b>	<b>9.551</b>	<b>10.340</b>	<b>(1.014)</b>	<b>31.222</b>
Aumento de capital com reservas	798	-	-	(356)	(442)	-	-	-
Aumento de capital pelo exercício de bônus de subscrição	501	(60)	-	-	-	-	60	501
Ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(514)	-	(514)
Ajuste do passivo/ativo atuarial de plano de benefícios pós-aposentadoria	-	-	-	-	-	6.604	-	6.604
Outros	-	-	-	-	-	-	1	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.984	7.984
Constituição de reservas	-	-	-	-	3.491	-	(3.491)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(455)	-	(1.568)	(2.023)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>13.212</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.145</b>	<b>16.430</b>	<b>1.972</b>	<b>43.775</b>
Aumento de capital	568	-	-	-	-	-	-	568
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(31)	-	-	-	-	(31)
Ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	688	-	688
Ajuste do passivo/ativo atuarial de plano de benefícios pós-aposentadoria	-	-	-	-	-	(20.083)	-	(20.083)
Outros	-	-	-	-	-	-	1	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.675	9.675
Constituição de reservas	-	-	-	-	6.193	-	(6.193)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(911)	-	(2.610)	(3.521)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>13.780</b>	<b>16</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>17.427</b>	<b>(2.965)</b>	<b>2.845</b>	<b>31.072</b>

## Banco do Brasil S.A.

### Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade de ações ordinárias	
	Ações emitidas <sup>(1)</sup>	Ações em tesouraria <sup>(1)</sup>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b><u>2.475.949.269</u></b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b><u>2.475.949.269</u></b>	<b>-</b>
Aumento de capital	92.237.216	-
Compra de ações em tesouraria	-	1.150.365
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b><u>2.568.186.485</u></b>	<b><u>1.150.365</u></b>

(1) Quantidades ajustadas para refletir o desdobramento de ações de 1:3 ocorrido em junho/2007.

# Banco do Brasil S.A.

## Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido	9.675	7.984
Provisão para perdas em operações de crédito	7.286	4.462
(Ganhos) ou perdas na alienação de bens não de uso	(14)	3
Provisão para bens não de uso	-	7
Provisão para investimentos não consolidados	2	2
Provisão para seguros	80	-
Depreciação e amortização	898	866
Amortização e perdas em ativos intangíveis	594	448
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.452	1.031
Ganhos líquidos em entidades não consolidadas	(755)	(797)
Ganhos na alienação de investimentos não consolidados	(36)	(166)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	839	423
(Ganhos) ou perdas em investimentos no exterior	(324)	277
Variação líquida de juros de ativos	(6.879)	2.427
Variação líquida de juros de passivos	4.586	1.924
Impostos diferidos	(1.116)	273
Ganhos não de juros de títulos disponíveis para venda	(14)	(59)
Ganhos na venda de imobilizado e perdas de capital	(59)	(12)
<b>Mudanças em ativos e passivos:</b>		
Acréscimos em ativos de negociação	(425)	(11.234)
Acréscimos em outros ativos	(9.416)	(9.607)
Acréscimos em outras obrigações	4.953	5.386
<b>Caixa líquido proveniente de atividades operacionais</b>	<b>12.327</b>	<b>3.638</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Acréscimo em aplicações em depósitos interfinanceiros	(13.179)	(172)
(Acréscimo) ou decréscimo em aplicações em operações compromissadas	23.166	(21.704)
Venda de títulos disponíveis para venda	21.647	3.751
Resgate de títulos mantidos até o vencimento	1.260	5.435
Compra de títulos disponíveis para venda	(21.866)	(4.637)
Compra de títulos mantidos até o vencimento	(581)	(106)
Acréscimos líquidos em operações de crédito	(58.574)	(29.412)
Compra de imobilizado	(1.273)	(782)
Venda de imobilizado	94	58
Venda de bens não de uso	46	42
Aquisição de ativos intangíveis	(2.909)	(2.261)
Compra de empresas não consolidadas	(11)	(61)
Venda de empresas não consolidadas	27	182
<b>Caixa líquido proveniente de atividades de investimento</b>	<b>(52.153)</b>	<b>(49.667)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Acréscimo em depósitos de clientes	69.246	27.450
Acréscimo em depósitos interfinanceiros	8.933	244
Acréscimo em obrigações por operações compromissadas	19.469	22.603
Acréscimo ou (decréscimo) em obrigações por empréstimos de curto prazo	5.111	(115)
Aquisição de obrigações de longo prazo	10.861	7.723
Liquidação de obrigações de longo prazo	(2.965)	(6.797)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos	(2.825)	(2.394)
Incrementos de capital	568	501
Aquisição de ações em tesouraria	(31)	-
<b>Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento</b>	<b>108.367</b>	<b>49.215</b>
<b>Incremento ou decréscimo líquido em caixa ou equivalentes</b>	<b>68.541</b>	<b>3.186</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício <sup>(1)</sup>	51.184	47.998
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício <sup>(1)</sup>	119.725	51.184
<b>Complementos</b>		
Caixa pago em juros	27.415	16.199
Caixa pago em impostos	2.717	2.535
Empréstimos transferidos para bens não de uso	34	20
Dividendos declarados e não pagos	1.202	506
Emissão de ações para aquisição do Besc <sup>(2)</sup>	228	-
Emissão de ações para aquisição do Bescj <sup>(2)</sup>	259	-
Emissão de ações para aquisição do BEP <sup>(2)</sup>	81	-

(1) Nota explicativa 2

(2) Nota explicativa 1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1. Apresentação das demonstrações contábeis, organização societária, descrição dos negócios, base de apresentação e aquisições e incorporações

#### a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (*US GAAP*) para o atendimento às normas do segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”). Dessa forma, o patrimônio líquido e o resultado do exercício nessas Demonstrações contábeis diferem, em certos aspectos, dos registros contábeis estatutários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pelo Conselho Diretor em 06 de maio de 2009.

#### b) Organização societária

O Banco do Brasil S.A. (o “BB”, o “Banco”, o “Banco do Brasil” ou “nós”) é uma sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. É controlado pelo Governo Federal e sua matriz está localizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil e tem suas ações negociadas no segmento Novo Mercado da Bovespa.

#### c) Descrição dos negócios

O Banco do Brasil é um banco múltiplo constituído em conformidade com a regulamentação bancária brasileira, operando em onze segmentos de negócio. O segmento mais significativo é o bancário, que abrange o oferecimento, no Brasil, por intermédio da rede de agências, de terminais de autoatendimento e de correspondentes bancários do Banco, de uma extensa linha de produtos e serviços financeiros a uma ampla base de clientes pessoas físicas e jurídicas. Fora do Brasil, o Banco realiza, por meio de suas agências e subsidiárias, captações em dólares norte americanos e outras moedas estrangeiras, operações de financiamento às exportações e importações brasileiras, principalmente a clientes relacionados ao Brasil. O segmento de investimentos está relacionado a participações societárias nos setores de seguridade, previdência, capitalização e meios de pagamento, bem como a negócios especializados no mercado de capitais. O segmento de turismo compreende essencialmente o agenciamento de viagens e a comercialização de pacotes turísticos. O segmento *Leasing* está relacionado a operações de arrendamento mercantil de bens móveis em geral e de veículos. No segmento Tecnologia são comercializados produtos e serviços de *hardware*, *software*, bem como serviços de impressão de documentos, microfilmagem e outros. Os demais segmentos não são individualmente representativos, segundo os limites quantitativos da SFAS 131 – Divulgação Sobre Segmentos de uma Entidade e Informação Relacionada.

Os produtos e serviços bancários oferecidos, no mercado local, compreendem diversas modalidades de captação, tais como depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo, bem como uma linha diversificada de assistência financeira aos setores varejo, comercial, agronegócios e comércio exterior. As operações de crédito voltadas ao setor varejo são destinadas às pessoas físicas e às micro e pequenas empresas, destacando-se o crédito direto ao consumidor, as contas especiais (cheque especial), as operações com cartão de crédito e os financiamentos de capital de giro. A população de menor renda e os microempresários, não atendidos pelo sistema bancário tradicional, representam um segmento de negócio específico e são assistidos por meio de operações de microcrédito, sem comprovação de renda. As operações de crédito do setor comercial são destinadas principalmente às médias e grandes empresas e a clientes *corporate*, sobressaindo-se as operações com recebíveis, as contas garantidas e os empréstimos de capital de giro. Os créditos ao setor de agronegócios abrangem o financiamento do custeio da produção, da comercialização de produtos agropecuários e de investimentos rurais. O apoio ao setor de comércio exterior é realizado essencialmente mediante a concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### d) Base de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem o Banco do Brasil (empresa controladora) e as empresas nas quais o Banco possui controle, direto ou indireto, no Brasil e no exterior. Os saldos significativos de todas as contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Salvo indicação em contrário, todas as companhias estão consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007. A tabela a seguir apresenta as empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, agrupadas conforme os segmentos de atuação definidos pela Administração:

Empresas	País de constituição	Porcentagem do capital votante em 31 de dezembro de 2008	Porcentagem do capital votante em 31 de dezembro de 2007
<b>Bancário</b> <sup>(1)</sup>			
BB Assunção e Cidade de Leste <sup>(2)</sup>	Paraguai	100%	100%
BB Buenos Aires	Argentina	100%	100%
BB Frankfurt	Alemanha	100%	100%
BB Grand Cayman	Ilhas Cayman	100%	100%
BB La Paz	Bolívia	100%	100%
BB Lisboa	Portugal	100%	100%
BB Londres	Inglaterra	100%	100%
BB Madri	Espanha	100%	100%
BB Miami	Estados Unidos	100%	100%
BB Milão	Itália	100%	100%
BB Montevideo	Uruguai	100%	100%
BB Nova Iorque	Estados Unidos	100%	100%
BB Paris	França	100%	100%
BB Santiago	Chile	100%	100%
BB Tóquio	Japão	100%	100%
Banco Popular do Brasil S.A. ("Banco Popular")	Brasil	100%	100%
Besc Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(5)</sup>	Brasil	99,58%	-
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company <sup>(3)</sup>	Ilhas Cayman	-	-
<b>Investimentos</b>			
BB Banco de Investimento S.A.	Brasil	100%	100%
<b>Turismo</b>			
BB TUR Viagens e Turismo Ltda. ("BBTUR") <sup>(7)</sup>	Brasil	100%	100%
<b>Leasing</b>			
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Brasil	100%	100%
Besc Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil <sup>(5)</sup>	Brasil	99%	-
<b>Tecnologia</b>			
COBRA Tecnologia S.A. ("COBRA") <sup>(8)</sup>	Brasil	99,39%	99,39%
<b>Outros</b>			
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM")	Brasil	100%	100%
Brasil Aconselhamento Financeiro S.A. ("BAF") <sup>(4)</sup>	Brasil	100%	100%
Besc Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A. <sup>(5)</sup>	Brasil	99,62%	-
ATIVOS S.A. – Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100%	100%
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("BB Cartões")	Brasil	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Brasil	100%	100%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Brasil	100%	100%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil <sup>(6) (8)</sup>	Brasil	100%	40%
BB Leasing Company Ltd	Ilhas Cayman	100%	100%
BB Securities Limited	Inglaterra	100%	100%
BB Securities LLC	Estados Unidos	100%	100%
Banco do Brasil AG. Viena	Áustria	100%	100%
Brazilian American Merchant Bank ("BAMB")	Ilhas Cayman	100%	100%
BB USA Holding Company <sup>(8)</sup>	Estados Unidos	100%	-
BB Money Transfers, Inc <sup>(8)</sup>	Estados Unidos	100%	-

(1) O Segmento Bancário inclui também o Banco do Brasil (empresa controladora).

(2) O BB Cidade do Leste foi incorporado pelo BB Assunção em setembro de 2008.

(3) A empresa "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" é considerada uma sociedade de propósitos específicos - SPE, da qual o BB é o principal beneficiário.

(4) A empresa BAF está em processo de liquidação.

(5) Empresas controladas do Besc S.A., que foi incorporado pelo Banco do Brasil em 30 de setembro de 2008.

(6) Companhia consolidada somente em 2008.

(7) Dados para consolidação relativos a outubro/2008. A diferença de data base não gerou efeito relevante para nossas demonstrações contábeis consolidadas.

(8) Dados para consolidação relativos a novembro/2008. A diferença de data base não gerou efeito relevante para nossas demonstrações contábeis consolidadas.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### e) Aquisições e incorporações

Em julho de 2008, adquirimos 30% do capital total e 60% do capital votante da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Aliança"). A operação foi concretizada pelo valor de R\$ 670, pagos em espécie, sendo reconhecido ágio de R\$ 581, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Apresentamos abaixo o balanço patrimonial resumido da aquisição:

	<b>2008</b>
Caixa e depósitos bancários	4
Títulos e valores mobiliários	303
Imobilizado	3
Outros ativos	259
Outras obrigações	(480)
<b>Valor justo dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>89</b>
Valor pago na operação	670
<b>Ágio</b>	<b>581</b>

Em 30 de setembro de 2008, o Banco do Brasil incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (Besc) e a Besc S.A. – Crédito Imobiliário (Bescr), por meio de emissão de ações. Foi aprovado, pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 30 de setembro de 2008, o aumento do capital social no Banco do Brasil no valor de R\$ 487, que foi submetido à homologação pelo Banco Central do Brasil. O aumento de capital decorrente da incorporação dos patrimônios líquidos do Besc e da Bescr resultou na emissão de 23.074.306 ações ON (BBSA3), sem valor nominal, pelo Banco do Brasil. Os patrimônios dessas entidades foram avaliados pelo valor contábil, e as transações foram contabilizadas pelo método da fusão de participações, uma vez que foram realizadas entre entidades sob controle comum da União.

Em 30 de novembro de 2008, o Banco do Brasil incorporou o Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP), por meio de emissão de ações. Foi aprovado, pela AGE de 28 de novembro de 2008, o aumento do capital social do Banco do Brasil no valor de R\$ 81, pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil. O patrimônio do BEP foi avaliado pelo valor contábil, e a transação foi contabilizada pelo método da fusão de interesses, uma vez que foi realizada entre entidades sob controle comum da União.

	<b>2008</b>		
	<b>Besc</b>	<b>Bescr</b>	<b>BEP</b>
Caixa e depósitos bancários	75	1.040	4
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.597	497	10
Títulos e valores mobiliários	1.406	1.018	-
Operações de crédito	636	60	121
Imobilizado	43	-	2
Outros ativos	237	10	120
Depósitos de clientes	(2.654)	(2.347)	(128)
Depósitos interfinanceiros	(58)	-	-
Outras obrigações	(1.054)	(19)	(48)
<b>Valor contábil dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>228</b>	<b>259</b>	<b>81</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Práticas de consolidação e uso de estimativas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem o Banco do Brasil, as empresas nas quais o Banco possui participação majoritária, direta ou indireta, no Brasil e no exterior, e aquelas entidades de interesse variável (VIEs) onde nós somos o principal beneficiário. O BB possui uma participação majoritária de uma empresa quando detém, direta ou indiretamente, a maioria das ações com direito a voto. Nós somos o principal beneficiário de uma entidade quando absorvemos a maioria das suas perdas esperadas ou recebemos a maioria dos seus retornos residuais esperados.

Os saldos significativos de todas as contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais e foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (*US GAAP*). Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, utilizamos estimativas e premissas para mensurar certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com os *US GAAP*. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem várias estimativas e premissas, como a mensuração da provisão para perdas com operações de crédito, a estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros, o cálculo das provisões técnicas de seguros, do valor das provisões para a não realização dos ativos de imposto diferido, a determinação da vida útil de certos ativos e a definição da probabilidade e da estimativa de perdas contingentes. Por consequência, os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas.

#### b) Reajustes em moeda constante

O Brasil era considerado uma economia hiperinflacionária até 30 de junho de 1997, segundo as diretrizes do *Financial Accounting Standards Board* ("FASB"). Em consequência, para fins destas demonstrações contábeis, todos os saldos não-monetários de operações anteriores àquela data foram reajustados aos níveis de preço de 30 de junho de 1997, em conformidade com a *SFAS 52 – Foreign Currency Translation* ("SFAS 52"). O índice utilizado para esse reajuste foi o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), que consideramos o índice mais apropriado devido à sua fonte independente, ao longo histórico de publicação e por conter em sua composição preços no atacado, ao consumidor e de construção.

A partir de 1º de julho de 1997, o Brasil deixou de ser considerado um ambiente hiperinflacionário, porquanto, nessa data, a taxa de inflação acumulada no período referente aos últimos três anos anteriores foi inferior a 100%. Por isso, a partir de 1º de julho de 1997, os saldos e as operações estão expressos em Reais nominais, conforme exigido pelos *US GAAP*.

#### c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Os ativos, passivos e as operações das agências e subsidiárias externas são registrados na moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional das nossas agências e subsidiárias externas, para fins das demonstrações contábeis em *US GAAP*, em conformidade com a *SFAS 52*, foi considerada o Real. Para fins de consolidação, as demonstrações contábeis dessas entidades foram convertidas de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos, a maior parte dos quais de natureza monetária, pela taxa de câmbio vigente no final do exercício; (ii) receitas e despesas pela taxa média de câmbio no exercício. Os ganhos e as perdas advindos da conversão foram reconhecidos como ganho (perda) líquido no resultado do período.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa, consideram-se Caixa e equivalentes de caixa os saldos das contas Caixa e depósitos bancários, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações em operações compromissadas com vencimentos de três meses ou menos da data de encerramento do exercício e que apresentam risco insignificante de mudanças no valor em função das alterações nas taxas de juros. O quadro abaixo demonstra os valores de Caixa e equivalentes de caixa:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Caixa e depósitos bancários	5.373	4.329
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.200	27.071
Aplicações em operações compromissadas	95.152	19.784
<b>Total</b>	<b>119.725</b>	<b>51.184</b>

#### e) Apresentação dos ativos e passivos com incidência de juros

Os ativos e passivos que têm incidência de juros são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo valor do principal em aberto acrescido dos juros e da variação monetária e cambial incorridos. Essa apresentação é necessária porque os juros e a variação monetária incorridos são incorporados ao montante do principal em aberto, em cada período contratual, para praticamente todos esses ativos e passivos. O total de juros e variação monetária e cambial apropriados sobre o montante de capital em aberto dos ativos era de R\$ 40.603 e R\$ 29.603, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente. O total de juros e variação monetária e cambial apropriados sobre o montante de capital em aberto dos passivos era de R\$ 16.555 e R\$ 11.969, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### f) Aplicações em operações compromissadas e obrigações por operações compromissadas

O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda (“compromisso de revenda”) e captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra (“compromisso de recompra”), compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou de venda, acrescidos dos juros incorridos.

Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incidentes sobre operações com compromisso de recompra são registrados em receitas de juros – aplicações em operações compromissadas e despesas de juros – obrigações por operações compromissadas, respectivamente.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia quando necessário.

### g) Ativos de negociação

O Banco classifica como Ativos de negociação aqueles títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos, mantidos com propósito de negociação. Essa classificação é definida com base na intenção do Banco na data da aquisição (data da negociação).

Os títulos e valores mobiliários de negociação são contabilizados pelo valor justo, baseado geralmente em cotações de preços de mercado. Caso não existam cotações de preços de mercado, os valores justos são estimados com base em modelos de precificação ou em cotações de preços para instrumentos financeiros com características semelhantes. Os rendimentos (juros, amortização de ágios e deságios, e dividendos) desses títulos e valores mobiliários são apropriados como receita de juros e apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício. Os ganhos e as perdas, realizados e não realizados sobre esses títulos, são reconhecidos como ganhos (perdas) sobre ativos de negociação na Demonstração do Resultado do Exercício. Utilizamos o preço específico e o preço médio para avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como Ativos de negociação.

Os derivativos destinados à negociação são classificados no ativo, em Ativos de negociação, e no passivo, em Outros passivos. O Banco possui derivativos destinados à negociação, tais como *swap*, contrato futuro, contrato a termo, opção e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações, *commodities* e risco de crédito. O Banco também possui derivativos contratados por solicitação de seus clientes.

Estes derivativos são contabilizados pelo valor justo. Caso não existam cotações de preços de mercado, os valores justos são estimados com base em modelos de precificação ou em cotações de preços para instrumentos financeiros com características semelhantes. Os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, são reconhecidos como ganhos (perdas) sobre ativos de negociação na Demonstração do Resultado do Exercício.

### h) Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação

Os derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados ao valor justo, independente do objetivo ou da intenção de mantê-los de acordo com a SFAS 133, “Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging”, como alterada pelas SFAS 137, 138 e 149. As mudanças nos valores justos de um instrumento são reconhecidas nos lucros ou no patrimônio líquido, dependendo de sua designação e qualificação como um *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira. Para se qualificar como um *hedge*, o derivativo deve ser: (i) designado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro específico no início do contrato; (ii) efetivo na redução do risco associado com a exposição a ser protegida pelo *hedge*; e (iii) altamente correlacionado com respeito a mudanças em seu valor justo quanto ao valor justo ou quanto ao fluxo de caixa do item protegido pelo *hedge*, tanto no início quanto durante a vigência do contrato. O Banco não adota como prática designar instrumentos financeiros derivativos como *hedge* contábil segundo as normas prescritas na SFAS 133.

O Banco possui vários derivativos não destinados à negociação para administrar sua exposição global às variações nas taxas de juros e moedas estrangeiras, tais como *swap*, contrato futuro, contrato a termo, opção e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações, *commodities* e risco de crédito.

Derivativos embutidos são bifurcáveis quando todos os seguintes critérios são cumpridos: (i) as características e riscos econômicos do derivativo embutido não estão clara nem fortemente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal, (ii) o contrato que contém o derivativo embutido e o contrato principal não é reavaliado a valor justo com alterações no valor justo registradas no resultado à medida em que ocorrem e (iii) um instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido, que estaria sujeito às exigências da SFAS 133, alterada. Esses derivativos embutidos são mensurados ao valor justo com lucros e perdas reconhecidos no resultado a cada data de divulgação.

De acordo com a SFAS 155, “Contabilização de Certos Instrumentos Financeiros Híbridos” (SFAS 155), instrumentos financeiros híbridos, os quais contêm um derivativo embutido, que exigiria bifurcação, podem ser contabilizados ao valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. O valor justo seria aplicado instrumento por instrumento. Nós não identificamos nenhum derivativo embutido elegível para aplicação da SFAS 155.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### i) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado. Esses títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo seu valor justo, sendo os ganhos ou as perdas não realizados registrados, líquidos dos tributos incidentes, em conta destacada do patrimônio líquido. Os rendimentos (juros, amortização de ágios e deságios, e dividendos) desses títulos e valores mobiliários são apropriados como receita de juros e apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício. Os ganhos e as perdas realizados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são computados na Demonstração do Resultado do Exercício como Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Utilizamos o preço específico e o preço médio para avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda. Ocorrendo reclassificação de títulos disponíveis para venda para a categoria negociação, o ganho ou perda não realizado até a data da reclassificação, que se encontra registrado em conta destacada do patrimônio líquido, é transferido imediatamente para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a firme intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento são classificados como mantidos até o vencimento e são contabilizados pelo custo de aquisição, ajustado pelos juros incorridos e pelos ágios e deságios. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício em Receitas de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Ocorrendo uma perda não temporária no valor de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, o Banco reconhece essa perda na Demonstração do Resultado do Exercício, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do título desvalorizado e o seu valor justo na data da desvalorização. Esse valor justo na data da desvalorização torna-se a nova base de custo do título. Para estabelecer se a desvalorização no valor de um título é não temporária, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do valor do título, considerando os seguintes fatores: (i) duração e grandeza da redução do valor do título aquém do valor contábil; (ii) probabilidade, apurada com base no comportamento histórico do valor dos títulos e na nossa experiência, de recuperação do decréscimo do valor dos títulos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos títulos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

### j) Operações de crédito e arrendamento mercantil

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros apropriados, incluindo os juros e a indexação contratual (variação monetária e cambial). Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. A apropriação dos encargos financeiros é geralmente suspensa em todas as operações de crédito e de arrendamento mercantil julgadas incobráveis em relação ao principal ou aos encargos, assim consideradas as operações com atraso de 60 dias ou mais. Essas operações de crédito e arrendamento mercantil, cuja apropriação de encargos financeiros é descontinuada, passam a ser consideradas como de curso anormal. A cobrança de juros sobre tais empréstimos e arrendamentos mercantis é registrada como redução do principal e, quando de seu recebimento, o resultado é reconhecido com base no regime de caixa.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro têm o mesmo tratamento de operações de crédito e são registrados pelo total das contas a receber, acrescido do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

### k) Provisão para perdas com operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito representa a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas prováveis inerentes na carteira de crédito ou na prestação de garantias, na data das demonstrações contábeis consolidadas. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de crédito, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes pessoas físicas e jurídicas. A metodologia utilizada para estimar as perdas da carteira de crédito é revisada periodicamente pela Administração.

A provisão para perdas com operações de crédito é aumentada mediante registro em despesas de provisões constituídas para cobertura de perdas com créditos, sendo reduzida por baixa de operações de crédito e de arrendamento mercantil consideradas incobráveis. A provisão constituída para perdas com operações de crédito é registrada como redutora dos empréstimos e a provisão com garantias prestadas é registrada em outros passivos.

Para permitir a apuração de um nível adequado de provisão para perdas com operações de crédito as operações mais significativas recebem tratamento especial e individualizado. Esse processo resulta em uma provisão para perdas com operações de crédito específica e uma provisão geral para as operações de créditos homogêneas.

A provisão para operações de crédito que recebem tratamento especial e individualizado é apurada de acordo com a SFAS 114 "Contabilização da Inadimplência de um Empréstimo pelo Credor", modificado pela SFAS 118 "Contabilização pelo Credor da Inadimplência de um Empréstimo – Reconhecimento de Receitas e Divulgação de Informações". As operações sujeitas ao tratamento especial e individualizado representam as operações para as quais é provável que, baseado em informações atuais, o Banco não receberá o principal ou encargos na forma contratualmente estabelecida. Avaliamos individualmente estas operações com base no valor de realização das garantias relacionadas. Constituímos uma provisão para perdas em valor equivalente à diferença entre o valor contábil das operações de crédito e de arrendamento mercantil analisadas individualmente e o valor determinado conforme acima. Não é constituída provisão caso os valores apurados excedam os saldos devedores das operações.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A provisão geral para as operações de créditos homogêneas é associada a todas as demais operações de crédito e arrendamento mercantil que não foram analisadas individualmente, mas para as quais a Administração acredita que poderá ocorrer eventual perda, de acordo com a SFAS 5 "Contabilidade para Contingências". As operações sujeitas à provisão geral normalmente são de pequenos valores e de características semelhantes, incluindo empréstimos a pessoas físicas, cheques especiais, crédito direto ao consumidor, pequenas e micro empresas, produtores rurais e empréstimos de capital de giro.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão quando consideradas incobráveis ou permanentemente inadimplentes. Normalmente, baixamos nossos créditos contra provisão quando nenhum pagamento for recebido após transcorridos 360 dias do vencimento.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, registradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, são consideradas pela Administração como suficientes para fazer face a eventuais perdas.

### l) Investimentos em entidades não consolidadas

As participações em entidades não consolidadas, nas quais possuímos entre 20% e 50% do capital com direito a voto, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Segundo esse método, a nossa participação nos resultados dessas empresas, calculada de acordo com os US GAAP, é reconhecida na demonstração do resultado do exercício em Resultado de participações em entidades não consolidadas, sendo que os dividendos são creditados quando declarados à conta Investimentos em entidades não consolidadas no balanço patrimonial.

Investimentos em participações inferiores a 20% do capital com direito a voto, sem valor de mercado prontamente determinável, são registrados ao custo (a menos que tenhamos a capacidade de exercer influência significativa sobre as operações da empresa investida, caso em que utilizamos o método de equivalência) e os dividendos são reconhecidos quando recebidos na conta Outras receitas não de juros".

Nenhuma participação em empresas não consolidadas, analisada individualmente ou em conjunto, é considerada como significativa para fins de divulgações mais detalhadas em nossas demonstrações contábeis.

### m) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo, o qual inclui os juros capitalizados segundo a SFAS 34, "Capitalização de Custo de Juros", e a correção monetária até 30 de junho de 1997. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada dos ativos. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas ao longo da vida útil estimada da benfeitoria.

Os custos incorridos com o desenvolvimento de software para uso interno, os quais excluem os custos relacionados com as etapas de planejamento e de implantação, são capitalizados de acordo com a Declaração de Posição nº 98-1 – "Contabilização de Custos de Software Desenvolvido ou Obtido para Uso Interno" ("SOP 98-1"). Esses custos são amortizados pelo método linear em um prazo não superior a 5 anos.

O BB avalia a necessidade de reconhecimento de perdas em conformidade com os requerimentos da SFAS 144 – "Contabilização para a não Recuperabilidade ou Baixas de Ativos de Longo Prazo" quando eventos ou circunstâncias indicam a existência de perdas sobre esses ativos, ou seja, seus fluxos de caixa futuros esperados não descontados forem inferiores aos respectivos custos contábeis. (Nota explicativa 10).

Os bens do imobilizado de uso destinados à venda são reclassificados para o grupo Imobilizado de uso disponível para venda, em conformidade com a SFAS 144. O resultado na alienação de imobilizado de uso é contabilizado na conta "Outras receitas não de juros".

### n) Bens não de uso próprio

Os Bens não de uso próprio são os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de operações de crédito. Esses ativos são registrados e incluídos no grupo Outros ativos no ato da efetiva execução da garantia, ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

Os bens não de uso são contabilizados pelo menor valor entre (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil da operação de crédito.

Ganhos ou perdas sobre a venda, bem como os prejuízos sobre a reavaliação periódica dos bens não de uso são creditados ou debitados diretamente em conta de resultado. Os custos líquidos para manutenção e operação desses ativos são contabilizados como despesas na medida em que são incorridos.

### o) Ágio e outros ativos intangíveis

A contabilização do ágio sobre investimentos é normatizada pelas SFAS 141 "Combinações de Negócios" e SFAS 142 "Ágio e Outros Ativos Intangíveis". A SFAS 141 determina que todas as combinações de negócios iniciadas após 30 de junho de 2001 sejam contabilizadas pelo método de compra e estabelece critérios para reconhecimento de ativos intangíveis e de ágio sobre investimentos. Não houve reconhecimento de perdas nos exercícios de 2008 e 2007.

O ágio sobre investimentos não é amortizado, entretanto, é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda permanente de valor, de acordo com a SFAS 142.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os ativos intangíveis com vida útil definida são normalmente amortizados de forma linear durante o período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis referentes à carteira de clientes são registrados e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir para o fluxo de caixa futuro (entre dois e cinco anos). Revisamos nossos ativos intangíveis por eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar que seu valor contábil não possa ser recuperado, sendo que nesse caso sua baixa é reconhecida imediatamente no resultado de acordo com a SFAS 144. (Nota explicativa 11)

### p) Imposto de renda e contribuição social

Contabilizamos o imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL") em conformidade com a SFAS 109, "Contabilização de Imposto de Renda" ("SFAS 109"), interpretado pela Interpretação FASB 48 ("FIN 48") "Contabilização de Incertezas sobre Impostos Sobre a Renda". De acordo com a SFAS 109, os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, entre os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas declarações de imposto de renda, devem ser reconhecidos e mensurados, sendo a despesa ou receita tributária do período determinada residualmente pela diferença entre o saldo do início e do fim do período relativo a esses ativos e passivos fiscais diferidos. Esses ativos e passivos diferidos são redimensionados em função de mudanças na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias, sendo os seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício em que as alterações entram em vigor. O benefício tributário dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Segundo a FIN 48, os benefícios de impostos sobre a renda são reconhecidos e mensurados com base em um modelo de dois passos: (i) uma posição fiscal, para ser reconhecida, deve ser mais provável do que não que ela será sustentada com base apenas em seus méritos técnicos, e (ii) o benefício é mensurado como o maior valor daquela posição que é mais provável de ser sustentada na liquidação. A diferença entre o benefício reconhecido para uma posição fiscal de acordo com a FIN 48 e o benefício fiscal alegado em uma declaração de imposto é chamada de benefício fiscal não reconhecido. Acumulamos juros e penalidades relacionados a imposto de renda (se aplicável) dentro da despesa de imposto de renda. Implementamos a FIN 48 em 1º de janeiro de 2007, sem que tenha havido impactos em nossa situação financeira consolidada.

### q) Contingências

De acordo com a SFAS 5 "Contabilização de Contingências" e com a Interpretação FASB 14 ("FIN 14") "Estimativas Razoáveis de Montantes de Perda", nós constituímos provisões quando as condições conhecidas antes da divulgação das demonstrações contábeis mostram que: (i) é provável que as perdas tenham sido incorridas na data das demonstrações contábeis; e (ii) o valor dessas perdas pode ser estimado de forma razoável. As provisões são constituídas com base em nossa melhor estimativa de perdas prováveis.

Monitoramos de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) nossa experiência passada com processos legais similares. Ao determinar se uma perda é provável e sua estimativa, nós também consideramos: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes de sua divulgação; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data de balanço, porém antes de sua publicação. Os custos legais relacionados com contingências são registrados em despesa quando incorridos.

### r) Garantias prestadas

O Banco presta garantia a clientes perante terceiros em contratos de empréstimo. No ato da concessão dessas garantias, é constituído um passivo relativo ao prêmio a receber, cujos valores são reconhecidos como receita de acordo com o vencimento do prazo da garantia prestada. Para reduzir os riscos, opcionalmente o Banco pode exigir contragarantia como cessão de direitos creditórios e depósitos em dinheiro.

Em atendimento à SFAS 5 e à FIN 45 "Contabilidade para Avalistas e Exigências de Divulgação Relacionadas a Garantias", constituímos, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, uma provisão para perdas sobre garantias

### s) Receitas de prestação de serviços

O Banco obtém receitas de tarifas e comissões por serviços prestados decorrentes da administração de investimentos, de atividades de banco de investimento e de serviços prestados na atividade de banco comercial. Em geral, essas receitas são reconhecidas na data da prestação do serviço ou durante a vigência do contrato.

### t) Benefícios a empregados

Contribuímos compulsoriamente, como empregador, para o Instituto Nacional de Seguridade Social – ("INSS"), órgão do Governo Brasileiro, que administra planos de aposentadoria, pensões e outros benefícios dos trabalhadores, cujos valores são contabilizados como despesa à medida em que incorridos.

O Banco também é patrocinador de planos de benefícios definidos e de um plano de contribuição definida, destinados à cobertura de aposentadoria complementar dos empregados. Esses planos são contabilizados de acordo com a SFAS 87, "Contabilização de Aposentadorias pelos Empregadores". A contabilização dos planos de benefícios definidos requer a utilização de premissas atuariais para mensurar os custos dos benefícios de aposentadoria e para estabelecer o diferimento dos ganhos e das perdas atuariais, observando-se o método do corredor, resultantes de alteração nas premissas ou de experiência efetiva diferente da presumida. Para o plano de contribuição definida, o Banco reconhece como despesa na Demonstração do Resultado do Exercício os valores das contribuições vertidas em favor dos beneficiários do plano.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A SFAS 132 Revisada “Divulgações por Parte dos Empregadores Sobre Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós-empregatícios”, entrou em vigor a partir de exercícios sociais encerrados após 15 de dezembro de 2003 para fins de divulgação de informações sobre os planos de benefícios de aposentadoria. Esse pronunciamento determina a divulgação de informações adicionais sobre o patrimônio do plano de previdência complementar, as obrigações com os beneficiários, o fluxo de caixa esperado por contribuições futuras, os pagamentos de benefícios e outras informações relevantes. A SFAS 132 (R) determina que a divulgação de informações sobre o pagamento de benefícios futuros estimados entrou em vigor nos exercícios sociais findos após 15 de junho de 2004. Os efeitos da SFAS 132 (R) foram aplicados para todos os exercícios.

A partir de 31 de dezembro de 2006, conforme estabelece a SFAS 158, “Contabilização de planos de benefício definido e outros benefícios pós-emprego”, o BB passou a reconhecer adicionalmente, na proporção de sua responsabilidade, os ganhos e perdas atuariais no balanço em contrapartida à conta do patrimônio líquido (“Outros Lucros Abrangentes Acumulados – Planos de Benefícios Pós-aposentadoria”).

O Banco também contribui com um plano de benefício pós-emprego outro que não pensão com a finalidade de prover um plano de assistência à saúde (“Plano de Saúde”). Esse plano é administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Cassi”) e é contabilizado de acordo com a SFAS 106 “Contabilidade para Planos de Benefícios Pós-aposentadoria Outros que não Pensão”.

### u) Seguros

A maioria de nossos contratos de seguros são considerados contratos de seguros de curta duração. Os prêmios dos contratos de curta duração são reconhecidos no decorrer do período do contrato relacionado. Os prêmios dos contratos de longa duração são reconhecidos quando devidos pelos detentores de apólices.

As provisões para sinistros de seguros são constituídas de acordo com a experiência histórica com sinistros em processo de pagamento, com os montantes estimados de sinistros ocorridos e não avisados e com outros fatores relevantes que afetem as provisões exigidas. As provisões são ajustadas regularmente com base no conhecimento de efeitos das alterações nas estimativas das provisões, incluídas no resultado do período, no qual a estimativa foi alterada e inclui a estimativa de provisões para sinistros ocorridos e avisados e ocorridos e não avisados.

Adotamos o pronunciamento SOP 05-1 – “Contabilização por Empresas Seguradoras dos Custos de Aquisição Diferidos Relacionados a Modificações ou Trocas de Contratos de Seguros”. O SOP 05-1 fornece orientação contábil para custos de aquisição diferidos relacionados à trocas internas de contratos de seguros e contratos de investimentos, que não os especificamente descritos na SFAS 97, “Contabilização e Reporte por Companhias de Seguros, de Certos Contratos de Longa Duração e de Ganhos e Perdas Realizados com a Venda de Investimentos”. O SOP 05-1 define uma troca interna como uma modificação nos benefícios, características, direitos ou coberturas que ocorra através da troca de um contrato por outro contrato, ou por emenda, endosso ou cláusula adicional, ou pela escolha de uma característica ou cobertura dentro de um contrato. A adoção dessa regra não gerou nenhum impacto nas demonstrações financeiras.

Reconhecemos uma provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros, que representa o valor necessário para cobrir o custo final estimado da liquidação de sinistros relacionados a eventos que ocorreram antes ou na data do balanço patrimonial. O passivo estimado inclui o valor necessário para pagamentos futuros de (a) sinistros avisados à seguradora; (b) sinistros relacionados a eventos segurados já ocorridos, mas não avisados à seguradora na data da estimativa do passivo; e (c) despesas com ajuste de sinistros. Essas despesas incluem os custos incorridos no processo de liquidação financeira dos sinistros, tais como: honorários de advogados; honorários de ajustes externos; e custos relacionados ao registro, processamento e ao ajuste de sinistros.

As despesas de insuficiência de prêmios são estabelecidas, se necessário, quando a obrigação para os benefícios de apólice futura mais o valor presente dos prêmios brutos futuros esperados forem insuficientes para pagar despesas e benefícios de apólices futuras esperados e recuperar quaisquer custos de aquisição de apólice não amortizado.

Durante o curso normal de nossas atividades de seguros, resseguramos uma parte do risco subscrito com o IRB-Brasil Resseguros S.A., uma entidade de controle governamental. O contrato de resseguros permite a recuperação de parte das perdas através da resseguradora, embora não encerre nossa responsabilidade principal como seguradora direta dos riscos ressegurados. As recuperações de sinistros com operações de resseguros totalizaram R\$ 40 em 31 de dezembro de 2008.

### v) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos exercícios apresentados. A média ponderada é apurada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. As informações refletem o desdobramento (1:3) realizado em 2007. O cálculo do lucro por ação está detalhado na nota explicativa 22.

### w) Juros sobre capital próprio e dividendos

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Para fins de US GAAP, o valor dos juros sobre capital próprio é considerado como um dividendo e, diante disso, é apresentado nas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na Demonstração do Resultado do Exercício. O pagamento dos juros sobre capital próprio é contabilizado na conta Outras despesas não de juros.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sem deduzir a participação dos empregados, e são pagos com encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa de juros básica da economia brasileira), a partir do encerramento do balanço até a data do efetivo pagamento.

### x) Gastos pré-operacionais

Os gastos pré-operacionais são reconhecidos como despesa, em conformidade com o *SOP 98-5* "Divulgação de gastos pré-operacionais". O *SOP 98-5* define gastos pré-operacionais como aqueles gastos iniciais relacionados com a abertura de uma nova agência, introdução de um novo produto ou serviço, condução de negócio num novo território, condução de negócio com uma nova classe de cliente, início de uma nova operação ou atividades relacionadas à organização de uma nova entidade.

### y) Entidade de propósito específico - EPE

As operações realizadas com a EPE correspondem a títulos lastreados em contratos de securitização que compreendem títulos emitidos com lastro em ordens de pagamentos emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos Estados Unidos da América e por nossa agência em Nova Iorque para qualquer agência do BB no Brasil ("Direitos de Remessa"), conforme item "b" da nota explicativa 15.

Em janeiro de 2003, o *FASB* emitiu a Interpretação *FASB 46 - FIN 46* "Consolidação de Entidades de Interesses Variáveis", sendo revisada em dezembro de 2003 com a divulgação da *FIN 46 (R)* "Consolidação de Entidades de Interesses Variáveis". A *FIN 46 (R)* estabelece uma distinção entre as EPEs e as sociedades que não são EPEs (envolvendo qualquer entidade cujas atividades estejam relacionadas essencialmente às securitizações ou outras formas de financiamentos garantidos por ativos ou acordos de arrendamento de um único arrendatário) para fins de implementação da regra, sendo requerido o completo atendimento até o final do primeiro período a ser divulgado após 15 de março de 2004.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, consolidamos essa EPE com base nas regras então vigentes, estabelecidas pelo *EITF 90-15* – "Impacto de Arrecadadores Não Significativos, Valor Residual Garantido e Outras Regras para Operações de Arrendamento" e pelo Tópico N° D-14 – Transações que envolvem Entidades de Propósito Específico, ambas substituídas pela *FIN 46 (R)* a partir de 2004. Consideramos, para consolidação, a condição de sermos beneficiário principal da entidade (sujeito à maior parte do risco de perda ou com direito a receber a maior parte dos retornos residuais).

### z) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos

#### **SAB 109**

Em novembro de 2007, a *SEC* emitiu o *SAB 109* "Compromissos de Empréstimos Subscritos Registrados ao Valor Justo no Resultado", que exige que os fluxos de caixa futuros líquidos esperados relativos ao pagamento de operações de crédito sejam incluídos na mensuração de todos os compromissos de operações de crédito baixados, mensurados ao valor justo no resultado. A adoção do *SAB 109* é futura e vigente para compromissos de operações de crédito mensurados ao valor justo no resultado, emitidos ou modificados depois de 1º de janeiro de 2008. A adoção do *SAB 109* não gerou impacto sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

#### **SFAS 141R**

Em dezembro de 2007, o *FASB* emitiu a *SFAS 141 (R)* "Combinação de negócios". Esse pronunciamento substitui a *SFAS 141* combinação de negócios e mantém as exigências fundamentais da *SFAS 141* sobre o método de contabilização de aquisição (que na *SFAS 141* é chamado de método de compra) deve ser usado em todas as combinações de negócios para que uma aquisição seja identificada por cada combinação de negócio. Esse pronunciamento define o adquirente como a entidade que obtém o controle de um ou mais negócios na combinação de negócios e estabelece a data de aquisição assim como a data que o adquirente assume o controle. Esse pronunciamento é aplicável prospectivamente às combinações de negócios na data de aquisição ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 15 de dezembro de 2008. Estamos avaliando o impacto da adoção da *SFAS 141R*. Entretanto, até o momento não esperamos que o efeito da *SFAS 141R* seja relevante para nossas demonstrações contábeis consolidadas.

#### **SFAS 160**

Em dezembro de 2007, o *FASB* emitiu a *SFAS 160* "Capital não Controlado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas – uma alteração do *ARB 51*". A *SFAS 160* altera o *ARB 51* e estabelece contabilização e normas de divulgação para o capital não controlado em uma subsidiária e para a desconsolidação da subsidiária. Ele esclarece que o capital não controlado em uma subsidiária é uma participação societária na entidade consolidada que deve ser demonstrada como patrimônio na demonstração contábil consolidada. Esse pronunciamento é eficaz para os anos fiscais, e períodos intermediários dentro desses anos fiscais com início em ou após 15 de dezembro de 2008. Não esperamos que a adoção desse pronunciamento tenha um impacto significativo sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **FSP SFAS 140-3**

Em fevereiro de 2008, o FASB emitiu o FSP SFAS 140-3 "Contabilização para Transferência de Ativos Financeiros e Transações de Recompra". O FSP 140-3 trata da contabilização para acordos de recompra relacionados a ativos financeiros previamente transferidos quando o acordo de recompra se dá entre as mesmas partes que a transferência original. Esse FSP presume que uma transferência inicial de um ativo financeiro e o acordo de recompra são considerados partes de um mesmo acordo conforme a SFAS 140. Entretanto, se determinados critérios são encontrados, a transferência inicial e o acordo de recompra não devem ser avaliados como transações ligadas e, ao invés disso, devem ser avaliados separadamente de acordo com a SFAS 140. Esse FSP é efetivo para anos fiscais que se iniciem após 15 de Novembro de 2008 e deve ser aplicado prospectivamente para transferências iniciais e acordos de recompra cuja transferência inicial seja executada no momento ou depois do início do ano fiscal em que esse FSP for inicialmente aplicado. Estamos avaliando o impacto potencial da adoção do FSP 140-3.

### **SFAS 161**

Em março de 2008 o FASB emitiu a SFAS 161 "Divulgação sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge – uma alteração da SFAS 133" que exige melhorias na estrutura de divulgação atual da SFAS 133. O pronunciamento requer que os objetivos para a utilização de instrumentos financeiros derivativos sejam divulgados em termos de riscos básicos e designação contábil. Essa divulgação transmite melhor a finalidade de utilizar instrumentos derivados, em termos dos riscos que a entidade pretende gerenciar. Divulgar o valor justo dos instrumentos derivativos e seus ganhos e perdas em forma de tabela fornece um cenário mais completo da localização na demonstração contábil da entidade referente a posição de derivativos no final do período e o efeito do uso de derivativos no período. Divulgar informações sobre risco de crédito relacionado com os recursos contingentes deverá fornecer informações sobre os potenciais efeitos sobre a liquidez de uma entidade utilizando derivativos. Finalmente, esse pronunciamento requer referências cruzadas com as notas de rodapé, o que deverá ajudar os usuários das demonstrações contábeis a localizar informações importantes sobre os instrumentos financeiros derivativos. Esse pronunciamento é eficaz para demonstrações contábeis publicadas para os anos fiscais, e períodos intermediários dentro desses anos fiscais com início após 15 de novembro de 2008. Nós estamos avaliando o impacto da adoção da SFAS 161. Até o momento, não esperamos que o efeito da adoção da SFAS 161 seja relevante.

### **FSP SFAS 142-3**

Em abril de 2008, o FASB emitiu o FSP SFAS 142-3 "Determinação da Vida Útil de Ativos Intangíveis", que emenda os fatores que devem ser considerados no desenvolvimento da renovação ou extensão das premissas usadas para determinar a vida útil de ativos intangíveis reconhecidos conforme a SFAS 142. A intenção desse FSP é melhorar a consistência entre a vida útil de ativos intangíveis reconhecidos conforme o pronunciamento SFAS 142 e o período de geração de fluxos de caixa esperados usado para mensurar o valor justo dos ativos conforme a SFAS 141 (R), e outros princípios contábeis. Esse FSP é aplicado independentemente da natureza da transação que resultou no reconhecimento do ativo, quer sejam adquiridos em uma combinação de negócios ou de outra maneira. No desenvolvimento das premissas sobre renovação ou extensão usadas para determinar a vida útil dos ativos intangíveis reconhecidos, uma entidade deve considerar a própria experiência histórica em renovar ou prolongar acordos similares. Entretanto, essas premissas devem ser ajustadas para os fatores específicos da entidade conforme a SFAS 142. Na falta dessa experiência, a entidade deve considerar os fatores que os participantes do mercado usariam referentes à renovação ou extensão (coerente com o melhor uso de ativos pelos participantes do mercado), ajustado para fatores específicos da entidade conforme parágrafo 11 da SFAS 142. Estamos avaliando o impacto potencial da adoção do FSP SFAS 142-3.

### **SFAS 163**

Em maio de 2008, o FASB emitiu a SFAS 163 "Contabilização de Garantias Financeiras de Contratos de Seguros – uma Interpretação do Pronunciamento FASB 60". A SFAS 163 exige que uma empresa de seguros reconheça a responsabilidade pelo sinistro antes do evento de inadimplência (evento segurado) quando há evidência de que a deterioração dos créditos tenha ocorrido em uma obrigação financeira segurada. Esse pronunciamento também esclarece como a SFAS 60 "Contabilização e Relato de Empresas de Seguros" é aplicada para garantias financeiras de contratos de seguros, incluindo o reconhecimento e a mensuração a ser usada na contabilização das receitas de prêmios e dos sinistros a pagar. Esses esclarecimentos aumentarão a comparabilidade nas demonstrações contábeis das garantias financeiras de contratos de seguros por empresas de seguros. Esse pronunciamento exige divulgação sobre garantias financeiras de contratos de seguros. A contabilização e os requerimentos de divulgação melhorarão a qualidade da informação fornecida para usuários das demonstrações contábeis. A SFAS 163 é efetiva para anos fiscais que se iniciem após 15 de Dezembro de 2008. Nós estamos avaliando o impacto potencial da adoção da SFAS 163.

### **FSP APB 14-1**

Em maio de 2008, o FASB emitiu a SFAS 14-1 "Contabilização de Instrumentos de Dívida Conversíveis que Podem ser Liquidados em Dinheiro Após a Conversão". Esta posição dos membros do FASB (FSP) esclarece que os instrumentos de débito conversíveis que podem ser determinados em caixa na conversão (inclui liquidação de caixa parcial) não estão endereçados pelo parágrafo 12 do APB Opinion 14. Adicionalmente, este FSP especifica que os emissores de tais instrumentos devem registrar separadamente os componentes passivos e patrimônio de maneira que reflita a taxa do débito não conversível da entidade, quando o custo de juros é reconhecido em períodos subsequentes. Este FSP deverá ser aplicado para as demonstrações contábeis emitidas para exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2008. Estamos avaliando, os possíveis efeitos que podem surgir com a adoção desse pronunciamento.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **FSP EITF 03-6-1**

Em junho de 2008, o FASB emitiu o FSP EITF 03-6-1, "Determinar se os Instrumentos Dados como Pagamentos Baseados em Ações são Transações de Títulos com Participação nos Lucros". O objetivo deste FSP é determinar se instrumentos garantidos em remuneração baseada em ações são participações anteriores a aquisição, consequentemente, precisam ser incluídos na alocação do lucro na computação do lucro por ação sob o método de duas classes descrito no parágrafo 60 e 61 da SFAS 128 "Lucro por Ação". Deverá ser aplicado às demonstrações contábeis emitidas para exercício fiscal e períodos intermediários iniciados após 15 de dezembro de 2008. Não é permitida a aplicação antecipada dessa norma. Estamos avaliando os possíveis efeitos que podem surgir com a adoção desse pronunciamento.

### **FSP SFAS 157-3**

Em setembro de 2006, o FASB emitiu a SFAS 157 "Mensurações do Valor Justo" que é válido para exercícios fiscais iniciados após 15 de novembro de 2007. A SFAS 157 define o valor justo, estabelece uma estrutura para a mensuração do valor justo e amplia as exigências nas divulgações para ativos e passivos calculados pelo valor justo. A nova norma oferece uma definição consistente de valor justo que se concentra no preço de saída e prioriza, no contexto da mensuração do valor justo, o uso de informações baseadas no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo e não de informações específicas da empresa. A SFAS 157 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo que prioriza as informações observáveis quando da sua mensuração pela empresa e minimiza as informações não observáveis.

A SFAS 157 anula a orientação do EITF 02-3, que exigia o diferimento do lucro no início de uma transação envolvendo um instrumento financeiro derivativo na ausência de dados observáveis que sustentassem a técnica de avaliação. A norma também elimina descontos para grandes posições em instrumentos financeiros cotados em mercados ativos e requer a consideração de risco de inexecução na avaliação de passivos.

Em fevereiro de 2008, o FASB emitiu o FSP FAS 157-2 que posterga a data de vigência da SFAS 157 para ativos e passivos não-financeiros, exceto pelos itens que são reconhecidos ou divulgados ao valor justo nas demonstrações financeiras em base recorrente (no mínimo anualmente) para exercícios e períodos fiscais iniciados após 15 de novembro de 2008.

Em outubro de 2008, o FASB emitiu o FSP FAS 157-3. O objetivo deste FSP é determinar a aplicação da SFAS 157 quando o mercado de um ativo financeiro é inativo. Especificamente, FSP 157-3 esclarece como (i) o julgamento interno da administração deve ser considerado na mensuração do valor justo quando não existem dados observáveis (ii) a observação da informação de mercado de um mercado inativo precisam ser trazidas para a contabilidade, e (iii) o uso de cotações de corretoras ou serviços de precificação devem ser considerados na determinação da relevância dos dados observáveis e não para mensurar o valor justo. A adoção do FSP 157-3 tem aplicação imediata e não gerou impactos significativos na nossa posição financeira e patrimonial.

As divulgações exigidas pela SFAS 157 estão demonstradas na nota explicativa 23-k.

### **FSP FAS 133 e FIN 45-4**

Em setembro de 2008, o FASB emitiu o FSP FAS 133-1 "Contabilização para Ganhos (Perdas) não Realizadas com Derivativos" e FIN 45 "Contabilização do Avalista e Requisitos de Divulgação para Garantias, Incluindo Garantias Indiretas do FIN 45". De acordo com a SFAS 133, o vendedor de um derivativo de crédito deve divulgar as seguintes informações para cada derivativo, incluindo derivativos de crédito embutidos em um instrumento híbrido, ainda que a probabilidade de pagamento seja remota:

- I - a natureza do derivativo de crédito;
- II - o montante potencial máximo de pagamentos futuros;
- III - o valor justo do derivativo de crédito;

IV - a natureza de qualquer recurso disposto e quaisquer ativos dados como garantia por terceiros.

Além disso, a norma exige a divulgação de pagamento atual e do desempenho do risco de todas as garantias do FIN 45. Em uma entidade que utiliza o agrupamento interno, a entidade deve divulgar a forma como os agrupamentos são determinados e utilizados para gestão de risco. Essas alterações deverão ser aplicadas para as demonstrações financeiras emitidas para exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2008. Estamos avaliando, os possíveis efeitos que podem surgir com a adoção deste pronunciamento.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3. Ativos restritos

O Banco é requerido a manter reservas mínimas em dinheiro não remuneradas, e depósitos remunerados ou recolhimentos em títulos para satisfazer determinados níveis de exigibilidade estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e, também, por alguns bancos centrais de países estrangeiros onde o Banco mantém agências.

Os recursos mantidos pelo Banco são os seguintes:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Sem remuneração <sup>(1)</sup>	12.446	12.742
Com remuneração <sup>(2)</sup>	8.445	19.603
<b>Total</b>	<b>20.891</b>	<b>32.345</b>

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista, classificado como "Caixa restrito" no balanço patrimonial.

(2) Recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança, incluído em "Aplicações em depósitos interfinanceiros" no balanço patrimonial.

Os títulos brasileiros e estrangeiros vinculados a depósitos compulsórios montaram R\$ 14.102 e R\$ 4.445 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente. Esses títulos estão contabilizados de acordo com a SFAS 115. Os custos amortizados e os valores justos desses títulos estão inclusos nas Notas explicativas 4, 5 e 6.

### 4. Ativos de negociação, ao valor justo

Os ativos classificados como de negociação são apresentados na tabela a seguir, pelo seu valor justo:

	31 de dezembro			
	Saldo		Saldo médio	
	2008	2007	2008	2007
Títulos				
Títulos públicos federais brasileiros	17.039	18.434	5.836	11.087
Títulos de governos estrangeiros	2	3	-	-
Títulos emitidos por empresas não financeiras	201	48	83	14
Títulos emitidos por empresas financeiras	56	8	28	22
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	22	51	15	29
Aplicações em fundos mútuos de investimento	856	18	-	-
Ações negociáveis	7	-	-	145
<b>Total</b>	<b>18.183</b>	<b>18.562</b>	<b>5.962</b>	<b>11.297</b>
Instrumentos financeiros derivativos				
Swaps	1.522	1.125	1.493	1.071
Opções	2	1	-	-
Futuros	-	-	-	-
Operações a termo	752	24	654	180
<b>Total</b>	<b>2.276</b>	<b>1.150</b>	<b>2.147</b>	<b>1.251</b>
<b>Total de ativos de negociação, ao valor justo</b>	<b>20.459</b>	<b>19.712</b>	<b>8.109</b>	<b>12.548</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos (perdas) líquidos não realizados nos ativos de negociação incluídos no resultado do período são demonstrados na tabela a seguir:

	Exercício encerrado em	
	31 de dezembro	
	2008	2007
Títulos públicos federais brasileiros	234	(131)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(15)	(1)
Títulos emitidos por instituições financeiras	(2)	(1)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(2)	(2)
Aplicações em fundos mútuos de investimento	(1)	-
Ações negociáveis	4	-
Instrumentos financeiros derivativos	128	(93)
<b>Total de ganhos (perdas) líquidos não realizados incluídos no resultado do período</b>	<b>346</b>	<b>(228)</b>

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos de negociação que se encontram vinculados a:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Depósitos compulsórios	-	171
Prestação de garantia	-	2
Compromissos de recompra	674	-
<b>Total</b>	<b>674</b>	<b>173</b>

### 5. Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo

	31 de dezembro de 2008			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	29.751	67	(90)	29.728
Títulos estaduais e municipais	31	-	(1)	30
Títulos de governos estrangeiros	746	4	-	750
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.544	6	(22)	4.528
Títulos emitidos por empresas financeiras	129	-	-	129
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.429	220	(5)	2.644
Fundos mútuos de investimento	321	59	(7)	373
Ações negociáveis	44	2	(23)	23
<b>Total</b>	<b>37.995</b>	<b>358</b>	<b>(148)</b>	<b>38.205</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro 2007			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	31.899	185	(114)	31.970
Títulos estaduais e municipais	30	1	-	31
Títulos de governos estrangeiros	1.937	-	-	1.937
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.101	11	(30)	2.082
Títulos emitidos por empresas financeiras	34	-	(2)	32
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.474	164	-	1.638
Fundos mútuos de investimento	278	46	(13)	311
Ações negociáveis	59	16	(12)	63
<b>Total</b>	<b>37.812</b>	<b>423</b>	<b>(171)</b>	<b>38.064</b>

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda que se encontram vinculados a:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Prestação de garantia	1.568	685
Compromissos de recompra	11.453	13.263
Depósitos compulsórios	12.574	4.274
<b>Total</b>	<b>25.595</b>	<b>18.222</b>

Os ganhos e perdas brutos realizados com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda foram os seguintes:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Ganhos	59	61
Perdas	(45)	(2)
<b>Ganhos sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda</b>	<b>14</b>	<b>59</b>

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda eram os seguintes:

	31 de dezembro			
	2008		2007	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento até um ano	13.413	13.424	15.135	15.175
Vencimento de um até cinco anos	15.584	15.550	20.510	20.515
Vencimento de cinco até dez anos	6.694	6.670	600	587
Vencimento acima de dez anos	1.939	2.165	1.230	1.413
Vencimento indeterminado (fundos mútuos e ações negociáveis)	365	396	337	374
<b>Total</b>	<b>37.995</b>	<b>38.205</b>	<b>37.812</b>	<b>38.064</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra nossa carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda por moeda:

	31 de dezembro			
	2008		2007	
	Custo amortizado	% do Total	Custo amortizado	% do Total
Real	35.369	93,1%	34.191	90,4%
Indexados e denominados em moedas estrangeiras	2.626	6,9%	3.621	9,6%
<b>Total</b>	<b>37.995</b>	<b>100%</b>	<b>37.812</b>	<b>100%</b>

As tabelas a seguir apresentam o valor das perdas não realizadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, distribuído de acordo com a natureza dos títulos e a maturidade das perdas:

	31 de dezembro 2008					
	Até 12 meses		Acima de 12 meses		Total	
	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas
Títulos públicos federais brasileiros	8.996	(51)	2.891	(39)	11.887	(90)
Títulos estaduais e municipais	29	(1)	-	-	29	(1)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.233	(22)	-	-	3.233	(22)
Títulos emitidos por empresas financeiras	22	-	-	-	22	-
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	411	(5)	-	-	411	(5)
Fundos mútuos de investimentos	4	(7)	-	-	4	(7)
Ações negociáveis	9	(23)	-	-	9	(23)
<b>Total</b>	<b>12.704</b>	<b>(109)</b>	<b>2.891</b>	<b>(39)</b>	<b>15.595</b>	<b>(148)</b>

	31 de dezembro 2007					
	Até 12 meses		Acima de 12 meses		Total	
	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas
Títulos públicos federais brasileiros	3.986	(114)	43	-	4.029	(114)
Títulos de governos estrangeiros	1.775	-	-	-	1.775	-
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.012	(30)	-	-	1.012	(30)
Títulos emitidos por empresas financeiras	-	(2)	-	-	-	(2)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	61	-	-	-	61	-
Fundos mútuos de investimentos	19	(3)	1	(10)	20	(13)
Ações negociáveis	18	(9)	-	(3)	18	(12)
<b>Total</b>	<b>6.871</b>	<b>(158)</b>	<b>44</b>	<b>(13)</b>	<b>6.915</b>	<b>(171)</b>

Durante os anos de 2008 e 2007 não foram reconhecidas perdas de caráter não temporário.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Banco não possuía títulos e valores mobiliários de um único grupo ou de um grupo de empresas relacionadas cujo valor fosse superior a 10% do seu patrimônio líquido.

Durante os anos de 2008 e 2007 não foram reclassificados títulos da categoria títulos disponíveis para venda.

O Banco vem participando de leilões de troca de papéis do Governo Federal do Brasil por papéis deste mesmo emissor. Durante os anos de 2008 e 2007 foram trocados os montantes de R\$ 12.585 e R\$ 9.148, respectivamente, que correspondiam ao valor de mercado dos títulos recebidos na troca na data das operações. As transações resultaram em lucro de R\$ 4 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, o lucro resultante dessas transações foi imaterial.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6. Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

31 de dezembro 2008				
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	15.701	-	(6)	15.695
Títulos de governos estrangeiros	33	-	-	33
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	173	-	(6)	167
<b>Total</b>	<b>15.907</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>15.895</b>

31 de dezembro 2007				
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	16.452	-	-	16.452
Títulos de governos estrangeiros	16	-	-	16
Títulos emitidos por empresas financeiras	13	-	-	13
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	349	9	-	358
<b>Total</b>	<b>16.830</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>16.839</b>

A tabela a seguir apresenta o custo amortizado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento que se encontram vinculados a:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Prestação de garantia	72	50
Compromissos de recompra	10.506	15.341
Depósitos compulsórios	1.528	-
<b>Total vinculados</b>	<b>12.106</b>	<b>15.391</b>

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento eram os seguintes

	31 de dezembro			
	2008		2007	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento até um ano	4.501	4.502	3.687	3.691
Vencimento de um até cinco anos	8.512	8.498	10.593	10.588
Vencimento de cinco até dez anos	2.894	2.895	2.550	2.560
<b>Total</b>	<b>15.907</b>	<b>15.895</b>	<b>16.830</b>	<b>16.839</b>

A tabela a seguir demonstra nossa carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento por moeda:

	31 de dezembro			
	2008		2007	
	Custo amortizado	% do Total	Custo amortizado	% do Total
Real	15.701	98,7%	16.452	97,8%
Indexados e denominados em moedas estrangeiras	206	1,3%	378	2,2%
<b>Total</b>	<b>15.907</b>	<b>100%</b>	<b>16.830</b>	<b>100%</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas a seguir apresentam o valor das perdas não realizadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, distribuído de acordo com a natureza dos títulos e a maturidade das perdas:

	31 de dezembro 2008					
	Até 12 meses		Acima de 12 meses		Total	
	Custo amortizado	Perdas não realizadas	Custo amortizado	Perdas não realizadas	Custo amortizado	Perdas não realizadas
Títulos públicos federais brasileiros	9.130	(2)	21	(4)	9.151	(6)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	168	(6)	-	-	168	(6)
<b>Total</b>	<b>9.298</b>	<b>(8)</b>	<b>21</b>	<b>(4)</b>	<b>9.319</b>	<b>(12)</b>

	31 de dezembro 2007					
	Até 12 meses		Acima de 12 meses		Total	
	Custo amortizado	Perdas não realizadas	Custo amortizado	Perdas não realizadas	Custo amortizado	Perdas não realizadas
Títulos emitidos por empresas financeiras	13	-	-	-	13	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>-</b>

Não foram reconhecidas perdas não temporárias de títulos mantidos até o vencimento durante os anos de 2008 e 2007.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Banco não possuía títulos e valores mobiliários de um único grupo ou de um grupo de empresas relacionadas cujo valor fosse superior a 10% do nosso patrimônio líquido.

Durante os anos de 2008 e 2007 não foram reclassificados títulos da categoria títulos mantidos até o vencimento.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7. Operações de crédito

As operações de crédito apresentavam os seguintes saldos:

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Brasil</b>		
<b>Comerciais</b>		
Industriais e outros	69.233	51.466
Financiamentos à exportação	24.609	14.031
Financiamentos à importação	1.396	874
<b>Pessoas físicas</b>		
Financiamentos	35.399	25.118
Cartão de crédito	8.262	6.253
Cheque especial	3.005	2.357
<b>Crédito rural</b>		
Financiamentos rurais – aplicações repassadas e refinanciadas	21.843	19.594
Financiamentos rurais – aplicações obrigatórias	27.375	22.253
Financiamentos agroindustriais	12.627	7.416
Financiamentos rurais – aplicações livres	1.863	87
Arrendamento mercantil	2.974	1.221
Setor público	845	543
<b>Total Brasil</b>	<b>209.431</b>	<b>151.213</b>
<b>Total exterior. <sup>(1)</sup></b>	<b>15.130</b>	<b>11.372</b>
<b>Total de operações de crédito <sup>(2)</sup></b>	<b>224.561</b>	<b>162.585</b>
<b>Menos: Provisão para perdas</b>	<b>(13.709)</b>	<b>(10.202)</b>
<b>Total de operações de crédito, líquido</b>	<b>210.852</b>	<b>152.383</b>

(1) Substancialmente financiamentos a importadores/exportadores brasileiros e ao Setor Público Brasileiro, que totalizaram R\$ 7.883 e R\$ 3.118, em 31 de dezembro de 2008, e R\$ 6.164 e R\$ 1.863, em 31 de dezembro de 2007, respectivamente.

(2) Incluem créditos de curso anormal.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, nossas operações de crédito de curso anormal totalizavam R\$ 13.509 e R\$ 7.513, respectivamente. As operações são consideradas como de curso anormal quando se encontram em atraso há mais de 60 dias. O Banco não reconhece receita de juros sobre essas operações. O recebimento desses valores é reconhecido com base no regime de caixa.

Nós concedemos empréstimos a diversas entidades vinculadas ao Governo Federal, nosso acionista majoritário. As operações são praticadas em condições normais de mercado, inclusive taxa de juros e garantias normais exigidas para operações realizadas com entidades não relacionadas. Não concedemos empréstimos a diretores ou membros de nosso Conselho de Administração. As operações contratadas com partes relacionadas foram de R\$ 2.193 e R\$ 3.290, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

Não tivemos nenhuma reestruturação de créditos problemáticos considerada significativa.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Operações de crédito sujeitas a análise individualizada

A tabela abaixo informa as operações de crédito sujeitas a análise individualizada:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Operações de crédito com provisão	2.033	874
Operações de crédito sem provisão <sup>(1)</sup>	923	252
<b>Total de operações de crédito</b>	<b><u>2.956</u></b>	<b><u>1.126</u></b>
Saldo médio das operações de crédito	1.665	1.044
Provisão para créditos de acordo com a SFAS 114 <sup>(2)</sup>	1.483	656

(1) Esses créditos não requerem provisão porque o valor presente dos fluxos futuros esperados de caixa, ou o valor justo das garantias relacionadas excedem o valor contábil.

(2) A provisão para operações de crédito sujeitas a análise individualizada, sob a SFAS 114, está incluída no montante da provisão para perdas.

### 8. Provisão para perdas com operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Saldo inicial</b>	10.202	8.289
Provisão para perdas com operações de crédito	7.286	4.462
Créditos baixados contra provisão	(4.950)	(3.652)
Créditos recuperados <sup>(1)</sup>	1.106	1.131
Crédito baixado líquido	<u>(3.844)</u>	<u>(2.521)</u>
Variação cambial líquida sobre provisões no exterior	65	(28)
<b>Saldo final</b>	<b><u>13.709</u></b>	<b><u>10.202</u></b>

(1) Na recuperação de créditos baixados, reconhecemos, adicionalmente, receitas de juros no valor de R\$ 608 e R\$ 316, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9. Investimentos em entidades não consolidadas e outros investimentos

#### a) Composição

Empresa	Percentual de participação				31 de dezembro				
	Total	Com direito a voto	Patrimônio líquido da investida <sup>(1) (2)</sup>	Lucro líquido (prejuízo) do período <sup>(1)</sup>	2008		2007		
					Valor contábil do investimento	Resultado de participações em entidades não consolidadas	Valor contábil do investimento	Resultado de participações em entidades não consolidadas	
Brasilcap Capitalização S.A.	49,99	49,99	117	164	58	82	87	44	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	49,99	49,99	1.074	160	537	80	463	219	
Brasilsaúde Companhia de Seguros	49,92	49,92	53	5	26	3	26	3	
Brasilveiculos S.A.	70,00	40,00	289	178	202	125	217	50	
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. <sup>(3)</sup>	100,00	100,00	-	-	-	-	227	66	
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	40,35	40,35	121	63	48	25	30	13	
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	31,63	31,63	172	861	54	272	197	282	
Pronor Petroquímica S.A.	12,02	29,51	134	(25)	16	(3)	19	1	
Kepler Weber S.A.	17,65	17,65	193	(44)	34	(8)	33	(22)	
Itapebi Geração de Energia S.A.	19,00	19,00	246	184	46	35	39	20	
Neoenergia S.A.	8,81	8,81	8.392	1.630	739	144	655	121	
<b>Total dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial</b>			<b>10.791</b>	<b>3.176</b>	<b>1.760</b>	<b>755</b>	<b>1.993</b>	<b>797</b>	
Outros investimentos avaliados ao custo			-	-	67	-	67	-	
<b>Total geral</b>			<b>10.791</b>	<b>3.176</b>	<b>1.827</b>	<b>755</b>	<b>2.060</b>	<b>797</b>	

(1) Montantes resultantes das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP), quando aplicável. Não existem restrições significativas para a remessa de fundos para o Banco.

(2) O valor relativo à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários de empresas coligadas é de R\$ 255 (R\$ 199 em 2007).

(3) A Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. passou a ser consolidada a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

#### b) Outras informações

Os dividendos, inclusive juros sobre capital próprio, recebidos dos investimentos em entidades não consolidadas, foram R\$ 840 e R\$ 423 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10. Imobilizado de uso, líquido

	Vida útil estimada em anos	31 de dezembro	
		2008	2007
Terrenos	--	191	190
Edificações	25	4.029	3.828
Móveis e equipamentos	10	942	866
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10	1.056	906
Equipamentos de processamento de dados	5	2.953	2.436
Veículos	5	8	8
Equipamentos arrendados	5	819	849
Custos de desenvolvimento e aquisição de software	3 a 5	958	737
Outros	5 a 10	494	489
Depreciação acumuladas		(7.337)	(6.537)
<b>Total do imobilizado de uso, líquido</b>		<b>4.113</b>	<b>3.772</b>

A despesa de depreciação foi de R\$ 898 e R\$ 866 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

O imobilizado de uso acima inclui imóveis dados em garantia de penhora, os quais totalizavam R\$ 296 e R\$ 282 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

O BB celebrou contratos de arrendamento mercantil para a aquisição de equipamentos de processamento de dados, que estão contabilizados como arrendamentos financeiros na conta Equipamentos arrendados. A depreciação dos bens adquiridos é calculada de acordo com a política do Banco de depreciação para os ativos próprios. O saldo da depreciação acumulada desses bens foi de R\$ 796 e R\$ 753 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

O BB mantém contratos de arrendamento operacional de diversos imóveis e equipamentos. Os pagamentos futuros para esses arrendamentos operacionais estão demonstrados a seguir:

Para o exercício a findar em:	Valor
2009	288
2010	225
2011	176
2012	133
2013	81
Após 2013	106
<b>Total</b>	<b>1.009</b>

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais foram de R\$ 304 e de R\$ 265 em 2008 e 2007, respectivamente. O BB não mantém contratos de subarrendamento.

O valor dos juros capitalizados de acordo com a SFAS 34 – Capitalização de Juros em 2008 e 2007 foi imaterial. O valor da perda não temporária em imobilizado de uso reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 17. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, não houve perda permanente sobre o imobilizado de uso.

### 11. Ágio e outros ativos intangíveis

#### a) Ágio sobre investimentos

O saldo de ágio sobre investimentos nos exercícios de 2008 e 2007 é de R\$ 617 e de R\$ 35 e está alocado no segmento de negócios denominado "Investimentos". Em 2008, parcela significativa do ágio sobre investimentos refere-se à aquisição de participação na Companhia de Seguros Aliança do Brasil. (Nota explicativa 1.d)

Em conformidade com a SFAS 142, não foi contabilizada nenhuma amortização de ágio nos exercícios de 2008 e 2007.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Lucro líquido ajustado

O lucro líquido ajustado para excluir as despesas de amortização (líquido dos efeitos tributários) relacionadas aos ativos intangíveis com vida útil determinada foi:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Lucro líquido</b>		
Lucro líquido reportado	9.675	7.984
Amortização/perdas dos ativos intangíveis com vida útil determinada	594	448
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>10.269</b>	<b>8.432</b>

O valor da amortização dedutível para fins fiscais foi de R\$ 542 e R\$ 448 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente.

Em conformidade com a SFAS 144, foi realizado teste de imparidade em 2008, que resultou numa provisão de R\$ 52. Não houve perdas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

### c) Composição dos ativos intangíveis

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização refere-se a valores desembolsados para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários no montante de R\$ 2.328 e R\$ 2.261, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 respectivamente.

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos ativos intangíveis com vida útil definida:

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	2.522	709
Aquisição de direito para a prestação de serviços bancários	2.328	2.261
Amortização durante o período	(542)	(448)
Perda permanente	(52)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4.256</b>	<b>2.522</b>

A tabela a seguir apresenta a composição do valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil definida:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Valor custo	5.591	3.262
Amortização acumulada	(1.283)	(740)
Perda permanente acumulada	(52)	-
<b>Valor contábil</b>	<b>4.256</b>	<b>2.522</b>

A tabela a seguir apresenta as despesas estimadas com amortização para os próximos cinco exercícios:

Para o exercício a findar em:	Despesas de amortização
2009	1.143
2010	1.093
2011	1.020
2012	858
2013	142
<b>Total</b>	<b>4.256</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12. Outros ativos

	31 de dezembro	
	2008	2007
Impostos diferidos, líquidos <sup>(1)</sup>	15.349	3.770
Planos de benefícios pós-emprego	11.490	35.760
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas	6.970	5.963
Impostos pagos antecipadamente	3.756	3.436
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional	2.031	1.465
Despesas pagas antecipadamente	650	234
Negociação e intermediação de valores	346	259
Rendas a receber	315	263
Devedores por compra de valores e bens	249	308
Adiantamentos a empregados	210	213
Prêmios de seguros a receber	191	-
Relações interfinanceiras/interdependências	192	779
Bens não de uso próprio, líquidos de provisão para desvalorização	167	166
Outros <sup>(2)</sup>	4.361	1.812
<b>Total</b>	<b>46.277</b>	<b>54.428</b>

(1) A nota explicativa 17 detalha os impostos diferidos.

(2) Os valores contidos na linha identificada como "Outros" não são individualmente representativos.

### 13. Depósitos

Os saldos dos depósitos à vista e a prazo de clientes e dos depósitos interfinanceiros estão assim distribuídos:

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Brasil</b>		
Depósitos de clientes		
Depósitos à vista		
Sem remuneração	48.318	48.593
Com remuneração	2.364	1.946
Depósitos a prazo	133.452	77.408
Depósitos de poupança	54.965	45.839
Depósitos interfinanceiros	7.626	1.214
<b>Total Brasil</b>	<b>246.725</b>	<b>175.000</b>
<b>Exterior</b>		
Depósitos de clientes		
Depósitos à vista		
Sem remuneração	1.531	1.207
Com remuneração	1.229	956
Depósitos a prazo	15.818	7.545
Depósitos de poupança	-	-
Depósitos interfinanceiros	6.435	3.925
<b>Total exterior</b>	<b>25.013</b>	<b>13.633</b>
<b>Total Brasil e exterior</b>	<b>271.738</b>	<b>188.633</b>
<b>Total depósitos de clientes</b>	<b>257.677</b>	<b>183.494</b>
<b>Total depósitos interfinanceiros</b>	<b>14.061</b>	<b>5.139</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta o montante e os vencimentos dos depósitos a prazo e depósitos interfinanceiros domésticos emitidos pelo Banco com saldos superiores ao equivalente a US\$ 100,000.00:

					2008
	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	2.278	718	10.426	42.995	56.417
Depósitos interfinanceiros	6.342	109	63	8	6.522
<b>Total</b>	<b>8.620</b>	<b>827</b>	<b>10.489</b>	<b>43.003</b>	<b>62.939</b>

O quadro abaixo apresenta o montante dos depósitos a prazo segregados por faixas de vencimentos:

							2008
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à prazo	51.452	14.408	20.273	17.195	45.941	1	149.270

### 14. Obrigações de curto prazo

	31 de dezembro	
	2008	2007
Obrigações por empréstimos	2.086	637
Obrigações por repasses	665	-
Obrigações em moedas estrangeiras	3.270	413
Outras	224	84
<b>Total</b>	<b>6.245</b>	<b>1.134</b>

As outras obrigações de curto prazo são, em sua maioria, representadas por linhas de crédito para financiamentos de importações e exportações realizadas por empresas brasileiras, geralmente expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as taxas de juros aplicáveis às obrigações por empréstimos de curto prazo eram de 3,80%a.a e 5,14%a.a, respectivamente.

### 15. Obrigações de longo prazo

	31 de dezembro	
	2008	2007
Obrigações por repasses	22.436	17.486
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	4.395	2.191
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.094	1.887
Obrigações por empréstimos	2.030	1.818
Dívidas subordinadas	715	535
Outras obrigações	253	155
<b>Total</b>	<b>31.923</b>	<b>24.072</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses representam recursos internos oriundos de órgãos oficiais do governo brasileiro para empréstimos a entidades brasileiras, destinados à aplicação, basicamente, em investimentos. Esses repasses têm vencimentos mensais até 2025 e estão sujeitos a juros e à atualização monetária conforme abaixo:

	Taxa de atualização	31 de dezembro	
		2008	2007
<b>Tesouro Nacional</b>		<b>3.484</b>	<b>3.185</b>
<b>Crédito Rural</b>		<b>3.484</b>	<b>3.185</b>
Custeio Agropecuário	TR <sup>(1)</sup> ou 9% a.a.	40	40
Cacau	TJLP <sup>(2)</sup> + 0,6% a.a. ou 6,35% a.a.	66	45
PRONAF	TMS <sup>(3)</sup> (Disponível) ou 1,0% a.a. ou 7,25% a.a. (Aplicado)	3.201	2.895
Recoop	5,75% a.a. a 7,25% a.a.	176	204
Outros	-	1	1
<b>BNDES</b>	(i)	<b>11.168</b>	<b>8.713</b>
<b>Finame</b>	(ii)	<b>6.585</b>	<b>4.866</b>
<b>Outras instituições</b>		<b>1.199</b>	<b>722</b>
FBB – Fundec II	-	-	9
Funcafé	TR <sup>(1)</sup> ou TMS <sup>(3)</sup> (Disponível) e TJLP <sup>(2)</sup> + 3% a.a. ou 4% a.a. ou 5% a.a. (aplicado)	1.198	713
Demais	-	1	-
<b>Total</b>		<b>22.436</b>	<b>17.486</b>

(1) Taxa Referencial de Juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(2) Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada trimestralmente.

(3) Taxa Média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(i) BNDES

- Programas com juros prefixados: os juros variam de 3,75% a 11% a.a.
- Programas com TJLP<sup>(2)</sup> ou Variação Cambial: os juros variam de 0,5% a 5% a.a.

(ii) Finame

- Programas com juros prefixados: os juros variam de 3,7% a 11% a.a.
- Programas com TJLP<sup>(2)</sup> ou Variação Cambial: os juros pagos ao BNDES/Finame e BNDES/EXIM variam de 0,5% a 10,11% a.a.

### b) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

Correspondem, principalmente, a títulos lastreados em ordens de pagamentos emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos Estados Unidos da América e por nossa agência em Nova Iorque para qualquer agência do BB no Brasil ("Direitos de Remessa"). Vendemos esses fluxos para "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company", que é uma Entidade de Propósito Específico – EPE da qual somos o principal beneficiário conforme a FIN 46R.

As obrigações são pagas pela EPE com recursos acumulados em sua conta e decorrentes dos direitos de remessas. Atingindo o volume correspondente à próxima prestação de encargos e/ou amortização na conta da EPE, todo o montante excedente é automaticamente liberado ao BB. Somos obrigados a resgatar esses títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários estão detalhadas a seguir:

	Emissão em moeda original					31 de dezembro	
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de juros	2008	2007	
<b>Securitização do Fluxo de Remessas Eletrônicas (MT – 100)</b>							
Série 2001-1	US\$ 450	Dez/2001	Dez/2008	US\$ 7,890% a.a.	-	289	
Série 2002-1	US\$ 300	Jul/2002	Jun/2009	US\$ Libor <sup>(1)</sup> 3m+ 0,60%a.a.	67	152	
Série 2002-2	US\$ 40	Set/2002	Set/2009	US\$ 7,890% a.a.	13	24	
Série 2003-1	US\$ 120	Mar/2003	Mar/2010	US\$ 7,260% a.a.	80	105	
Série 2003-2	US\$ 250	Dez/2003	Dez/2013	US\$ 6,550% a.a.	445	392	
Série 2008-1	US\$ 250	Mar/2008	Mar/2014	US\$ Libor(1)3m+0,55%a.a.	584	-	
Série 2008-2	US\$ 200	Set/2008	Set/2015	US\$ Libor(1)3m+1,2%a.a.	468	-	
Série 2008-3	US\$ 150	Abr/2008	Jun/2018	US\$ 5,25%a.a.	351	-	
<b>Captações Diretas</b>							
Programa “Global Medium-Term Notes”	R\$ 350	Jul/2007	Jul/2017	R\$ 9,75%a.a.	330	294	
Certificado de Depósito – Euro CD	US\$ 7	Nov/2007		US\$ 9,75% a 13,84% a.a.	7	-	
Certificado de Depósito – Euro CD	US\$ 21	Nov/2007		US\$ 1,05% a 5,02% a.a.	850	41	
Certificado de Depósito – Euro CD	US\$ 2	Dez/2007		US\$ 2,08% a 2,037% a.a.	14	-	
<b>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</b>							
Bônus Perpétuos	US\$ 500	Jan/2006	Indeterminado	US\$ 7,95% a.a.	1.186	894	
<b>Total</b>					<b>4.395</b>	<b>2.191</b>	

(1) Taxa interbancária de Londres.

### c) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os Fundos Financeiros e de Desenvolvimento possuem prazo de vencimento indeterminado.

	Taxa de atualização	31 de dezembro	
		2008	2007
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasesp	TR <sup>(1)</sup> + 6% a.a.	1.706	1.524
Outros fundos		388	363
<b>Total</b>		<b>2.094</b>	<b>1.887</b>

(1) Taxa Referencial de Juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

### d) Obrigações por empréstimos

As obrigações por empréstimos representam, principalmente, recursos captados de instituições internacionais de crédito para financiar projetos de interesse do governo brasileiro. Essas obrigações têm vencimento até 2015 e são atualizadas por juros fixos de 8,36% a.a. a 6,92% a.a..

### e) Dívidas subordinadas

	Emissão em moeda original			Moeda	Taxa de juros	31 de dezembro	
	Emissão	Vencimento	2008			2007	
Dívidas subordinadas	US\$ 300	Set/2004	Set/2014	US \$	8,5% a.a.	715	535

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### f) Outras obrigações

	Vencimento em						Total
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Depois de 6 anos	
Outras obrigações	<u>78</u>	<u>6</u>	<u>59</u>	<u>37</u>	<u>27</u>	<u>46</u>	<u>253</u>

### g) Vencimentos das obrigações de longo prazo:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Devido em até 1 ano	12.969	8.029
Acima de 1 até 2 anos	5.592	4.449
Acima de 2 até 3 anos	3.032	2.379
Acima de 3 até 4 anos	2.282	1.658
Acima de 4 até 5 anos	1.911	1.236
Acima de 5 anos <sup>(1)</sup>	6.137	6.321
<b>Total</b>	<b><u>31.923</u></b>	<b><u>24.072</u></b>

(1) Incluídos os recursos com vencimento indeterminado.

## 16. Outras obrigações

	31 de dezembro	
	2008	2007
FCO - Fundo constitucional de financiamento do centro-oeste <sup>(6)</sup>	11.057	9.477
Planos de benefícios pós-emprego <sup>(1)</sup>	6.306	6.214
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	6.116	5.074
Passivos contingentes <sup>(2)</sup>	6.090	3.866
Instrumentos financeiros derivativos	3.609	1.718
Recebimentos por conta de terceiros	2.998	2.577
Encargos e obrigações trabalhistas	2.908	2.373
Obrigações com bandeiras de cartão de crédito	2.545	2.083
Imposto de renda	2.147	2.311
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	1.202	506
Provisões técnicas para seguros e resseguros <sup>(7)</sup>	1.135	-
Outros impostos	811	457
Provisão para pagamentos diversos	690	536
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	448	956
Contratos de assunção de obrigações	239	247
Receitas diferidas <sup>(3)</sup>	233	226
Provisão para perdas sobre garantias prestadas <sup>(4)</sup>	58	60
Obrigações por negociação e intermediação de valores	15	6
Carteira de câmbio, líquida	7	128
Outras <sup>(5)</sup>	7.187	8.941
<b>Total</b>	<b><u>55.801</u></b>	<b><u>47.756</u></b>

(1) A nota explicativa 27 detalha os planos de benefícios pós-emprego concedidos pelo BB.

(2) A nota explicativa 25 (b) detalha os passivos contingentes do BB.

(3) Cerca de R\$ 15 em 2008 e R\$ 12 em 2007 do total das receitas diferidas mostradas nesta nota refere-se ao prêmio recebido em contratos de prestação de garantia que estão sendo gradualmente reconhecidos como receita. A nota explicativa 24 (b) detalha os instrumentos financeiros relacionados a crédito não incluídos no Balanço Patrimonial.

(4) A nota explicativa 24 (b) detalha os passivos constituídos em função de instrumentos financeiros relacionados a crédito, em atendimento à SFAS 5 e à FIN 45.

(5) Os valores contidos na linha identificada como "Outras" não são individualmente representativos.

(6) O FCO foi criado pela Lei 7.827/89, que regulamentou o Artigo 159-I -"c" da Constituição Federal. Sua administração é realizada pelo Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e o Conselho Deliberativo do FCO – CONDEL/FCO.

(7) Saldo relativo à Companhia de Seguros Aliança do Brasil, que passou a ser consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17. Imposto de renda e contribuição social

O Banco e cada uma de suas empresas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica distintas. No Brasil, os encargos tributários federais sobre o lucro abrangem o imposto de renda (IR), com alíquota de 15% mais um adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A alíquota de CSLL foi 9% de 01/01/2003 até 30/04/2008. A partir de maio/2008, a alíquota de CSLL foi majorada para 15%.

Os valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados na Demonstração de Resultado estão assim constituídos:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Corrente		
Doméstico	(2.518)	(2.871)
Exterior	(35)	(37)
Total corrente	<u>(2.553)</u>	<u>(2.908)</u>
Diferido		
Doméstico	1.116	(191)
Exterior	-	(82)
Total diferido	<u>1.116</u>	<u>(273)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b><u>(1.437)</u></b>	<b><u>(3.181)</u></b>

O quadro abaixo apresenta as despesas ou benefícios do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro abrangente:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.437)	(3.181)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros lucros abrangentes	13.429	(3.337)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro abrangente</b>	<b><u>11.992</u></b>	<b><u>(6.518)</u></b>

As despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliadas com as alíquotas legais, conforme a seguir:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.112	11.165
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas legais<sup>(1)</sup></b>	<b><u>(3.778)</u></b>	<b><u>(3.796)</u></b>
Dedutibilidade dos juros sobre capital próprio	526	455
Encargos sobre Ganho/(perda) não tributável/(dedutível) sobre investimentos no exterior	(404)	(138)
Encargos sobre resultado de participação em entidades não consolidadas	257	271
Encargos sobre receita do FCO	219	183
Encargos resultantes da diferença de alíquotas	(192)	108
Encargos sobre receitas não tributáveis/(despesas não dedutíveis)	1.935	(264)
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(1.437)</u></b>	<b><u>(3.181)</u></b>

(1) Aplicado o percentual de 34% (IR + CSLL). A majoração do percentual para 40%, a partir de maio/2009, está incluída no item encargos resultantes da diferença de alíquotas.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais componentes das contas do imposto de renda e da contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial consolidado têm as seguintes origens:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Ativos fiscais diferidos		
Montante dos prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	212	151
Contribuição social a compensar	135	733
Créditos tributários no exterior	11	9
Prejuízos contábeis no exterior	-	-
Marcação a mercado negativa de títulos e valores mobiliários	257	128
Mandado de segurança <sup>(1)</sup>	4.932	4.868
Provisões para perdas em operação de crédito	5.484	3.469
Provisões para contingências	2.436	1.315
Provisão com plano de benefícios pós-emprego	4.241	2.113
Provisão com encargos e obrigações trabalhistas	370	338
Outras diferenças temporais	1.642	1.559
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>19.720</b>	<b>14.683</b>
Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos	-	-
<b>Total dos ativos fiscais diferidos após provisão para não realização</b>	<b>19.720</b>	<b>14.683</b>
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	(4.384)	(10.557)
Marcação a mercado positiva de títulos e valores mobiliários	(220)	(204)
Atualização de depósitos judiciais	-	-
Ajuste da carteira de <i>leasing</i> financeiro	(170)	(64)
Correção monetária do imobilizado de uso	(72)	(67)
Outras diferenças temporais	475	(21)
<b>Total dos passivos fiscais diferidos</b>	<b>(4.371)</b>	<b>(10.913)</b>
<b>Ativos fiscais diferidos líquidos, incluídos em outros ativos (Nota 12)</b>	<b>15.349</b>	<b>3.770</b>

(1) Os créditos tributários que haviam sido baixados desde o início da ação judicial, referentes à compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social, foram reativados em contrapartida à reconstituição da provisão relativa à parcela de 70% do IRPJ e da CSLL.

A compensação de prejuízos fiscais no Brasil não está sujeita a prazo de prescrição, porém está limitada a 30% do lucro real apurado, em cada exercício social, de acordo com a legislação tributária brasileira. O Banco está compensando, desde fevereiro/1998, os prejuízos fiscais acumulados de imposto de renda e contribuição social com 100% do valor devido de imposto de renda e contribuição social. A fração de 70%, excedente ao limite legal, está sendo compensada com amparo em depósito judicial de valor igual ao da parcela compensada. Esse procedimento (compensação de créditos tributários com base em depósito judicial) resultou na suspensão da exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social devidos por decisão judicial. A decisão final sobre a ação depende de julgamento do Supremo Tribunal Federal.

O montante dos créditos tributários correspondente à parcela de 70% é de R\$ 6.555 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 6.045 em 31 de dezembro de 2007.

O Banco julga não ser necessário constituir provisão sobre os depósitos judiciais efetuados, pois entende que, mesmo em caso de decisão desfavorável do Supremo Tribunal Federal, não ocorre a prescrição do direito à compensação dos tributos, que será realizada mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

Adotamos a "FASB Interpretation" nº 48 ("FIN 48"), "Contabilização de Incertezas no Imposto de Renda", em 1º de janeiro de 2007. Como resultado da implementação da FIN 48, nenhum aumento ou redução nas obrigações para benefícios fiscais foi reconhecido.

O Banco não possui benefícios fiscais não reconhecidos. Havendo incertezas relacionadas à dedutibilidade de despesas ou não incidência sobre receitas, o Banco primeiramente oferece o valor relacionado à tributação e analisa a questão com profundidade até obter certeza sobre a existência ou não do benefício fiscal. Caso o Banco conclua que tem direito ao benefício fiscal, ele solicita a compensação ou a devolução dos valores pagos indevidamente.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As declarações de imposto de renda do Banco do Brasil e suas subsidiárias foram arquivadas na jurisdição federal brasileira. Com base na regulamentação fiscal vigente, a partir de 31 de dezembro de 2008, as declarações de imposto de renda de exercícios anteriores a 2004 não estarão mais sujeitas a inspeções pelas autoridades fiscais.

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital e direitos dos acionistas

##### i) Capital social

O Capital Social no valor de R\$ 13.780 e R\$ 13.212 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente, totalmente integralizado, está dividido em 2.568.186.485 ações ordinárias representadas na forma escritural sem valor nominal, das quais 2.567.036.120 estão em circulação. O Tesouro Nacional é o maior acionista (65,60%), detendo o controle.

Em 25 de abril de 2007, a Assembleia Geral de Acionistas do Banco deliberou desdobrar as ações (BBAS3) representativas do capital social, na proporção 1:3, ou seja, duas novas ações para cada ação existente. O referido desdobramento foi efetivado em bolsa de valores no dia 4 de junho de 2007. Não houve desdobramento dos bônus de subscrição série C (BBAS13), sendo alterada a proporção válida no caso de eventual exercício desse título para 3,131799 ações ordinárias para cada bônus de subscrição.

A Assembleia de Acionistas de 23 de outubro de 2007 aprovou proposta encaminhada pelo Conselho de Administração para antecipação do exercício dos Bônus "C", possibilitando aos titulares desses bônus, a seu exclusivo critério, o exercício do seu direito no período de 1º a 30 de novembro de 2007, observadas as condições aprovadas na AGE de 17 de junho de 1996. A referida proposta de antecipação não extinguiu o direito de exercício no período originalmente previsto, de 31 de março de 2011 a 30 de junho de 2011, para os Bônus "C" remanescentes.

Em 06 de dezembro 2007, o Banco do Brasil informou o resultado do exercício de subscrição dos Bônus "C": Bônus "C" exercidos (BBAS13): 21.148.315; Recibo de Subscrição (BBAS11): 66.232.261; Bônus "C" não exercidos: 5.880.431.

Em 19 de dezembro de 2007, aconteceu a liquidação da Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Banco do Brasil. Em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, a Oferta foi conduzida em mercado de balcão não organizado, no Brasil, sob coordenação conjunta do BB Banco de Investimento S.A., Banco UBS Pactual S.A. e *Deutsche Bank S.A.* A oferta foi de, inicialmente, 104.660.869 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do Banco do Brasil S.A., sendo 89.617.391 ações de titularidade da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, já incluídas as 17.443.478 ações adicionais, e 15.043.478 ações de titularidade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, ao preço, em unidades de Real, de R\$ 29,25 por ação. Adicionalmente em 19 de janeiro de 2008, foi exercida pelo UBS Pactual, totalmente, a opção de distribuição de um lote suplementar de 13.082.608 ações ordinárias, sendo 10.826.086 ações suplementares de titularidade da BNDESPAR e 2.256.522 da Previ. Considerando as ações e as ações suplementares, o número total de ações distribuídas foi de 117.743.477 e o valor total da oferta foi de R\$ 3.444.

O encerramento da Oferta Pública ocorreu em 22 de janeiro de 2008, apresentando os seguintes dados:

<b>Tipo de investidores</b>	<b>Número de investidores</b>	<b>Quantidade de ações</b>
Pessoas físicas	115.013	41.731.849
Pessoas jurídicas <sup>(1)</sup>	2.544	23.302.067
Investidores estrangeiros	272	51.267.602
Pessoas ligadas ao BB e/ou vinculadas à oferta	4.014	1.264.722
Outros	180	177.237
<b>Total da oferta</b>	<b>122.023</b>	<b>117.743.477</b>

(1) Inclui Clubes de Investimento, Fundos de Investimento, Entidades de Previdência Privada, Instituições Financeiras e demais Pessoas Jurídicas

A Assembleia de Acionistas de 24 de janeiro de 2008 aprovou um aumento de capital para conversão dos Recibos de Subscrição (BBAS11) em ações. Em 13 de fevereiro de 2008, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de R\$ 501 no capital social decorrente da antecipação do exercício dos Bônus de Subscrição "C", deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 24 de janeiro de 2008.

A partir de 03 de março de 2008, os recibos decorrentes da subscrição desses bônus (BBAS11) deixaram de ser negociados e foram convertidos automaticamente em ações ordinárias (BBAS3). A referida antecipação não extingue o direito de exercício no período originalmente previsto, de 31 de março a 30 de junho de 2011, para os bônus remanescentes.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Posição acionária, em 31 de dezembro de 2008, de todo aquele que detiver, direta ou indiretamente, mais de 5% (cinco por cento) do capital social do Banco:

<b>Acionista</b>	<b>Total de ações</b>	<b>% Total</b>
Tesouro Nacional	1.684.809.058	65,60%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	266.253.012	10,37%
BNDES Participações S.A. – BNDESPar <sup>(1)</sup>	64.005.679	2,50%
Ações em tesouraria	1.150.365	0,04%
Outros acionistas	551.968.371	21,49%
<b>Total</b>	<b><u>2.568.186.485</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>

(1) Ligada ao controlador.

Evolução das participações referidas na alínea anterior no último exercício:

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Tesouro Nacional	1.684.809.058	1.660.334.789
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	266.253.012	265.946.012
BNDES Participações S.A. – BNDESPar <sup>(1)</sup>	64.005.679	64.368.679
Ações em Tesouraria	1.150.365	-
Outros acionistas	551.968.371	485.299.789
<b>Total</b>	<b><u>2.568.186.485</u></b>	<b><u>2.475.949.269</u></b>

(1) Ligada ao controlador.

O saldo remanescente de bônus de subscrição equivale a 27.028.746 bônus "C", os quais têm assegurado o direito de exercício até os prazos estabelecidos originalmente – 31 de março a 30 de junho de 2006 e 31 de março a 30 de junho de 2011, respectivamente. O valor de mercado da ação em 31 de dezembro de 2008 era, em unidades de Real, de R\$ 14,68 (R\$ 21,33 por lote de mil ações em 31 de dezembro de 2007).

### b) Lucros acumulados apropriados

Os lucros acumulados apropriados incluem as seguintes reservas, constituídas segundo a Lei 6.404/76, nossos estatutos ou por decisão dos acionistas.

#### i) Reservas de capital

As reservas de capital registradas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são compostas substancialmente por ágio gerado na subscrição de ações.

#### ii) Reservas de lucros

Na conta reservas de lucros são registradas reservas para expansão dos negócios, reservas estatutárias e reserva legal. Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, até o limite de 20% do capital social, após absorver as perdas acumuladas. As reservas podem ser utilizadas para aumentar o capital social ou absorver prejuízos. O quadro abaixo evidencia a composição do saldo das reservas:

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Reserva legal	1.789	1.349
Reservas estatutárias	9.420	4.577
Reservas para expansão	6.219	6.219
<b>Total</b>	<b><u>17.428</u></b>	<b><u>12.145</u></b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Outros lucros abrangentes acumulados

O saldo da conta outros lucros abrangentes acumulados apresenta a seguinte composição:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos	689	1
Ganhos(perdas) não realizadas sobre planos de benefícios pós-aposentadoria, líquidas de impostos	(3.654)	16.429
<b>Total</b>	<b>(2.965)</b>	<b>16.430</b>

Apresentamos a seguir os valores que compõe a conta Outros lucros abrangentes acumulados sobre planos de benefícios pós-aposentadoria (nota explicativa 27):

	31 de dezembro	
	2008	2007
Ganhos(perdas) não realizados sobre o plano 1 de aposentadoria Previ	(4.296)	26.819
Perdas não realizadas sobre o plano informal de aposentadoria Previ	(174)	(167)
Perdas não realizadas sobre o plano de saúde Cassi	(1.619)	(1.759)
(-) Efeito tributário sobre os ganhos(perdas) não realizados sobre planos de benefícios pós-aposentadoria	2.435	(8.464)
<b>Total</b>	<b>(3.654)</b>	<b>16.429</b>

### d) Lucros acumuladas não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente distribuído na forma de dividendos e da constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os *US GAAP*, representa o efeito das diferenças entre os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O quadro abaixo demonstra a distribuição do lucro líquido do exercício apurado de acordo com as práticas adotadas no Brasil:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Lucro líquido do período	8.803	5.059
Juros sobre capital próprios e dividendos destinados aos acionistas	(2.610)	(1.568)
Constituição de reservas	(6.193)	(3.491)

### e) Juros sobre capital próprio e dividendos

O Banco aprovou uma política de pagamento que assegura aos acionistas a distribuição semestral do dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado, conforme definido em lei e no Artigo 43 do Estatuto Social do Banco.

A AGE de 28 de dezembro de 2006, aprovou alteração do Artigo 43 do Estatuto Social do Banco que determina que o pagamento do dividendo e/ou juros sobre capital próprio deve ser declarado pelo Conselho Diretor e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Artigo admite a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores aos semestrais.

Em reunião realizada em 19 de março de 2007, o Conselho de Administração aprovou a fixação, para o período de 2007, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) do Lucro Líquido, cumprindo-se a política de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme o Artigo 43 do Estatuto Social do Banco. No período de 2008, essa política continuou sendo adotada. A política de pagamento de dividendo mínimo de 40% do lucro líquido não prejudica nossa capacidade financeira e operacional.

Os Juros sobre Capital próprio atingiram no exercício de 2008 o montante de R\$ 1.548, que foram pagos com encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, a partir do encerramento do balanço até o dia do efetivo pagamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, deduzidas as parcelas pagas durante os períodos trimestrais.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 19. Receitas de prestação de serviços

	31 de dezembro	
	2008	2007
Tarifas sobre diversos serviços em conta corrente	2.882	2.597
Administração de recursos de terceiros	1.979	1.696
Tarifas de cobrança	1.044	957
Cartões de crédito	1.173	855
Sistemas de liquidação e transferências de fundos	682	750
Recebimentos e pagamentos de terceiros	443	423
Administração de fundos e cobrança de créditos dos governos Federal, Estaduais e Municipais	283	280
Comercialização de seguros	253	468
Serviços de cadastro	194	117
Garantias prestadas	58	40
Serviços de interesse oficial e previdência social	40	139
Outras <sup>(1)</sup>	1.844	1.646
<b>Total</b>	<b>10.875</b>	<b>9.968</b>

(1) Os valores contidos na linha identificada como "Outras" não são individualmente representativos.

### 20. Despesas administrativas

	31 de dezembro	
	2008	2007
Gastos com comunicações	983	871
Serviços contratados de terceiros	805	611
Processamento de dados	676	714
Transporte	539	479
Serviços de vigilância e segurança	523	489
Serviços do sistema financeiro	426	379
Aluguéis e arrendamentos operacionais	304	265
Água, energia e gás	271	272
Despesas com a ocupação do imobilizado de uso	266	234
Propaganda e publicidade	244	265
Promoções e relações públicas	179	152
Serviços técnicos especializados	168	86
Viagens	136	108
Material de escritório e similar	103	111
Outras <sup>(1)</sup>	813	999
<b>Total</b>	<b>6.436</b>	<b>6.035</b>

(1) Os valores contidos na linha identificada como "Outras" não são individualmente representativos.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21. Outras receitas e despesas não de juros

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Outras receitas não de juros</b>		
Recuperação de encargos e despesas	421	493
Ganhos com conversão de investimentos no exterior	324	-
Ganhos e perdas na alienação de investimentos permanentes	39	178
Reversão de provisões	5	37
Ganhos contingentes – indêbitos tributários	-	147
Outras <sup>(1)</sup>	2.366	926
<b>Total</b>	<b>3.155</b>	<b>1.781</b>
<b>Outras despesas não de juros</b>		
Impostos e Taxas	2.222	2.174
Contingências	1.664	516
Provisão para outros ativos sem característica de concessão de crédito	213	299
Falhas em serviço e perdas operacionais	210	213
Contribuição ao fundo garantidor de crédito	205	158
Perdas com conversão de investimentos no exterior	-	277
Outras <sup>(1)</sup>	2.861	1.762
<b>Total</b>	<b>7.375</b>	<b>5.399</b>

(1) Os valores contidos na linha identificada como "Outras" não são individualmente representativos.

### 22. Demonstração do cálculo do lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos exercícios apresentados. A média ponderada é apurada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação diluído tem como base o mesmo lucro líquido do lucro por ação básico e a média ponderada do número de ações em circulação, acrescida pelo número de ações que seriam emitidas assumindo o exercício dos bônus de subscrição.

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro	
	2008	2007 <sup>(1)</sup>
Lucro líquido em R\$ (Numerador)	9.675.337.593	7.984.366.183
Média ponderada das ações em circulação básico (Denominador)	2.548.098.464	2.475.949.269
Lucro líquido por ação básico (em R\$)	3,80	3,22
Média ponderada das ações em circulação diluída (Denominador)	2.577.649.367	2.560.597.869
Lucro líquido por ação diluído (em R\$)	3,75	3,12

(1) Quantidades ajustadas para refletir o desdobramento de ações de 1:3 ocorrido em junho/2007.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do dividendo e juro sobre capital próprio por ação é calculado por meio da divisão dos dividendos e juros sobre capital próprio pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos exercícios apresentados. A média ponderada é apurada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação:

	31 de dezembro	
	2008	2007 <sup>(1)</sup>
Dividendos/Juros sobre capital próprio em R\$ (Numerador)	3.521.147.488	2.023.247.656
Média ponderada das ações em circulação (Denominador)	2.548.098.464	2.475.949.269
Dividendo e juro sobre capital próprio por ação (em R\$)	1,38	0,82

(1) Quantidades ajustadas para refletir o desdobramento de ações de 1:3 ocorrido em junho/2007.

### 23. Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com a SFAS 107 - "Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros", o valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas, e que não seja uma venda judicial ou de liquidação. A cotação de mercado, quando disponível, é adotada como a melhor estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros. Na ausência de cotação de mercado para certos instrumentos financeiros, os valores justos desses instrumentos são calculados com base no valor dos fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas podem ser afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, como por exemplo a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser comparado com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento financeiro. Portanto, os valores líquidos de realização podem ser diferentes das estimativas apresentadas a seguir.

As metodologias utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros são informadas a seguir:

#### a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem aproximadamente a seus valores de mercado.

#### b) Aplicações em depósitos interfinanceiros e em operações compromissadas

O valor justo das aplicações em depósitos interfinanceiros e operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

	2008		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.697	28.589	27.315	45.044
Aplicações em operações compromissadas	95.152	95.160	43.405	43.405
<b>Total</b>	<b>127.849</b>	<b>123.749</b>	<b>70.720</b>	<b>88.449</b>

#### c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O valor justo desses instrumentos financeiros são demonstrados em suas respectivas notas explicativas (notas 4, 5, 6 e 24).

#### d) Operações de crédito

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações de crédito pré-fixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações de crédito pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Quanto às operações de crédito em curso anormal, consideramos que seus valores históricos menos suas respectivas provisões representam de forma adequada seus valores justos.

O quadro a seguir demonstra os valores contábeis e valores justos estimados para as operações de crédito:

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2008		2007
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Brasil</b>				
Comerciais				
Industriais e outros	69.233	71.199	51.466	51.746
Financiamento à importação	1.396	1.378	874	877
Financiamento à exportação	24.609	27.380	14.031	14.543
Pessoa física				
Cheque especial	3.005	3.005	2.357	2.357
Financiamentos	35.399	29.391	25.118	22.910
Cartões de crédito	8.262	8.262	6.253	4.151
Crédito rural				
Financiamentos agroindustriais	12.627	12.270	7.416	7.640
Financiamentos rurais – aplicações livres	1.863	1.863	87	87
Financiamentos rurais – aplicações obrigatórias	27.375	26.097	22.253	22.013
Financiamentos rurais – aplicações repassadas e refinanciadas	21.843	21.400	19.594	18.771
Setor público	845	870	543	549
Arrendamento mercantil	2.974	2.974	1.221	1.221
<b>Total Brasil</b>	<b>209.431</b>	<b>206.089</b>	<b>151.213</b>	<b>146.865</b>
<b>Total exterior</b>	<b>15.130</b>	<b>15.197</b>	<b>11.372</b>	<b>12.261</b>
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>224.561</b>	<b>221.286</b>	<b>162.585</b>	<b>159.126</b>
Provisão para perdas	(13.709)	(13.709)	(10.202)	(10.202)
<b>Total de operações de crédito, líquido</b>	<b>210.852</b>	<b>207.577</b>	<b>152.383</b>	<b>148.924</b>

### e) Outros ativos

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento Outros Ativos equivalem aproximadamente a seus valores de mercado.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### f) Depósitos

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para os depósitos:

	2008		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Brasil</b>				
Depósitos de clientes				
Depósitos à vista				
Sem remuneração	48.318	48.318	48.593	48.593
Com remuneração	2.364	2.364	1.946	1.946
Depósitos a prazo	133.452	133.457	77.408	77.401
Depósitos de poupança	54.965	54.965	45.839	45.839
Depósitos interfinanceiros	7.626	7.625	1.214	1.214
<b>Total Brasil</b>	<b>246.725</b>	<b>246.729</b>	<b>175.000</b>	<b>174.993</b>
<b>Exterior</b>				
Depósitos de clientes				
Depósitos à vista				
Sem remuneração	1.531	1.531	1.207	1.207
Com remuneração	1.229	1.229	956	956
Depósitos a prazo	15.818	17.445	7.545	7.600
Depósitos interfinanceiros	6.435	7.615	3.925	3.953
<b>Total exterior</b>	<b>25.013</b>	<b>27.820</b>	<b>13.633</b>	<b>13.716</b>
<b>Total de depósitos</b>	<b>271.738</b>	<b>274.549</b>	<b>188.633</b>	<b>188.709</b>

### g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

O quadro a seguir apresenta o valor justo estimado para as obrigações por operações compromissadas:

	2008		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Obrigações por operações compromissadas	91.402	90.479	72.227	72.227
<b>Total de obrigações por operações compromissadas</b>	<b>91.402</b>	<b>90.479</b>	<b>72.227</b>	<b>72.227</b>

### h) Obrigações de curto prazo

Parte de nossas obrigações de curto prazo possuem características específicas e representam carteira exclusiva do Banco do Brasil, sem similares no mercado. Seus valores justos equivalem ao valor contábil porque não existem variações na taxa de juros. Cada novo ingresso de recursos possui taxas e características exclusivas, o que confere ao passivo total distinção frente a ingressos anteriores. As operações contempladas no item "Obrigações por empréstimos" tiveram seus valores justos calculados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim sendo, o quadro a seguir demonstra os valores contábeis e os valores justos para as obrigações de curto prazo:

	2008		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Obrigações por empréstimos	2.086	2.086	637	633
Obrigações por repasses	665	665	-	-
Obrigações em moedas estrangeiras	3.270	3.270	413	413
Outras	224	224	84	84
<b>Total das obrigações de curto prazo</b>	<b>6.245</b>	<b>6.245</b>	<b>1.134</b>	<b>1.130</b>

### i) Obrigações de longo prazo

O quadro a seguir demonstra os valores contábeis e os valores justos para as obrigações de longo prazo:

	2008		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Obrigações por repasses	22.436	22.436	17.486	17.487
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	4.395	4.028	2.191	2.288
Obrigações por empréstimos	2.030	2.030	1.818	1.818
Fundos financeiros de desenvolvimento	2.094	2.094	1.887	1.887
Dívidas subordinadas	715	715	535	535
Outras obrigações	253	252	155	156
<b>Total de obrigações de longo prazo</b>	<b>31.923</b>	<b>31.555</b>	<b>24.072</b>	<b>24.171</b>

### j) Outras obrigações

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento Outras Obrigações equivalem aproximadamente a seus valores de mercado.

### k) Níveis de mensuração ao valor justo - SFAS 157

A SFAS 157 descreve os três níveis de informações que são utilizados na mensuração de instrumentos financeiros ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substanciar a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Banco do Brasil não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, classificados como nível 3 (modelo de precificação com informação significativa indisponível).

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informamos no quadro a seguir, os ativos e passivos mensurados ao valor justo no balanço:

	31 de dezembro de 2008		
	Saldo contábil	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2
<b>Ativos</b>	<b>59.033</b>	<b>56.757</b>	<b>2.276</b>
Ativos de negociação, ao valor justo	20.828	18.552	2.276
Títulos e valores mobiliários	18.182	18.182	-
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(1)</sup>	2.646	370	2.276
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo	38.205	38.205	-
<b>Passivos</b>	<b>(3.279)</b>	<b>(630)</b>	<b>(2.649)</b>
Captação com hedge <sup>(3)</sup>	330	-	330
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(2)</sup>	(3.609)	(630)	(2.979)

(1) Inclui contratos de Futuros relativos à negociação e intermediação de valores, que estão registrados em Outros Ativos;

(2) Valores registrados em Outras Obrigações; e

(3) Valores registrados em Obrigações de Longo Prazo.

	31 de dezembro de 2007		
	Saldo Contábil	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2
<b>Ativos</b>	<b>57.818</b>	<b>56.668</b>	<b>1.150</b>
Ativos de negociação, ao valor justo	19.754	18.604	1.150
Títulos e valores mobiliários	18.562	18.562	-
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(1)</sup>	1.192	42	1.150
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo	38.064	38.064	-
<b>Passivos</b>	<b>(1.428)</b>	<b>25</b>	<b>(1.452)</b>
Captação com hedge <sup>(3)</sup>	290	-	290
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(2)</sup>	(1.718)	25	(1.742)

(1) Inclui contratos de Futuros relativos à negociação e intermediação de valores, que estão registrados em Outros Ativos;

(2) Valores registrados em Outras Obrigações; e

(3) Valores registrados em Obrigações de Longo Prazo.

## 24. Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial

### a) Derivativos

Negociamos instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições de riscos.

Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega do bem. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado e é resultante da quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias das diferenças geradas pela variação de preços no mercado à vista.

Contratos a termo de juros são contratos realizados para efetuar uma troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação de mercado das taxas de juros entre a data da negociação e a data da liquidação. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela moeda de um outro, considerando um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada.

Contratos de "swaps" de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras o diferencial entre dois índices financeiros especificados aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de "swap" apresentados correspondem, principalmente, a contratos de "swaps" de DI (taxa dos depósitos interfinanceiros), TR (taxa referencial de juros), taxas prefixadas e moedas estrangeiras.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos de opções dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O risco de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados no mercado de ações e outros valores, e é estimado em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade inerente.

Risco de crédito é a exposição a prejuízos no caso de uma contraparte não honrar a sua obrigação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro e totalizou R\$ 21 e R\$ 3 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. Os contratos de "swaps" nos expõem ao risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Nossa exposição em risco de crédito em "swaps" é de R\$ 1.521 e R\$ 1.123 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. Estamos expostos ao risco de crédito na extensão dos prêmios pagos em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito associada à aquisição de opções foi de R\$ 1 em 31 de dezembro de 2008. A exposição ao risco de crédito associada às posições compradas em operações a termo foi de R\$ 752 e R\$ 24 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. O reconhecimento no resultado dos ganhos não realizados nessas operações depende da avaliação da Administração em relação à possibilidade de seu recebimento.

A tabela a seguir demonstra o valor referencial dos instrumentos financeiros derivativos, bem como os montantes registrados nas contas do balanço patrimonial:

	31 de dezembro			
	Valor do contrato	Risco de crédito	Valor do contrato	Risco de crédito
<b>Taxas de juros</b>				
Contratos futuros	12.593	-	5.398	-
Contratos de "swap"	1.637	28	7.702	1.013
<b>Moedas</b>				
Contratos futuros	3.813	21	532	3
Contratos de "swap"	6.160	1.493	4.111	110
Contratos a termo				
Compromissos de compra	1.324	752	736	24
Compromissos de venda	3.628	-	3.784	-
<b>Mercadorias</b>				
Contrato de opções				
Compras	4	1	8	1
Vendas	4	-	8	-
<b>Ações</b>				
Contrato de Opções				
Vendas	-	-	-	-
<b>Outros ativos</b>				
Contratos de "swap"	-	-	177	-
<b>Total do risco de crédito</b>		<b>2.295</b>		<b>1.151</b>

Os valores a receber estão incluídos em "Ativos de negociação, ao valor justo" e os valores a pagar estão incluídos em "Outras obrigações - instrumentos financeiros derivativos".

### Composição da carteira de derivativos designados para hedge de risco de mercado

O Banco do Brasil, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio sobre títulos emitidos no mercado internacional de capitais contratou operações de derivativos no montante de R\$ 350 (*Cross Currency Interest Rate Swap*), swap de moeda e taxa de juros, pelo mesmo volume, prazo e taxa, com vencimento entre 5 e 10 anos. O *Hedge* foi avaliado como efetivo em 100%, em 31 de dezembro de 2008, observando-se que a sua efetividade corresponde ao intervalo entre 80% e 125%. A composição da carteira está assim representada:

### Contraparte: IF – Instituição Financeira

#### Por indexador

Negociação em Balcão - Contratos Swaps	31.12.2008			31.12.2007		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição passiva	350	(87)	(62)	320	23	(54)
Moeda estrangeira e juros	350	(87)	(62)	320	23	(54)

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Instrumentos financeiros relacionados a crédito

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros relacionados a crédito para atender às necessidades financeiras de seus clientes. O Banco emite compromissos de concessão de crédito, cartas de crédito em aberto ("standby") e outras garantias.

A tabela a seguir demonstra os montantes contratuais relativos aos instrumentos financeiros relacionados a crédito ao final de cada exercício:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Compromissos para concessão de crédito	114.062	96.799
Garantias por avais e fianças	8.435	3.665
Cartas de crédito em aberto ("standby")	1.010	780
<b>Total</b>	<b>123.507</b>	<b>101.244</b>

Os compromissos para a concessão de crédito são contratos por um período de tempo determinado para efetuar empréstimo a um cliente que tenha atendido a condições contratuais pré-determinadas, incluindo os limites atribuídos às operações de cheque especial e de cartões de crédito. As cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias por avais e fianças são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso da contraparte não cumprir os termos do contrato. A grande maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, nós requeremos que o contratado entregue, como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as nossas operações de crédito.

Segue um resumo do valor de desembolso máximo das garantias financeiras e outras cartas de crédito mencionadas acima, de acordo com a *FIN 45*.

	31 de dezembro	
	2008	2007
	Desembolso máximo (valores referenciais)	Desembolso máximo (valores referenciais)
Garantias por avais e fianças	8.435	3.665
Cartas de crédito em aberto	1.010	780
<b>Total</b>	<b>9.445</b>	<b>4.445</b>

Em atendimento à *SFAS 5* e à *FIN 45*, constituímos, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, uma provisão para perdas sobre garantias prestadas nos valores de R\$ 58 em 2008 e R\$ 60 em 2007. Reconhecemos ainda, no ato da concessão das garantias, um passivo relativo ao prêmio a receber, nos valores de R\$ 15 em 2008 e R\$ 12 em 2007. Referidos montantes estão sendo gradativamente reconhecidos como receita durante o período do contrato de garantia.

## 25. Responsabilidades assumidas e passivos contingentes

### a) Ativos administrados

O Banco do Brasil administra diversos fundos de investimento oferecidos a investidores institucionais e ao público em geral. Esses fundos não estão incluídos no balanço patrimonial consolidado. Em geral, a taxa de administração é cobrada mensalmente, em valores médios de 0,69% ao ano sobre o valor de mercado dos fundos administrados. O total desses fundos montou a R\$ 419.820 e R\$ 372.413 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

A administração de carteiras realizada por conta de planos de pensão, empresas, clientes do segmento bancário e investidores estrangeiros é efetuada com base em tarifas negociadas e parâmetros de investimento determinados. As taxas de administração são cobradas em geral como uma porcentagem dos ativos administrados e variam de acordo com a composição e "performance" da carteira específica.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Passivos contingentes - prováveis

As provisões para perdas prováveis de processos judiciais são registradas de acordo com a orientação da SFAS 5 – Contabilização de Contingências e da FIN 14 – Estimativa Razoável do Montante de uma Perda, pelo melhor valor estimado, que leva em consideração o parecer dos assessores jurídicos internos e externos (quando aplicável) do Banco do Brasil, a natureza dos créditos, a complexidade, a posição adotada pelos tribunais para os créditos de natureza semelhante e a experiência da Administração. Assim, a administração entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir prováveis perdas originadas dos respectivos processos legais.

Os processos legais são continuamente monitorados para avaliar sua evolução, a posição adotada pelos tribunais, bem como a adequação das estimativas utilizadas.

Não estão em curso processos administrativos decorrentes da não conformidade com as normas do Sistema Financeiro Nacional, que poderiam resultar no pagamento de multas significativas ou colocar em risco o capital próprio e a posição financeira do Banco do Brasil.

A provisão constituída para perdas prováveis totalizou R\$ 6.090 e R\$ 3.866 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente. As movimentações na provisão para passivos contingentes foram as seguintes:

	31 de dezembro	
	2008 <sup>(1)</sup>	2007
<b>Provisão fiscal</b>		
Saldo inicial	135	89
Constituições	261	58
Reversões	(35)	-
Pagamentos	(10)	(12)
Saldos incorporados	268	-
<b>Saldo final</b>	<b>619</b>	<b>135</b>
<b>Provisão trabalhista</b>		
Saldo inicial	2.470	2.374
Constituições	1.438	543
Reversões	(181)	-
Pagamentos	(489)	(447)
Saldos incorporados	54	-
<b>Saldo final</b>	<b>3.292</b>	<b>2.470</b>
<b>Provisão cível e previdenciária</b>		
Saldo inicial	1.261	891
Constituições	1.011	430
Reversões	(42)	-
Pagamentos	(111)	(60)
Saldos incorporados	60	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.179</b>	<b>1.261</b>
<b>Total</b>	<b>6.090</b>	<b>3.866</b>

(1) Os valores das provisões de 31 de dezembro de 2008 incluem o montante de R\$ 1.257 de provisão adicional apurada em 31 de março de 2009, referente à alteração de metodologia para classificar as contingências como prováveis.

O Banco do Brasil está sujeito a questionamentos das autoridades fiscais com relação aos impostos devidos. Esses questionamentos podem alterar a competência ou o montante de receita tributável ou deduções. As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações contábeis consolidadas estão relacionadas a questões de litígio relativas à legalidade de determinados impostos e contribuições.

As questões de litígios fiscais consideradas como possíveis estão relacionadas a autos de infração no montante de R\$ 2.371 em 2008 e R\$ 2.060 em 2007. A expectativa de resolução dessas questões é que não tenham impacto significativo na posição financeira ou nos resultados das operações do Banco.

O Banco do Brasil é parte de processos trabalhistas movidos por empregados. As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações contábeis consolidadas representam ações de indenizações e complementações relacionadas a horas extras e adicionais noturnos. As demandas judiciais trabalhistas classificadas como possíveis são da ordem de R\$ 419 em 2008 e R\$ 413 em 2007.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Passivos contingentes – possíveis

#### Ações trabalhistas

As demandas judiciais trabalhistas classificadas como possíveis são dispensadas de constituição de provisão e representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, Adicional de Função e Representação, e outros.

#### Ações fiscais

As questões de litígios fiscais consideradas como possíveis são dispensadas de constituição de provisão e representam vários pedidos reclamados, como: ISSQN, Cobrança e Outras Obrigações Fiscais oriundas da Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social. As principais contingências têm origem em:

- Autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em face da não retenção na fonte e não recolhimento do IR sobre os abonos salariais pagos a funcionários.
- Autos de infração lavrados pelo Instituto de Seguridade Social, referentes ao não recolhimento de contribuições incidentes sobre abono salarial, conversões em espécie e participações nos lucros e resultados de funcionários.
- Autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), referentes a cobranças de ISSQN.

#### Ações de natureza cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis foram os seguintes:

	31 de dezembro	
	2008	2007
Ações Judiciais Trabalhistas	419	413
Ações Judiciais Fiscais	2.371	2.060
Ações Judiciais Cíveis	2.597	1.860

## 26. Aspectos regulamentares

O Banco do Brasil está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil, que publica diversas normas referentes às políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP emite regulamentação que afeta operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil estabelece o valor mínimo de capital obrigatório, os limites de crédito, as práticas contábeis e o valor dos depósitos compulsórios requeridos, e também obriga os bancos a cumprir uma norma semelhante ao Acordo da Basileia no tocante à adequação de capital.

O Índice de Basileia de 31 de dezembro de 2008 foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir demonstra, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o cálculo do Índice de Basileia, conforme regulamentação em vigor e aplicada a partir de julho de 2008, com base nas demonstrações contábeis apresentadas no Brasil:

	2008	2007
PR Patrimônio de Referência <sup>(1)</sup>		
Nível 1	31.201	-
Nível 2	12.190	-
<b>Total</b>	<b>43.391</b>	<b>34.900</b>
PRE – Patrimônio de Referência Exigido <sup>(2)</sup>	31.500	24.605
Risco de Crédito	30.980	-
Risco de Mercado	119	-
Risco de Operacional	401	-
Índice capital/ativos ponderados por risco - %	1,38	1,42
Excedente do capital regulamentar sobre o capital regulamentar mínimo exigido	11.891	10.295

(1) Com base nas exigências do Banco Central do Brasil. Em 2007, não havia a segregação entre os níveis 1 e 2.

(2) O Capital regulamentar mínimo exigido representou 15,15% e 15,60% em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente.

O Banco Central do Brasil também limita o valor de investimentos em sociedades não consolidadas, imobilizado e ativos intangíveis mantidos pelo Banco em 70% do patrimônio de referência. Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, nossos índices de imobilização e o excedente de capital com relação ao índice de imobilização máximo eram os seguintes:

	2008	2007
Índice de imobilização - %	11,68	13,17
Capital excedente em relação ao índice de imobilização	16.628	12.853

## 27. Planos de aposentadoria complementar e de pensões e outros benefícios a empregados

### a) Previdência social

Realizamos, como empregador, contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nos montantes de R\$ 950 e R\$ 896 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente, para custear planos de aposentadoria, pensões e outros benefícios concedidos pela Previdência Social administrada pelo Governo Brasileiro.

### b) Previdência complementar

Patrocinamos planos de benefícios de aposentadoria para funcionários do Banco do Brasil S.A. com o propósito de complementar aposentadorias e pensões pagas pelo INSS do Governo Brasileiro.

Os compromissos com aposentadoria complementar compreendem os seguintes planos de benefícios/grupos de participantes, que são funcionários contratados pelo Banco do Brasil S.A. no Brasil, não alcançando, portanto, os empregados contratados diretamente pelas agências e subsidiárias do Banco no exterior: (i) um plano de benefício definido (denominado "**Plano 1**"), composto por um grupo de funcionários admitidos até 14 de abril de 1967 ("Grupo 67") e por outro grupo de funcionários contratados entre 15 de abril de 1967 e 23 de dezembro de 1997 ("Grupo pós 67"); (ii) um plano de contribuição definida (denominado "**Plano Previ Futuro**"), formado por funcionários contratados a partir de 24 de dezembro de 1997; (iii) um plano de benefício definido (denominado "**Plano Informal**"), constituído por funcionários admitidos até 14 de abril de 1967 e não integrantes do Plano 1.

As contribuições do Banco para cobertura dos benefícios de aposentadoria complementar do Plano 1 e do Plano Previ Futuro são vertidas em favor da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Previ"), que é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar ("EFPC"), sem fins lucrativos, constituída de acordo com a legislação previdenciária brasileira para administrar esses planos de aposentadoria complementar e pagar os benefícios aos participantes. A Previ administra e controla, separadamente para cada plano de benefício, os ativos vinculados e necessários ao pagamento das aposentadorias e pensões.

O Banco assumiu integralmente as obrigações inerentes ao custeio necessário à cobertura dos benefícios de aposentadoria complementar dos participantes do Grupo 67, integrantes do Plano 1, consoante condições estipuladas em contrato firmado em 24 de dezembro de 1997 com a Previ. O Banco cumpriu integralmente sua obrigação não restando nenhum compromisso remanescente após 31 de dezembro de 2006.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano Informal não possui ativos vinculados e não é administrado pela Previ. A obrigação relativa a esse plano está integralmente reconhecida como um passivo do Banco.

Apresentamos na tabela a seguir as variações nas obrigações com os planos de benefícios definidos de aposentadoria complementar, calculadas por atuários independentes de acordo com as normas da SFAS 87 e SFAS 158, e nos ativos do plano 1:

	Plano 1		Plano Informal	
	2008	2007	2008	2007
<b>Variação na obrigação dos benefícios</b>				
Obrigação do benefício no início do ano	35.286	32.935	1.666	1.634
Custo do serviço de aposentadoria	168	174	-	-
Custo de juros	3.710	3.514	168	166
Benefícios pagos	(3.797)	(2.490)	(294)	(294)
Perdas atuariais	2.687	1.153	199	160
<b>Obrigação do benefício no final do ano</b>	<b>38.054</b>	<b>35.286</b>	<b>1.739</b>	<b>1.666</b>
<b>Variação nos ativos dos planos</b>				
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	71.046	54.424	-	-
Benefícios pagos	(3.797)	(2.490)	(294)	(294)
Contribuições dos participantes do plano	-	-	-	-
Contribuições do empregador	-	2	294	294
Retorno real dos ativos do plano	(17.703)	19.110	-	-
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do ano</b>	<b>49.546</b>	<b>71.046</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Situação da cobertura do plano	11.492	35.759	(1.739)	(1.666)
Ganhos(perdas) atuariais reconhecidos em Outros lucros abrangentes acumulados	(4.296)	26.818	(174)	(167)
<b>Valor líquido reconhecido no resultado</b>	<b>15.788</b>	<b>8.941</b>	<b>(1.565)</b>	<b>(1.499)</b>

O Plano 1 apresentou superávit atuarial de R\$ 11.492 e R\$ 35.759 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente. Esse resultado é calculado com base na tábua de mortalidade AT 83 e taxa de juros de 6,3% a.a., que são as premissas que melhor refletem a situação atuarial do plano de benefícios. Esse ativo foi totalmente reconhecido em conformidade com as determinações das SFAS 87 e 158.

Os valores acumulados reconhecidos nas demonstrações contábeis, contra a conta salários e encargos, consistem em:

	Plano 1		Plano Informal	
	2008	2007	2008	2007
Saldo de (ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no início do exercício	(8.941)	(5.145)	1.499	1.470
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no exercício	(6.847)	(3.796)	66	29
<b>Saldo de (ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no fim do exercício</b>	<b>(15.788)</b>	<b>(8.941)</b>	<b>1.565</b>	<b>1.499</b>

As obrigações com os planos de benefícios definidos são as seguintes:

	Plano 1		Plano Informal	
	2008	2007	2008	2007
Obrigação com benefícios projetados de aposentadoria	38.054	35.286	1.739	1.666
Obrigação com benefícios acumulados de aposentadoria	44.270	35.082	1.739	1.666
Valor justo dos ativos dos planos	49.546	71.046	-	-

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os componentes do custo líquido dos benefícios dos períodos seguintes são:

	Plano 1		Plano Informal	
	2009	2008	2009	2008
Custos dos serviços	(205)	(168)	-	-
Custos de juros	(4.032)	(3.710)	(194)	(168)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.317	7.645	-	-
Amortização do ganho (perda) líquido	(1.581)	3.080	-	-
<b>Custo líquido do benefício no período</b>	<b>(501)</b>	<b>6.847</b>	<b>(194)</b>	<b>(168)</b>

As hipóteses econômicas adotadas para efetivação dos cálculos atuariais foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação. As premissas utilizadas nos cálculos atuariais foram as seguintes:

	Plano 1 e Informal	
	2008	2007
Taxa média de desconto	6,30% a.a.	6,30% a.a.
Taxa média de retorno de longo prazo esperada dos ativos do plano	6,30% a.a.	6,30% a.a.
Taxa média de crescimento da remuneração	1,32% a.a.	1,47% a.a.
Taxa de Juros do Ativo	11,18% a.a.	10,98% a.a.
Taxa de Juros da Obrigação	11,18% a.a.	10,99% a.a.

Os percentuais médios de alocação dos ativos do Plano 1, por categoria, eram os seguintes:

	Plano 1	
	2008	2007
Renda Variável	60,27	64,13
Renda Fixa	37,04	30,62
Investimentos Imobiliários	1,41	2,73
Empréstimos e Financiamentos	1,28	2,52
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Apresentamos as contribuições esperadas para os próximos períodos:

	Plano 1		Plano Informal	
	2009	2008	2009	2008
Contribuições para o plano	-	-	307	279

Apresentamos a seguir os pagamentos esperados de benefício para os próximos períodos:

	Plano 1	Plano Informal
2009	3.973	307
2010	4.026	298
2011	4.078	293
2012	4.130	289
2013	4.181	287
2014 a 2018	21.152	1.195

As despesas do Banco com contribuições em favor de planos de aposentadoria complementar, com característica de contribuição definida, alcançaram os seguintes montantes:

	2008	2007
Plano Previ futuro	118	90

O exercício social da Previ se encerra anualmente em 31 de dezembro, data em que são publicados seus demonstrativos financeiros e reavaliados seus ativos e obrigações atuariais.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os limites legais e enquadramento de investimentos adotados pela Previ para os períodos apresentados são os estabelecidos nas resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nºs 3.121, de 25 de setembro de 2003, 3.142, de 27 de novembro de 2003 e 3.305, de 29 de julho de 2005. Apresentamos abaixo quadro demonstrativo da política de investimentos registrado na Secretaria de Previdência Complementar ("SPC").

Segmento	2008			2009		
	Mínimo	Máximo	Alvo	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa - Baixo Risco Crédito	20,00 %	100,00 %	28,10 %	25,00 %	100,00 %	36,98 %
Renda Fixa - Médio Risco Crédito	0 %	4,00 %	1,00 %	0 %	2,00 %	1,00 %
Renda Variável – Com IGC BOVESPA <sup>(1)</sup>	0 %	50,00 %	36,34 %	0 %	50,00 %	41,71 %
Renda Variável – Sem IGC BOVESPA	0 %	35,00 %	30,00 %	0 %	35,00 %	14,66 %
Imóveis – Aluguéis e Renda	0 %	11,00 %	1,94 %	0 %	8,00 %	2,58 %
Imóveis – Fundos de Investimento	0 %	0,50 %	0,20 %	0 %	0,50 %	0,11 %
Imóveis – Outros Investimentos	0 %	0,50 %	0,20 %	0 %	0,50 %	0,10 %
Empréstimos	0 %	15,00 %	0,72 %	0 %	15,00 %	1,72 %
Empréstimos e Financiamentos	0 %	10,00 %	1,50 %	0 %	10,00 %	1,14 %

(1) O IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa.

A Carteira de Investimentos do Plano 1 apresenta-se, em vários aspectos, desenquadrada em relação a limites impostos pela Resolução CMN 3121, que disciplina os investimentos dos fundos de pensão. A Resolução apresentou duas alternativas para os fundos alcançarem o enquadramento: ou adequavam-se até o final de 2005 ou apresentavam um Plano de Enquadramento a ser analisado e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") e pelo CMN.

A Previ optou por apresentar plano de enquadramento, com solicitação de prazo mais longo (até 2012) para fazer os ajustes necessários, especialmente nos percentuais de participação em certas empresas e fundos de investimento. Em 24 de novembro de 2004, o CMN aprovou o plano de enquadramento dos Investimentos elaborado pela Previ com a chancela da SPC.

A Previ executa o gerenciamento de risco por meio dos seus comitês de risco de mercado, de gestão de ativos e passivos ("ALM") e Corporativo, que definem as estratégias de gestão de risco e envolvem diversas áreas da Previ, tendo como principal finalidade descrever a incerteza a respeito do valor econômico de seus ativos.

### c) Fundação Codesc de Seguridade Social – Fusesc

Com a incorporação do Besc S.A. e do Besc S.A. – Crédito Imobiliário (Bescr) pelo Banco do Brasil, em 31 de dezembro de 2008, o Banco sucedeu as obrigações de patrocinador dos seguintes Planos de Previdência Privada: (i) Multifuturo I, de Contribuição Definida e (ii) Plano de Benefício Definido.

Multifuturo I, de Contribuição Definida - mantido pela Fusesc, implantado em junho de 2002 com a migração dos participantes do Plano de Benefício Definido. Esse plano contempla 6.204 empregados, sendo 3.127 assistidos (3.081 aposentados, 46 pensionistas) e 3.077 empregados ativos.

Plano de Benefício Definido - mantido pela Fusesc, desde 1978, estruturado em solidariedade contributiva com outras empresas, destinado aos seus empregados e dependentes. Esse plano contempla 1.373 empregados, sendo 1.368 assistidos (1.014 aposentados, 354 pensionistas) e 05 empregados ativos. Em 31 de dezembro de 2008 o plano apresentou superávit atuarial de R\$ 53.

A contribuição normal das patrocinadoras, a partir de dezembro de 2000, ficou definida como sendo a soma das contribuições devidas pelos participantes ativos e assistidos, atendendo à paridade contributiva entre contribuições normais de patrocinadoras e participantes, cumprindo o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional n.º 20/1998.

Além dos recursos repassados à Fusesc para quitar o déficit do Plano Multifuturo I, existe provisão no valor de R\$ 1, em 31 de dezembro de 2008, relativa ao déficit atuarial dos empregados ativos que permaneceram no Plano de Benefício Definido. O valor da provisão foi definido conforme o contrato firmado com a Fusesc em 23 de julho de 2002, Cláusula 2 "a" item 2.2, conforme a seguir: "para aqueles que não migrarem, será integralizado somente o aporte suplementar de recursos necessários à cobertura do déficit atuarial, na proporção que contribuíram (Patrocinadora e participantes) até a vigência da Emenda Constitucional n.º 20".

Na apuração atuarial do Plano de Benefício Definido, data-base 31 de dezembro de 2008, adotou-se a tábua de mortalidade AT-83.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Especificação	2008
Taxa real de juros utilizada para o desconto a valor presente das obrigações atuariais	6,30%a.a.
Taxa real de rendimento esperada sobre os ativos dos planos de aposentadoria e pensões	6,30%a.a.
Crescimento salariais futuros - nominal	2,83%a.a.
Inflação – anual	6,48%a.a.

### d) Assistência à saúde

O Banco possui um Plano de Benefício Pós-emprego outro que não pensão com a finalidade de prover um plano de assistência à saúde ("Plano de Saúde"). Esse plano é administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Cassi") e patrocinado pelo Banco, contemplando exclusivamente os funcionários contratados pelo Banco do Brasil S.A. no Brasil. Em 31 de dezembro de 2008 este plano contava com 172.456 participantes, sendo 91.508 ativos e 80.948 aposentados e pensionistas.

A Cassi é uma instituição de assistência social, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos

Até o 1º semestre de 2007, o Banco contribuía mensalmente com importância equivalente a 1,5 (uma vez e meia) o total arrecadado junto aos associados (ativos e aposentados) e aos beneficiários de pensão de funcionários admitidos até 23 de dezembro de 1997. Já em relação aos admitidos após essa data, a importância correspondia a 1 (uma vez) o total arrecadado. Em razão do Acordo entre o Banco e a Cassi, em novembro de 2007, foi implantada, com efeito retroativo a janeiro de 2007, a contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos de associados. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

No referido acordo ficou estabelecido que a contribuição do Banco à Cassi não excederá o limite de 4,5% sobre o valor dos proventos gerais e dos benefícios de aposentadoria e de pensão. Dessa forma, o Banco não é responsável pela cobertura de qualquer valor que exceder esse limite.

O método atuarial adotado, de acordo com a SFAS 106, para calcular a despesa para o próximo exercício e os itens de aspectos atuariais divulgados é o crédito unitário projetado. Esse método define que o custo do benefício será alocado durante a carreira ativa do empregado no período entre a data de admissão na empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício.

O plano de saúde não possui ativos garantidores. As variações nas obrigações do Banco referentes ao plano, calculadas por atuários independentes de acordo com a SFAS 106, são apresentadas na tabela a seguir:

	Plano de saúde	
	2008	2007
<b>Varição na obrigação dos benefícios</b>		
Obrigação do benefício no início do ano	4.548	3.563
Custo do serviço de aposentadoria	38	41
Custo de juros	482	379
Benefícios pagos	(334)	(296)
Impacto no reconhecimento do custo anterior do serviço	-	460
(Ganhos)/Perdas atuariais	(56)	401
<b>Obrigação do benefício no final do ano</b>	<b>4.678</b>	<b>4.548</b>
<b>Varição nos ativos dos planos</b>		
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	-	-
Benefícios pagos	(334)	(296)
Contribuições do empregador	334	296
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do ano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, contra a conta salários e encargos, consistem em:

	Plano de saúde	
	2008	2007
Saldo de perdas atuariais reconhecidas no início do exercício	2.789	2.268
Perdas atuariais reconhecidas no exercício	158	521
<b>Saldo de perdas atuariais reconhecidas no fim do exercício</b>	<b><u>2.947</u></b>	<b><u>2.789</u></b>

As obrigações com o plano de benefícios definidos são as seguintes:

	Plano de saúde	
	2008	2007
Obrigação com benefícios projetados de aposentadoria	4.678	4.548
Obrigação com benefícios acumulados de aposentadoria	4.678	4.548
<b>Valor justo dos ativos dos planos</b>	<b>:</b>	<b>:</b>

Os componentes do custo líquido dos benefícios dos períodos seguintes estão demonstrados na tabela abaixo:

	Plano de saúde	
	2009	2008
Custos dos serviços	61	38
Custos de juros	542	483
Amortização de perdas	62	74
Amortização do custo do serviço anterior	10	11
<b>Custo líquido do benefício no período</b>	<b><u>675</u></b>	<b><u>606</u></b>

As premissas utilizadas nos cálculos atuariais foram as seguintes:

	Plano de saúde	
	2008	2007
<b>Da obrigação com os benefícios de aposentadoria:</b>		
Taxa média de Juros <sup>(1)</sup>	6,30% a.a.	6,30% a.a.
Taxa de crescimento salarial <sup>(1)</sup>	0,95% a.a.	0,84% a.a.
<b>Custo do benefício líquido do período:</b>		
Taxa média de desconto <sup>(1)</sup>	6,30% a.a.	6,30% a.a.
Taxa média de retorno de longo prazo esperada dos ativos do plano <sup>(1)</sup>	6,30% a.a.	6,30% a.a.
Taxa média de crescimento da remuneração <sup>(1)</sup>	0,95% a.a.	0,84% a.a.

(1) As taxas informadas são as taxas reais, acima da inflação.

Apresentamos as contribuições esperadas para os próximos períodos:

	Plano de saúde	
	2009	2008
Contribuições para o plano	372	317

Apresentamos a seguir os pagamentos esperados de benefício para os próximos períodos:

Pagamentos esperados de benefícios:	Plano de saúde
2009	372
2010	390
2011	409
2012	437
2013	463
2014 a 2018	2.659

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 28. Transações entre partes relacionadas

#### a) Operações com entidades consolidadas e não consolidadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Portanto, as transações com partes relacionadas compreendem as empresas não consolidadas que são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), bem como os acionistas do Banco do Brasil. Em relação ao acionista majoritário "Tesouro Nacional" estão incluídas as transações com o Governo Federal e as entidades a ele vinculadas, como por exemplo empresas públicas, sociedades de economia mista e demais autarquias federais que mantêm operações bancárias com o BB.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos e operações compromissadas. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxa de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos destinados a fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados na nota 15.

Os recursos aplicados em Títulos Públicos Federais estão descritos nas notas 4, 5 e 6.

#### b) Outras transações com partes relacionadas

Não concedemos empréstimos a nossos diretores ou membros de nosso Conselho de Administração porque essa prática é proibida a todas as instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central.

Contribuímos regularmente para a Fundação do Banco do Brasil – FBB, conforme disposto no artigo 29, inciso XII, do Estatuto Social do Banco. As contribuições são destinadas para a consecução dos objetivos sociais da Fundação e são limitadas a 5% do resultado operacional do Banco.

#### c) Sumário das transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas do Banco do Brasil com partes relacionadas são os seguintes:

	2008	2007
<b>Ativo</b>		
Títulos e valores mobiliários	-	347
Operações de crédito	2.193	3.290
Valores a receber de ligadas	-	58
<b>Total</b>	<b>2.193</b>	<b>3.695</b>
<b>Passivo</b>		
Depósitos à vista	1.455	2.350
Depósitos a prazo remunerados	5.136	3.317
Obrigações por operações compromissadas	2.526	3.607
<b>Total</b>	<b>9.117</b>	<b>9.274</b>

O valor das principais despesas e receitas com partes relacionadas está demonstrado conforme abaixo:

	2008	2007
Rendas de juros e de prestação de serviços	902	938
Despesas com captação	(694)	(557)
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>381</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 29. Operações internacionais

A tabela abaixo contém informações sobre os ativos e resultados segmentados por áreas geográficas. A classificação foi feita com base na localização das agências e subsidiárias do conglomerado nas quais os ativos e as transações são registradas.

	2008				
	Ativos	Receita <sup>(1)</sup>	Despesa <sup>(1)</sup>	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	Lucro (Prejuízo) líquido
<b>Operações internacionais</b>					
Europa	7.185	641	(292)	349	327
América do Norte (Principalmente Estados Unidos)	15.948	372	(229)	143	144
América do Sul e Central (Principalmente GrandCayman, excluindo o Brasil)	10.807	677	(972)	(295)	(295)
Ásia (Principalmente Japão)	615	120	(92)	28	14
<b>Total internacional</b>	<b><u>34.555</u></b>	<b><u>1.810</u></b>	<b><u>(1.585)</u></b>	<b><u>225</u></b>	<b><u>190</u></b>
Operações domésticas (Brasil)	453.626	68.137	(57.250)	10.887	9.485
<b>Total</b>	<b><u>488.181</u></b>	<b><u>69.947</u></b>	<b><u>(58.835)</u></b>	<b><u>11.112</u></b>	<b><u>9.675</u></b>
<b>Participação das operações internacionais no total acima</b>	<b><u>7,08%</u></b>	<b><u>2,59%</u></b>	<b><u>2,69%</u></b>	<b><u>2,02%</u></b>	<b><u>1,96%</u></b>

(1) A receita compreende receitas de juros e receitas não de juros. A Despesa compreende despesa de juros, provisão para perdas em operações de crédito e despesas não de juros.

	2007				
	Ativos	Receita <sup>(1)</sup>	Despesa <sup>(1)</sup>	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	Lucro (Prejuízo) líquido
<b>Operações internacionais</b>					
Europa	5.748	779	(805)	(26)	(43)
América do Norte (Principalmente Estados Unidos)	7.118	606	(347)	259	258
América do Sul e Central (Principalmente GrandCayman, excluindo o Brasil)	9.856	871	(975)	(104)	(187)
Ásia (Principalmente Japão)	497	81	36	117	99
<b>Total internacional</b>	<b><u>23.219</u></b>	<b><u>2.337</u></b>	<b><u>(2.091)</u></b>	<b><u>246</u></b>	<b><u>127</u></b>
Operações domésticas (Brasil)	354.378	50.509	(39.590)	10.919	7.857
<b>Total</b>	<b><u>377.597</u></b>	<b><u>52.846</u></b>	<b><u>(41.681)</u></b>	<b><u>11.165</u></b>	<b><u>7.984</u></b>
<b>Participação das operações internacionais no total acima</b>	<b><u>6,15%</u></b>	<b><u>4,42%</u></b>	<b><u>5,02%</u></b>	<b><u>2,20%</u></b>	<b><u>1,59%</u></b>

(1) A receita compreende receitas de juros e receitas não de juros. A Despesa compreende despesa de juros, provisão para perdas em operações de crédito e despesas não de juros.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 30. Informações por segmentos

As informações por segmento foram preparadas segundo as práticas contábeis brasileiras e foram compiladas com base nos relatórios utilizados pela Administração na avaliação do desempenho do segmento e tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins. A Administração utiliza uma variedade de informações para esses fins, inclusive informações financeiras e não financeiras e informações financeiras medidas em bases diferentes, inclusive informações preparadas de acordo com a legislação societária.

Além dos segmentos específicos abaixo mencionados, o BB também participa de outras atividades econômicas, tais como, arrendamento mercantil, corretagem, tecnologia, turismo, consórcios e securitização de créditos, que foram aglutinadas, para efeito desta nota explicativa, na coluna denominada "Outros".

#### a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do nosso resultado, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição, situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pelo BB por meio de rede e equipes de atendimento dedicadas e especializadas, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

#### b) Segmento de investimentos

Neste segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado com intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros.

As participações acionárias existentes estão concentradas em nossas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resulta de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a coligadas.

#### c) Segmento de *leasing*

Neste segmento são oferecidos produtos de arrendamento mercantil de bens móveis em geral e de veículos aos nossos clientes por meio da nossa rede de agências e canais de distribuição.

#### d) Segmento de tecnologia

Os produtos e serviços comercializados no segmento de tecnologia incluem o fornecimento e manutenção de *hardware* e *software*, bem como serviços de impressão de documentos, microfilmagem, *telemarketing* e outros.

#### e) Segmento de turismo

Os produtos e serviços oferecidos neste segmento incluem a venda de passagens aéreas, pacotes turísticos, reserva de hotéis, seguros viagem e aluguel de veículos.

#### f) Outros

Os demais segmentos não são individualmente representativos, segundo os limites quantitativos da SFAS 131, e foram agregados na coluna "outros".

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Demonstrações contábeis do resultado gerencial por segmento do BB – ano 2008

	Bancário	Investimentos	Leasing	Tecnologia	Turismo	Outros	Eliminações	Consolidado Gerencial
<b>Receitas de juros</b>	<b>55.217</b>	<b>81</b>	<b>306</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>624</b>	<b>(1.021)</b>	<b>55.217</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.767	-	1	-	1	75	(714)	5.130
Aplicações em operações compromissadas	7.219	-	1	-	-	86	(85)	7.221
Títulos e valores mobiliários de negociação	2.108	39	-	-	-	71	-	2.218
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	4.687	42	-	2	-	35	-	4.766
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	2.033	-	-	-	-	-	-	2.033
Operações de crédito	32.190	-	303	-	-	328	(178)	32.643
Outras receitas de juros	1.213	-	1	7	-	29	(44)	1.206
<b>Despesas de juros</b>	<b>(32.187)</b>	<b>(93)</b>	<b>(220)</b>	<b>(19)</b>	<b>(1)</b>	<b>(447)</b>	<b>968</b>	<b>(31.999)</b>
Depósitos de clientes	(14.466)	-	-	-	-	(25)	-	(14.491)
Depósitos interfinanceiros	(456)	(93)	(211)	-	-	(343)	706	(397)
Obrigações por operações compromissadas	(9.038)	-	-	-	-	(2)	72	(8.968)
Obrigações de curto prazo	(5.408)	-	-	(19)	(1)	-	172	(5.256)
Obrigações de longo prazo	(2.451)	-	(9)	-	-	-	11	(2.449)
Outras despesas de juros	(368)	-	-	-	-	(77)	7	(438)
<b>Receitas de juros, líquidas</b>	<b>23.030</b>	<b>(12)</b>	<b>86</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>177</b>	<b>(53)</b>	<b>23.218</b>
Despesa com provisão para perdas em operações de crédito	(7.119)	-	(57)	-	-	9	(129)	(7.296)
<b>Receita de juros, líquidas após provisão para perdas em operações de crédito</b>	<b>15.911</b>	<b>(12)</b>	<b>29</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>186</b>	<b>(182)</b>	<b>15.922</b>
<b>Receitas não de juros</b>	<b>13.896</b>	<b>1.502</b>	<b>7</b>	<b>372</b>	<b>51</b>	<b>2.596</b>	<b>(2.680)</b>	<b>15.744</b>
Prestação de serviços	9.286	210	4	361	-	1.223	(209)	10.875
Ganhos (perdas) sobre ativos de negociação e títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.478)	1	-	-	-	(3)	(2)	(1.482)
Ganhos (perdas) líquidos em entidades não consolidadas	193	961	-	-	-	(5)	-	1.149
Ganhos (perdas) líquidos em entidades consolidadas	2.081	212	-	-	-	5	(2.297)	1
Prêmios de seguros	-	-	-	-	-	1.052	-	1.052
Ganhos (perdas) líquidos em operações de câmbio	356	-	-	-	-	(3)	15	368
Outras receitas não de juros	3.458	118	3	11	51	327	(187)	3.781
<b>Despesas não de juros</b>	<b>(19.705)</b>	<b>(143)</b>	<b>(29)</b>	<b>(365)</b>	<b>(45)</b>	<b>(1.326)</b>	<b>444</b>	<b>(21.169)</b>
Salários e encargos	(6.107)	(20)	(2)	(35)	(14)	(89)	1	(6.266)
Despesas administrativas	(6.180)	(37)	(3)	(124)	(8)	(467)	385	(6.434)
Amortização de outros ativos intangíveis	(1.195)	(25)	-	-	-	-	-	(1.220)
Depreciação	(791)	-	(2)	(6)	-	(4)	-	(803)
Outras despesas não de juros	(5.432)	(61)	(22)	(200)	(23)	(435)	58	(6.115)
Sinistros de seguros e variação de provisões de seguros	-	-	-	-	-	(331)	-	(331)
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>10.102</b>	<b>1.347</b>	<b>7</b>	<b>(3)</b>	<b>6</b>	<b>1.456</b>	<b>(2.418)</b>	<b>10.497</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.298)	(50)	(17)	(1)	(1)	(434)	-	(1.801)
<b>Lucro líquido</b>	<b>8.804</b>	<b>1.297</b>	<b>(10)</b>	<b>(4)</b>	<b>5</b>	<b>1.022</b>	<b>(2.418)</b>	<b>8.696</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>498.370</b>	<b>3.799</b>	<b>2.919</b>	<b>290</b>	<b>71</b>	<b>21.733</b>	<b>(42.655)</b>	<b>484.527</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Demonstrações contábeis do resultado gerencial por segmento do BB – ano 2007

	Bancário	Investimentos	Leasing	Tecnologia	Turismo	Outros	Eliminações	Consolidado Gerencial
<b>Receitas de juros</b>	<b>38.707</b>	<b>61</b>	<b>176</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>568</b>	<b>(735)</b>	<b>38.780</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	542	-	1	1	-	198	(571)	171
Aplicações em operações compromissadas	4.281	5	1	-	-	63	(73)	4.277
Títulos e valores mobiliários de negociação	1.024	-	-	-	-	-	-	1.024
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	4.556	56	-	-	-	(1)	-	4.611
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	2.309	-	-	-	-	18	-	2.327
Operações de crédito	24.917	-	174	-	-	290	(67)	25.314
Outras receitas de juros	1.078	-	-	2	-	-	(24)	1.056
<b>Despesas de juros</b>	<b>(18.262)</b>	<b>(17)</b>	<b>(118)</b>	<b>(26)</b>	<b>(1)</b>	<b>(441)</b>	<b>744</b>	<b>(18.121)</b>
Depósitos de clientes	(9.296)	-	-	-	-	(43)	-	(9.339)
Depósitos interfinanceiros	(910)	(17)	(109)	-	-	(394)	566	(864)
Obrigações por operações compromissadas	(7.898)	-	-	-	-	(4)	78	(7.824)
Obrigações de curto prazo	1.583	-	-	(26)	(1)	-	66	1.622
Obrigações de longo prazo	(1.402)	-	(9)	-	-	-	34	(1.377)
Outras despesas de juros	(339)	-	-	-	-	-	-	(339)
<b>Receitas de juros, líquidas</b>	<b>20.445</b>	<b>44</b>	<b>58</b>	<b>(23)</b>	<b>(1)</b>	<b>127</b>	<b>9</b>	<b>20.659</b>
Despesa com provisão para perdas em operações de crédito	(4.287)	-	(7)	-	-	92	(22)	(4.224)
<b>Receita de juros, líquidas após provisão para perdas com operações de crédito</b>	<b>16.158</b>	<b>44</b>	<b>51</b>	<b>(23)</b>	<b>(1)</b>	<b>219</b>	<b>(13)</b>	<b>16.435</b>
<b>Receitas não de juros</b>	<b>12.326</b>	<b>945</b>	<b>9</b>	<b>354</b>	<b>41</b>	<b>1.253</b>	<b>(1.358)</b>	<b>13.570</b>
Prestação de serviços	8.279	193	7	319	-	1.212	(41)	9.969
Ganhos (perdas) sobre ativos de negociação e títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.217	5	-	-	-	3	(7)	1.218
Ganhos (perdas) líquidos em entidades não consolidadas	(10)	648	-	-	-	(5)	-	633
Ganhos (perdas) líquidos em entidades consolidadas	1.280	35	-	-	-	(14)	(1.301)	-
Ganhos líquidos em operações de câmbio	294	-	-	-	-	5	-	299
Outras receitas não de juros	1.266	64	2	35	41	52	(9)	1.451
<b>Despesas não de juros</b>	<b>(21.861)</b>	<b>(101)</b>	<b>(23)</b>	<b>(334)</b>	<b>(50)</b>	<b>(714)</b>	<b>60</b>	<b>(23.023)</b>
Salários e encargos	(10.181)	(20)	(2)	(28)	(19)	(53)	1	(10.302)
Despesas administrativas	(5.586)	(23)	(2)	(88)	(11)	(380)	20	(6.070)
Amortização de outros ativos Intangíveis	(448)	(2)	-	-	-	-	-	(450)
Depreciação	(730)	-	(3)	(19)	-	(2)	-	(754)
Outras despesas não de juros	(4.916)	(56)	(16)	(199)	(20)	(279)	39	(5.447)
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>6.623</b>	<b>888</b>	<b>37</b>	<b>(3)</b>	<b>(10)</b>	<b>758</b>	<b>(1.311)</b>	<b>6.982</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.564)	(73)	(4)	-	3	(286)	-	(1.924)
<b>Lucro líquido</b>	<b>5.059</b>	<b>815</b>	<b>33</b>	<b>(3)</b>	<b>(7)</b>	<b>472</b>	<b>(1.311)</b>	<b>5.058</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>364.654</b>	<b>3.144</b>	<b>1.213</b>	<b>286</b>	<b>69</b>	<b>12.807</b>	<b>(26.566)</b>	<b>355.607</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Reconciliação do resultado gerencial por segmentos com o resultado consolidado de acordo com os US GAAP – 2008 e 2007

A tabela a seguir fornece a reconciliação dos itens do resultado das operações por segmentos que diferem da demonstração de resultado consolidada de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

	Consolidado		Consolidado US		Consolidado		Consolidado US	
	Gerencial		GAAP		Gerencial		GAAP	
	2008	Ajustes	2008	2007	2007	Ajustes	2007	
<b>Receitas de juros</b>	<b>55.217</b>	<b>7</b>	<b>55.224</b>	<b>38.780</b>	<b>2</b>	<b>38.782</b>		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.130	-	5.130	171	-	171		
Aplicações em operações compromissadas	7.221	(1)	7.220	4.277	1	4.278		
Títulos e valores mobiliários de negociação	2.218	-	2.218	1.024	-	1.024		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	4.766	9	4.775	4.611	2	4.613		
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	2.033	-	2.033	2.327	-	2.327		
Operações de crédito	32.643	-	32.643	25.314	-	25.314		
Outras receitas de juros	1.206	(1)	1.205	1.056	(1)	1.055		
<b>Despesas de juros</b>	<b>(31.999)</b>	<b>(2)</b>	<b>(32.001)</b>	<b>(18.121)</b>	<b>(2)</b>	<b>(18.123)</b>		
Depósitos de clientes	(14.491)	-	(14.491)	(9.339)	-	(9.339)		
Depósitos interfinanceiros	(397)	1	(396)	(864)	(1)	(865)		
Obrigações por operações compromissadas	(8.968)	(1)	(8.969)	(7.824)	-	(7.824)		
Obrigações de curto prazo	(5.256)	(1)	(5.257)	1.622	(1)	1.621		
Obrigações de longo prazo	(2.449)	-	(2.449)	(1.377)	(1)	(1.378)		
Outras despesas de juros	(438)	(1)	(439)	(339)	1	(338)		
<b>Receitas de juros, líquidas</b>	<b>23.218</b>	<b>5</b>	<b>23.223</b>	<b>20.659</b>	<b>-</b>	<b>20.659</b>		
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(7.296)	10	(7.286)	(4.224)	(238)	(4.462)		
<b>Receitas de juros, líquidas após provisão para perdas com operações de crédito</b>	<b>15.922</b>	<b>15</b>	<b>15.937</b>	<b>16.435</b>	<b>(238)</b>	<b>16.197</b>		
<b>Receitas não de juros</b>	<b>15.744</b>	<b>(1.021)</b>	<b>14.723</b>	<b>13.570</b>	<b>494</b>	<b>14.064</b>		
Prestação de serviços	10.875	-	10.875	9.969	(1)	9.968		
Ganhos (perdas) sobre ativos de negociação e títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.482)	-	(1.482)	1.218	1	1.219		
Resultado de participações em entidades não consolidadas	1.149	(394)	755	633	164	797		
Prêmios de seguros	1.052	-	1.052	-	-	-		
Ganhos (perdas) líquidos em entidades consolidadas	1	(1)	-	-	-	-		
Ganhos líquidos em operações de câmbio	368	-	368	299	-	299		
Outras receitas não de juros	3.781	(626)	3.155	1.451	330	1.781		
<b>Despesas não de juros</b>	<b>(21.169)</b>	<b>1.621</b>	<b>(19.548)</b>	<b>(23.023)</b>	<b>3.927</b>	<b>(19.096)</b>		
Salários e encargos	(6.266)	2.953	(3.313)	(10.302)	3.954	(6.348)		
Despesas administrativas	(6.434)	(2)	(6.436)	(6.070)	35	(6.035)		
Sinistros de seguros e variação de provisões de seguros	(331)	-	(331)	-	-	-		
Amortização de outros ativos intangíveis	(1.220)	25	(1.195)	(450)	2	(448)		
Depreciação	(803)	(95)	(898)	(754)	(112)	(866)		
Outras despesas não de juros	(6.115)	(1.260)	(7.375)	(5.447)	48	(5.399)		
<b>Lucro antes da tributação e sobre o lucro</b>	<b>10.497</b>	<b>615</b>	<b>11.112</b>	<b>6.982</b>	<b>4.183</b>	<b>11.165</b>		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.801)	364	(1.437)	(1.924)	(1.257)	(3.181)		
<b>Lucro líquido</b>	<b>8.696</b>	<b>979</b>	<b>9.675</b>	<b>5.058</b>	<b>2.926</b>	<b>7.984</b>		
<b>Total de ativos</b>	<b>484.527</b>	<b>3.654</b>	<b>488.181</b>	<b>355.607</b>	<b>21.990</b>	<b>377.597</b>		

O principal componente divulgado na coluna "Ajustes" refere-se às diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração de Resultado Consolidada, construída de acordo com os US GAAP.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 31. Eventos subsequentes

#### a) Aquisição do controle acionária da Nossa Caixa

Em 19 de dezembro de 2008, foi celebrado entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de São Paulo contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa S.A., por intermédio da alienação de 76.262.912 ações ordinárias, pertencentes ao Estado, equivalentes a 71,2499527144% do capital social total e do capital votante na mesma proporção, para o Banco do Brasil. A transação foi autorizada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual n.º 13.286/2008, e aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária do Banco do Brasil de 23 de dezembro de 2008.

O preço estipulado para alienação foi de R\$ 5.386, a ser pago em 18 parcelas mensais de R\$ 299, calculado com base em avaliação econômico-financeira, considerando-se as perspectivas de rentabilidade futura e o fluxo de caixa descontado do Banco Nossa Caixa, em conformidade com o artigo 224 da Lei n.º 6.404/1976.

Em atendimento ao artigo 254-A da Lei n.º 6.404/1976 e ao Regulamento do Novo Mercado da Bovespa, será realizada Oferta Pública de Aquisição de Ações assegurando aos acionistas minoritários da Nossa Caixa o direito de alienar suas ações, no mínimo, nas mesmas condições ofertadas ao Governo do Estado de São Paulo. Em 19 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de registro de Oferta Pública de Aquisições de Ações do Banco Nossa Caixa.

Em 10 de março de 2009, o Banco Central do Brasil encaminhou correspondência ao Banco do Brasil comunicando a aprovação da transferência do controle acionário da Nossa Caixa para o Banco do Brasil.

Em 16 de março de 2009, após o cumprimento de todas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa, foram realizados o pagamento ao Governo do Estado de São Paulo da primeira parcela, no valor de R\$ 310 (corrigido pela taxa Selic desde 20 de novembro de 2008, conforme contrato de compra e venda de ações e outras avenças) e a transferência das ações de propriedade do Governo do Estado de São Paulo para o Banco do Brasil, que passou a ser o se controlador.

O registro contábil inicial da transação envolveu a contabilização, no Banco do Brasil, do valor do investimento e do ágio pago ao Governo do Estado de São Paulo, e na Nossa Caixa, do valor dos ajustes decorrentes da uniformização de critérios e estimativas contábeis àquelas adotadas pelo novo controlador, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 506/2006. Os valores do investimento e do ágio foram apurados com base no balanço ajustado da Nossa Caixa em 31 de dezembro de 2008, atualizado até 31 de março de 2009, pelas diferenças de critérios existentes.

Tendo em vista a complexidade do assunto e o tempo requerido para identificar e mensurar todas as diferenças de critérios existentes, ficou definido que o registro inicial seria feito com base na "melhor estimativa" possível nas circunstâncias, e que o registro definitivo de todas as diferenças seria feito ao longo do tempo, preferencialmente até 30 de junho de 2009 e necessariamente até a data da incorporação da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, tendo como contrapartida o ajuste do ágio inicial da transação.

Dessa forma, o valor total do ágio pago, demonstrado no quadro adiante, em decorrência da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), não pôde ser alocado às unidades geradoras de caixa, tendo em vista a não conclusão, ainda, do estudo por empresa especializada. As referidas alocações serão efetuadas oportunamente, conforme faculta a Deliberação CVM n.º 527/2007.

Apresentamos a seguir o cálculo do valor do investimento e do ágio, após ajustes realizados no Banco Nossa Caixa, para equalização de critérios contábeis adotados no Brasil:

Patrimônio Líquido do Banco Nossa Caixa em 31 de dezembro de 2008	3.180
Aumento de Patrimônio Líquido no 1º trimestre/2009 (ajuste de exercícios anteriores e marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários)	29
Resultado do 1º trimestre/2009, antes dos ajustes par equalização de práticas contábeis	(35)
Ajustes Efetuados na Nossa Caixa para equalização de práticas contábeis com o Banco do Brasil <sup>(1)</sup>	(288)
Patrimônio Líquido Ajustado da Nossa Caixa em 31 de março de 2009	2.886
Valor do investimento no Banco do Brasil (71,2499527144%)	2.056
Preço pela aquisição das ações, atualizado em 16 de março de 2009	5.596
Preço pela aquisição das ações, conforme contrato assinado em 20 de novembro de 2008	5.386
Atualização do preço pela aquisição das ações em 16 de março de 2009 (taxa Selic)	210
Valor do ágio pela aquisição	3.540

(1) Ajustes efetuados nas demonstrações financeiras da Nossa Caixa, decorrentes de uniformização de critérios e estimativas contábeis àquelas adotadas pelo novo controlador, Banco do Brasil, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 506/2006, que aprova o Pronunciamento do Ibracon sobre práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros. A responsabilidade sobre as obrigações decorrentes desses ajustes estava em discussão com o antigo controlador da Nossa Caixa. Com a troca do controle acionário, em 16.03.2009, esta responsabilidade foi formalmente atribuída ao Banco do Brasil. Foram ajustadas as provisões para créditos de liquidação duvidosa, demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, as obrigações com plano de saúde e complementação de aposentadoria dos funcionários. Foram reconhecidos contabilmente os créditos tributários sobre diferenças intertemporais, decorrentes dos ajustes efetuados nas provisões supracitadas, assim como os créditos tributários não ativados no exercício anterior.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Aquisição do Banco Votorantim

Em 9 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil e a Votorantim Finanças S.A. estabeleceram parceria estratégica, firmando instrumento particular de contrato de compra e venda e subscrição de ações entre si, por meio do qual o Banco do Brasil passará a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social total do Banco Votorantim S.A. A operação será realizada por meio (i) aquisição, pelo Banco do Brasil, de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Banco Votorantim e de propriedade da Votorantim Finanças pelo preço de R\$ 3.000; (ii) subscrição, pelo Banco do Brasil, de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Banco Votorantim pelo valor de R\$ 1.200.

A conclusão da operação e conseqüentemente o seu registro contábil estão sujeitos à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

### c) Estudo para aquisição do controle acionário do Banestes

Em 5 de fevereiro de 2009, o Banco propôs, e o Governo do Estado do Espírito Santo aceitou iniciar tratativas, sem nenhum efeito vinculante, visando à aquisição do controle acionário do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo pelo Banco do Brasil, com sua posterior incorporação societária, observadas a regulamentação vigente e as condições inerentes às operações dessa natureza.

É consenso ainda que a operação deverá preservar os interesses do público relacionado das empresas envolvidas, incluindo empregados, correntistas, acionistas e outros parceiros.

## 32. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil para US GAAP

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Reconciliação do patrimônio líquido</b>		
<b>Patrimônio líquido apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil</b>	<b>29.937</b>	<b>24.262</b>
<b>Ajustes com reflexo no resultado</b>	<b>6.734</b>	<b>(5.032)</b>
Superávit em planos de benefícios pós-emprego	6.947	3.995
Crédito tributário	1.314	50
Provisão para contingências	(1.257)	-
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(220)	225
Correção monetária sobre o imobilizado de uso (1995 a 1997)	179	197
Ativação	638	641
Depreciação	(459)	(444)
Provisão para bens não de uso	82	80
Ágio sobre investimentos	59	34
Provisão para perdas em operações de crédito	54	21
Investimentos avaliados pelo custo	(49)	(58)
Dividendos	5	5
Reversão de equivalência patrimonial	(54)	(63)
Reclassificação da variação cambial sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(192)	431
Outros ajustes	(256)	(81)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes US GAAP	73	(9.926)
<b>Ajustes registrados em outros lucros abrangentes</b>	<b>(5.599)</b>	<b>24.544</b>
Superávit em planos de benefícios pós-emprego	(6.089)	24.893
Ajustes de marcação a mercado decorrentes dos investimentos da controladora	298	82
Reclassificação da variação cambial sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	192	(431)
<b>Total de ajustes</b>	<b>1.135</b>	<b>19.512</b>
<b>Patrimônio líquido apurado em conformidade com os US GAAP</b>	<b>31.072</b>	<b>43.774</b>

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro	
	2008	2007
<b>Reconciliação do resultado</b>		
<b>Resultado apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil</b>	<b>8.803</b>	<b>5.059</b>
Superávit em planos de benefícios pós-emprego	2.952	3.954
Ativação de crédito tributário	1.264	(80)
Provisão para contingências	(1.257)	-
Reversão da variação cambial sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(624)	338
Ajuste de resultado de equivalência patrimonial em investimentos não consolidados	(444)	155
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre ajustes US GAAP	(900)	(1.176)
Reversão/reforço de provisões para perdas com operações de crédito	34	(179)
Investimentos avaliados pelo custo	8	10
Reversão de amortização de ágio sobre Investimentos	25	2
Depreciação sobre a correção monetária de imobilizado de uso (1995 a 1997)	(18)	(19)
Reforço/reversão de provisão para bens não de uso	3	(8)
Outros ajustes	(171)	(72)
<b>Total de ajustes</b>	<b>872</b>	<b>2.925</b>
<b>Resultado apurado em conformidade com os US GAAP</b>	<b>9.675</b>	<b>7.984</b>

### Planos de benefícios pós-emprego

Sob as práticas contábeis adotadas no Brasil, custos de pensão e outros benefícios são contabilizados de acordo com a Deliberação CVM 371/2000, que determina, para planos de contribuição definida, o uso de método atuarial para o cálculo dos custos de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria. A Deliberação CVM 371 estabelece ainda o diferimento dos ganhos e perdas atuariais em excesso a um corredor específico, permitindo não reconhecer uma parte dos ganhos e perdas atuariais. Para planos de pensão de contribuição definida, a Deliberação CVM 371 requer o reconhecimento das contribuições como despesa quando elas são devidas.

Sob os *US GAAP*, custos de pensão a empregados são reconhecidos de acordo com a *SFAS 87*, a qual requer o uso de um método atuarial para determinação dos custos de pensão de benefício definido e também prevê a utilização do método do corredor. A *SFAS 87* tem regras diferentes de reconhecimento de custo e de evidenciação em relação à Deliberação CVM 371. De forma geral as práticas contábeis no Brasil são conceitualmente similares àquelas adotadas nos *US GAAP*, exceto pelo fato de que com a implementação da *SFAS 158*, passou a ser requerido que o superávit ou déficit originado dos planos de benefícios definidos fossem registrados como ativo ou passivo nas demonstrações contábeis, assim como reconhecer as flutuações nas contas de Outros resultados não abrangentes, no patrimônio líquido, da parte do status fundado do plano de benefício definido (déficit ou superávit) não reconhecida no resultado do exercício.

Adicionalmente, em 29 de setembro de 2008, a Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") editou a Resolução CGPC 26, estabelecendo regras mais conservadoras no cálculo do passivo atuarial para que possa haver devolução de contribuições aos participantes e aos patrocinadores de fundos de pensão. Segundo a CGPC 26, os fundos de pensão quando da devolução de contribuições aos participantes e patrocinadores devem, entre outros fatores, observar os impactos no cálculo do passivo atuarial com o uso da tábua de mortalidade AT 2000 e juros de desconto de 5% a.a.

### Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes US GAAP

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotados no Brasil para as demonstrações contábeis em conformidade com os *US GAAP*.

### Crédito tributário

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Resolução CMN 3.059, de 20 de dezembro de 2002, os ativos fiscais diferidos podem ser registrados pelas instituições financeiras quando forem atendidas cumulativamente as seguintes condições: (i) a entidade apresenta histórico de lucros ou receitas tributáveis comprovado pelas ocorrências em pelo menos três dos últimos cinco anos, incluindo o exercício de referência; e (ii) haja perspectiva de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Sob a ótica dos *US GAAP*, conforme estabelecido pela *SFAS 109* e interpretada pela *FIN 48*, ativos fiscais diferidos são integralmente reconhecidos (isto é, sem provisão para desvalorização) na extensão que sua recuperação seja mais provável do que não.

Na ativação do crédito tributário, o valor de R\$ 1.252 refere-se ao reconhecimento de créditos tributários originados da alteração de alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 9% para 15%. O reconhecimento desse crédito tributário decorre da reavaliação da perspectiva de êxito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), número 4101/DF, contra a elevação da alíquota da CSLL do setor financeiro, que aponta para a manutenção da alíquota em 15%. Dessa forma, o ajuste no valor de R\$ 1.252 decorre do resultado do

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

processo de reavaliações periódicas dos impactos patrimoniais originados dos processos judiciais, em que o Banco do Brasil figura como réu, autor ou parte interessada.

### Provisão para contingências

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma provisão para passivo contingente deve ser reconhecida quando a probabilidade de perda for mais provável do que não. Sob o *US GAAP*, em conformidade com a *SFAS 5*, uma provisão para passivos contingentes deve ser constituída quando for provável que perdas tenham sido incorridas na data das demonstrações contábeis e o valor dessas perdas possa ser razoavelmente estimado.

O ajuste decorre de uma revisão da perspectiva de êxito em ações judiciais em que o Banco figura como réu, que foi concluída em abril de 2009. Para fins de apresentação, a decisão da Administração foi de refletir o efeitos no montante de R\$ 1.257, nas demonstrações contábeis em USGAAP de 31 de dezembro de 2008.

### Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Sob as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma companhia é requerida a usar o método da equivalência patrimonial para registrar investimentos em: (a) suas controladas em suas demonstrações contábeis individuais, e (b) suas coligadas sobre cuja administração ela tenha influência significativa ou na qual ela possua mais de 20% do capital votante. As práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecem certos fatores que são indicativos do fato de que a companhia exerce influência significativa.

Sob os *US GAAP*, em conformidade com o *APB opinion 18*, um investimento em ações ordinárias deve ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial sempre que o investidor tiver a capacidade de exercer influência significativa sobre as políticas operacionais e financeiras da investida, ainda que ele possua 50% ou menos das ações votantes. A habilidade para exercer essa influência significativa pode ser indicada de várias maneiras, tais como representação no corpo de diretores, participação na elaboração de políticas da empresa, transações relevantes e materiais intercompanhias, intercâmbio de pessoal da administração ou dependência tecnológica.

Os ajustes de conversão para *US GAAP*, representam o recálculo do método de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido reconciliado de acordo com os *US GAAP*, bem como da mudança de critério de mensuração de determinados investimentos.

Em 2008, para fins de *US GAAP*, houve reversão de R\$ 241 milhões no resultado de equivalência patrimonial que fora reconhecido segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em decorrência da mudança de critério de mensuração do investimento na Neoenergia S.A., do método de custo para o método de equivalência patrimonial, uma vez que, sob os *US GAAP*, esse investimento já vinha sendo contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

### Correção monetária de imobilizado de uso (1995 a 1997)

No Brasil, a correção monetária foi aplicada até dezembro de 1995. Segundo os *US GAAP*, em conformidade com a *SFAS 52*, a correção monetária deve ser aplicada a empresas cuja moeda funcional seja de uma economia hiperinflacionária, assim considerada a economia cuja taxa de inflação nos últimos 36 meses for igual ou superior a 100%. Segundo esse critério, o Brasil deixou de ser uma economia hiperinflacionária a partir de julho de 1997. Dessa forma, para fins de *US GAAP*, a correção monetária no Brasil deve ser efetuada até julho de 1997.

### Provisão para bens não de uso

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, por determinação do Banco Central, são registradas provisões adicionais para os bens não de uso para os quais haja pendência, nas seguintes formas: (i) 100% de provisão para imóvel com pendência judicial, de domínio ou embargos diversos (ii) 50% de provisão para imóvel não avaliado ou avaliado há mais de seis meses, não enquadrado também no subitem (i), retro e (iii) 50% de provisão para imóvel com pendência judicial de imissão na posse.

Para fins de *US GAAP*, em conformidade com a *SFAS 144*, a provisão para bens não de uso deve ser somente a provisão econômica, determinada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo do bem.

### Ágio sobre investimentos

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, numa aquisição de participação societária, o excesso do custo sobre o valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado na expectativa de rentabilidade futura.

Para fins de *US GAAP*, em conformidade com a *SFAS 141*, o excesso do custo de aquisição de uma participação societária sobre o valor justo de seus ativos líquidos, incluindo ativos intangíveis identificáveis, é registrado como ágio, o qual não é amortizado, mas é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Esses ajustes referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo às práticas contábeis adotadas no Brasil.

# Banco do Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Provisão para perdas em operações de crédito

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, requer que uma carteira de crédito seja classificada em nove categorias de risco, que variam do risco AA (0% de provisão) ao risco H (100% de provisão), de acordo com a avaliação de risco preparada pelo Banco. A Resolução 2.682 determina um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, entretanto, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar uma provisão maior.

Sob os *US GAAP*, a *SFAS 114*, emendada pela *SFAS 118*, determina que um empréstimo está em imparidade quando for provável que o credor não receberá todos os valores devidos sob os termos contratuais do contrato de empréstimo. A *SFAS 114* requer que uma perda por imparidade seja mensurada, dependendo das circunstâncias, baseada em: (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontado à taxa efetiva do empréstimo; (ii) o valor de mercado observável do empréstimo e (iii) o valor justo da garantia do empréstimo. Grandes grupos de pequenos saldos de empréstimos massificados, tais como cartão de crédito e crédito ao consumidor são avaliados coletivamente para imparidade em conformidade com as *SFAS 5* e são excluídos dos requerimentos para avaliação individual.

### Investimentos avaliados pelo custo

Para os investimentos avaliados pelo custo em *US GAAP*, que eram registrados pelo método da equivalência patrimonial segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, os ajustes de conversão para *US GAAP* representam a reversão do efeito da equivalência patrimonial, bem como o reconhecimento da receita de dividendos.

### Ajustes de marcação a mercado de investimentos da controladora

Sob as práticas contábeis adotadas no Brasil, alguns investimentos em participações societárias são consolidados proporcionalmente, por determinação do Banco Central do Brasil. Entretanto, segundo os *US GAAP*, os investimentos que não são consolidados sob a *SFAS 94* e o *ARB 51* são classificados em função da intenção da administração, em conformidade com a *SFAS 115*.

Esses ajustes de marcação a mercado no patrimônio líquido da controladora representam a reclassificação de investimentos consolidados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e classificados na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de acordo com a *SFAS 115* dos *US GAAP*.

### Variação cambial sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, os valores decorrentes de variação cambial dos títulos disponíveis para venda são registrados em contas de resultado. Entretanto, segundo o *Emerging Issues Task Force - EITF 96-15* emitido pelo *FASB*, os valores decorrentes da variação cambial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda devem ser registrados em conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os ganhos e perdas derivados da marcação a mercado desses títulos.

## Parecer dos auditores independentes

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do  
Banco do Brasil S.A.  
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados do Banco do Brasil S.A. levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil em atendimento aos requerimentos do Regulamento do Novo Mercado - Bovespa. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados consolidados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e os fluxos de caixa consolidados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

4. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, o Banco possui registrado em seu ativo, em 31 de dezembro de 2008, o valor de R\$ 15.349 milhões (R\$ 3.770 milhões em 31 de dezembro de 2007), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social, cuja realização e manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis.

29 de maio de 2009

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-DF

Francesco Luigi Celso  
Contador CRC 1SP175348/O-5-S-DF

José Claudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1-S-DF

## **Diretoria Executiva**

### **Presidente**

Aldemir Bendine

### **Vice-Presidentes**

Aldo Luiz Mendes  
Alexandre Corrêa Abreu  
Allan Simões Toledo  
José Luis Prola Salinas  
Luís Carlos Guedes Pinto  
Paulo Rogério Caffarelli  
Ricardo Antônio de Oliveira  
Ricardo José da Costa Flores  
Robson Rocha

### **Diretores**

Amauri Sebastião Niehues  
Ary Joel de Abreu Lanzarin  
Carlos Eduardo Leal Neri  
Clara da Cunha Lopes  
Dan Antônio Marinho Conrado  
Danilo Angst  
Denilson Gonçalves Molina  
Edson de Araújo Lôbo  
Francisco Cláudio Duda  
Geraldo Afonso Dezena da Silva  
Ivan de Souza Monteiro  
Izabela Campos Alcântara Lemos  
Joaquim Portes de Cerqueira César  
José Carlos Vaz  
José Francisco Alvarez Raya  
Luiz Carlos Silva de Azevedo  
Marco Antonio Ascoli Mastroeni  
Marco Antônio da Silva Barros  
Nilo José Panazzolo  
Nilson Martiniano Moreira  
Paulo Roberto Evangelista de Lima  
Renato Donatello Ribeiro  
Renê Sanda  
Sandro Kohler Marcondes  
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré  
Walter Malieni Júnior

### **Contadoria**

Eduardo Cesar Pasa  
Contador Geral  
Contador CRC-DF 017601/O-5  
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler  
Contador CRC-DF 013931/O-2  
CPF 391.145.110-53

### **Conselho de Administração**

Bernard Appy (Presidente)  
Aldemir Bendine (Vice-Presidente)  
Bernardo Gouthier Macedo  
Cleber Ubiratan de Oliveira  
Henrique Jäger  
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça  
Tarcísio José Massote de Godoy

### **Conselho Fiscal**

Daniel Sigelmann  
Énio Alexandre Gomes Bezerra  
Eustáquio Wagner Guimarães Gomes  
Marcos Machado Guimarães  
Pedro Carvalho de Mello

### **Comitê de Auditoria**

José Danúbio Rozo (Coordenador)  
Celene Carvalho de Jesus  
José Gilberto Jaloretto